

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS  
FACULDADE DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS  
CIÊNCIAS SOCIOAMBIENTAIS**

**FELIPE PEREIRA DE QUEIROZ**

**O “DESPAPEL” DO ESTADO FRENTE AO PROTAGONISMO  
SOCIAL NA HISTÓRIA AGRÁRIA BRASILEIRA: UM ESTUDO DE  
CASO DO ASSENTAMENTO PASTORINHAS E DA  
AGROECOLOGIA ENQUANTO PRÁTICA SOCIOPRODUTIVA DE  
RESISTÊNCIA**

**BELO HORIZONTE**

**2016**

FELIPE PEREIRA DE QUEIROZ

**O “DESPAPEL” DO ESTADO FRENTE AO PROTAGONISMO  
SOCIAL NA HISTÓRIA AGRÁRIA BRASILEIRA: UM ESTUDO DE  
CASO DO ASSENTAMENTO PASTORINHAS E DA  
AGROECOLOGIA ENQUANTO PRÁTICA SOCIOPRODUTIVA DE  
RESISTÊNCIA**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Colegiado de Ciências Socioambientais da Universidade Federal de Minas Gerais como requisito parcial à obtenção do título de bacharel em Ciências Socioambientais.

Orientador: Prof. Dr. Rodrigo Matta Machado

**BELO HORIZONTE  
2016**

## **AGRADECIMENTOS**

A todos aqueles que fizeram parte dessa trajetória que não se iniciou no curso de Ciências Socioambientais, mas se agigantou com todas as experiências acadêmicas e não-acadêmicas vividas nesse que é muito mais que um curso de graduação. A minha mãe por ser uma referência no amar e compreender o outro reconhecendo seu valor intrínseco. Ao meu pai por ser uma inspiração diária de força, luta e superação demonstrando como se pode endurecer sem perder a ternura. Ao meu irmão por me ofertar uma amizade e convivência que são alicerce fundamental da minha vida. Aos meus três amigos e irmãos de vida Glauber, Tiago e Gabriel. A Nayara pelo aprendizado e paciência em partilhar essa trajetória comigo. A Quitéria por me ensinar na prática cotidiana o significado da palavra cuidar. E por fim à todos do Assentamento Pastorinhas que sem a sua história de luta e abertura em compartilhar esse trabalho não seria possível.

*Mas a cabeça nossa, nosso idealismo era aquilo ali, nós vamos conseguir, nós vão ter nossa casa. Passou uma chuva de pedra aqui arrancou árvore adoidado, mas nossa barraca não arrancou não, entendeu? Assenta aquilo na cabeça, todo mundo tinha, igual aqueles burros com aquela viseira assim, vai dar certo. E todo mundo tinha aquela visão. Era umas 40 famílias na época tinha. Aquela coisa assim, vai dar certo. E só olhava assim. Tem que dar certo. Graças a Deus nós conseguimos (Ieda de Oliveira Rocha, Assentamento Pastorinhas)*

## RESUMO

O presente trabalho busca refletir sobre as relações estatais estabelecidas ao longo da história agrária brasileira. A análise do caminho percorrido na relação com a terra nos ajuda compreender a formação territorial de nosso país buscando dialogar com o histórico de movimentos sociais e da agroecologia como prática socioprodutiva de resistência. O estudo de caso junto ao Assentamento Pastorinhas consubstancia as reflexões oferecendo uma materialização desse processo sócio-histórico. A história agrária brasileira é marcada por um processo recorrente de dominação e reificação dos métodos colonizatórios. O ordenamento jurídico das sesmarias é um dos primeiros instrumentos coercitivos de ocupação da terra no qual organiza seu acesso através de relações de compadrio com rei português. Essa de forma de estruturação espaço foi o início de um processo de contínuo de alienação do povo brasileiro a condições de reprodução material. A terra no Brasil sempre foi e continua sendo símbolo e materialização do poder e da dominação. Historicamente vemos como elites agrárias e urbanas se reproduzem e produzem um estado em benefício de seus interesses. A institucionalização expõe uma dubiedade na medida em que cria mecanismos de regulamentação e acesso à terra legítimos, mas impõe limites jurídicos e personalistas para efetivação desses direitos. A história não é uma sucessão de fatos hegemônicos e nesse sentido que abordamos as diferentes insurgências contra hegemônicas vivenciadas ao longo da história brasileira. O protagonismo social observados nesses contextos demonstram como direito, mesmo que em proporções ainda limitadas, só se efetivam através de luta política. A agroecologia como prática e teoria agrícola socioprodutiva de resistência oferece mecanismos de reprodução social, ambiental e econômica sustentáveis a populações historicamente expropriada de direitos. Nesse sentido a pesquisa busca contemplar essa multiplicidade de diálogos que se estabelecem entre os temas apresentadas demonstrando como o Estado brasileiro atuou sistematicamente no combate as iniciativas sociais que buscavam direitos sociais e de acesso à terra nos quais a agroecologia exerce uma centralidade nas possibilidades de enfrentamento desses sujeitos expropriados de direitos.

## SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO .....	8
2. METODOLOGIA.....	11
3. HISTÓRICO DO USO E OCUPAÇÃO DE TERRA NO BRASIL .....	19
<b>3.1 O achamento português do novo mundo e o uso da terra no Brasil</b>	
<b>Colonial</b> .....	20
<b>3.2 Monarquia até 1850</b> .....	26
<b>3.3 Lei de Terras e seus impactos na segunda metade do século XIX</b> .....	30
<b>3.4 A consolidação do café</b> .....	35
<b>3.5 República Velha</b> .....	39
<b>3.5 Eras Vargas</b> .....	47
<b>3.6 Do populismo ao Golpe</b> .....	53
<b>3.7 Ditadura Militar</b> .....	56
<b>3.8 Redemocratização do país e o novo milênio</b> .....	61
4. INSTITUCIONALIZAÇÃO DA QUESTÃO AGRÁRIA .....	73
<b>4.1 IBAMA</b> .....	73
<b>4.2 MDA</b> .....	75
<b>4.3 Mapa</b> .....	78
<b>4.4 INCRA</b> .....	81
<b>4.5 EMATER</b> .....	82
<b>4.6 EPAMIG</b> .....	83
<b>4.7 Ministério Público</b> .....	85
<b>4.8 Poder Judiciário</b> .....	86
<b>4.9 Secretaria de Estado de Agricultura, Pecuária e Abastecimento</b> .....	88
<b>4.10 SEDA</b> .....	89
<b>4.11 SEDS</b> .....	90

5. NEOPRODUTIVISMO E AGROECOLOGIA .....	94
<b>5.1 As origens da Agricultura Alternativa e do Produtivismo</b> .....	95
<b>5.2 Avanços do produtivismo e a consolidação política da agricultura alternativa</b> .....	97
<b>5.3 Agroecologia como alternativa sistêmica as questões agrárias</b> .....	100
6. ESTUDO DE CASO ASSENTAMENTO PASTORINHAS .....	108
<b>6.1 Breve Histórico da Comunidade</b> .....	108
<b>6.2 Crescimento demográfico e alternativa de renda</b> .....	112
<b>6.3 Juventude e formação educacional</b> .....	116
<b>6.4 Agroecologia no assentamento</b> .....	118
<b>6.5 Relações institucionais</b> .....	123
7. CONSIDERAÇÕES FINAIS .....	125
8. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS .....	127

## 1. INTRODUÇÃO

A luta pela terra no Brasil e o avanço da transição agroecológica são processos que coexistem na nova realidade agrária do país. Os movimentos sociais ligados a reforma agrária, como o Movimento dos Sem Terra (MST), buscam em seus dilemas de acesso a essas políticas romper entraves de um processo socio-histórico perverso. O lema que deu visibilidade ao movimento - "Ocupar, Resistir e Produzir" - passa por um processo de extrema dificuldade em uma etapa que para muitos seriam o estágio final, o produzir. Mesmo com todos os problemas que envolvem o acesso à terra na reforma agrária, o desafio de implantar práticas agrícolas sustentáveis economicamente, socialmente e ambientalmente é latente em diversos assentamentos. As dificuldades políticas que existem desde a alienação espacial da terra até o acesso a políticas públicas de escoamento da produção são uma forma de estabelecer relações de poder que não privilegiam a autonomia do homem no campo. Em meio a todas essas dificuldades, desde o declínio evidente das práticas implementadas na revolução verde, surge um movimento de recuperação e aprimoramento de práticas agrícolas sustentáveis, nas quais a agroecologia ganha cada dia mais notoriedade no mundo acadêmico e político. A agroecologia busca observar os processos ecológicos e introduzir tais preceitos na produção de alimentos. As multidimensões pelas quais a agroecologia busca se estruturar é fundamental para o seu viés sustentável, na medida em que percebe que as componentes sociais, econômicas e culturais são inerentes ao processo. O contexto político e institucional são entraves para ambos os processos citados, reforma agrária e agroecologia, dado aos seus critérios que questionam até mesmo os princípios democráticos pelos quais estamos ancorados.

A defasagem histórica do processo de reforma agrária demonstra as intenções pelas quais os governos brasileiros assumiram com relação ao campo e mais precisamente a agricultura familiar. Os vultuosos subsídios e linhas de crédito voltada para o agronegócio em contraste com o limitado alcance de programas como PRONAF – Programa Nacional da Agricultura Familiar – aprofundam as desigualdades no meio rural, inviabilizando muitas a vezes a própria vida no campo. E para agravar ainda mais essa injustiça socioambiental, populações que são



obrigadas a conviver com todos esses conflitos políticos ainda sofrem as consequências herdadas da revolução verde e em uma perspectiva mais ampla até mesmo da crise ambiental mundial.

Existe uma necessidade de valorização e reconhecimento da agricultura familiar na produção de alimentos por parte de todas as instâncias da sociedade. Apesar da divulgação de estatísticas que mostram a extrema relevância da agricultura familiar no mercado interno brasileiro, essa realidade parece estar cada vez mais à margem de espaços políticos e econômicos. Associado a esse contexto tem-se a Agroecologia como disciplina sistematizada recentemente que ganha espaço em meio a essa crise ambiental global, mas que necessita continuamente de aprimoramentos e replicações sobre um viés acadêmico e pragmático. Esse fato permite evidenciar a importância de sistematizar iniciativas agroecológicas no intuito de, valendo-se do capital científico, legitimar práticas que contribuem para uma transição global de sociedade, inevitável diante ao caos mundial atual. Valendo-se constantemente da premissa das relações intrínsecas entre as antropossociedades e o meio ambiente, o excerto a baixo reforça o inerente enfoque interdisciplinar e complexo da realidade a que se propõe estudar.

“(...) a questão ambiental não é uma questão natural, restrita ao funcionamento dos ecossistemas, são elementos sociais, do modo de vida, das práticas, dos valores e representações que informam a relação dos seres humanos com o mundo natural (...)” (CARVALHO, 2012)

Além disso, a partir de pesquisas que antecederam este projeto, notou-se que existe um déficit nas produções acadêmicas que correlacionam às temáticas agrárias, mais especificadamente assentamentos rurais, e a agroecologia a partir de um direcionamento para as tensões e limites políticos/institucionais. O trabalho se dividiu em quatro momentos que buscam em seu diálogo uma complementariedade analítica. Primeiro dedica-se a um longo retrospecto histórico da questão de terra no Brasil trazendo para a discussão reflexões no âmbito político, social e jurídico. Segundo, um panorama do atual funcionamento das instituições do estado brasileiro envolvidas direta ou indiretamente nas questões produtivas e de acesso à terra. Terceiro, uma breve análise da agricultura alternativa e suas vertentes, aprofundando na já mencionada agroecologia. E por fim um capítulo dedicado a história do Assentamento Pastorinhas, localizado em Brumadinho em Minas Gerais, visto por muitos como um

assentamento modelo. Os assentados vivenciam uma luta de resistência às diversas pressões de uma sociedade que ainda negligencia o papel fundamental do campo no cotidiano das cidades. As dificuldades de produção, tensões como a mineração, problemas com os órgãos ambientais e redução da disponibilidade hídrica são apenas alguns exemplos que as 20 famílias que hoje vivem no Assentamento Pastorinhas enfrentam diariamente. O estudo de caso a luz dos conflitos agrários, busca dialogar com todo o contexto apresentado.

## 2. METODOLOGIA

O método é, ao mesmo tempo, atividade pensante do sujeito e arte, pois expõe a maneira de guiar ou conduzir a razão, conjugar diferentes conhecimentos, assumir idéias e ações. (RODRIGUES & LIMENA, 2006, P.23)

O presente trabalho trata-se de uma investigação científica, um estudo de caso sobre Assentamento Pastorinhas. Antes de nos dedicarmos a esmiuçar as técnicas em si, que fizeram parte da presente abordagem, trataremos do que podemos chamar de preceitos epistemológicos da pesquisa.

A metodologia é a orientação base que caracteriza em sua essência o modo como o pesquisador se coloca diante ao tema ou problema de pesquisa. A ciência, apesar de sua condição hegemônica no mundo atual e eixo fundamental do trabalho, é apenas mais uma das formas de compreensão como nos traz Richardson:

a priori, não há base para afirmar que a ciência é melhor que a revelação. Dependendo da cultura e das crenças pessoais, alguns pressupostos serão mais convincentes que outros. Contudo, pode-se aceitar que a ciência é uma maneira de adquirir "conhecimento", "compreensão", crença da falsidade ou veracidade de uma proposição. (RICHARDSON, 1989, p.18)

A construção de um problema de pesquisa e o método pelo o qual o pesquisador irá se valer para atingir seus objetivos são muitas vezes limitado a individualidade desse operante da ciência. O objeto de estudo é normalmente um mero elemento estático pelo qual o cientista se volta olhar, objetivo, em que seus traços de subjetividade são supostamente abandonados em busca de uma imparcialidade criteriosa que trará credibilidade em meio acadêmico tradicional. Entretanto como podemos ver nas reflexões de autores como Thomas Khun<sup>1</sup>, a ciência vive processos de revolução e transformação que ressignificam valores e métodos. Essas dicotomias marcadas na a ciência moderna pelo pensamento cartesiano buscam banir de seus preceitos a condição complexa entre a subjetividade e objetividade. Fato que será criticado por Morin na medida em que esse modo de

---

1 Referência do livro *The Structure of Scientific Revolutions* de Thomas Khun.

pensar "ignora, oculta ou dilui tudo que é subjetivo, afetivo, livre, criador" (MORIN, 2000, p.15).

Outra dessas dicotomias é a que separa ciências naturais e ciências humanas, atribuindo às ciências físicas o modelo da racionalidade segura. Mas, se pretendermos avançar e buscar melhor compreender as dimensões da condição humana, o desafio se intensifica porque nos coloca diante de uma "[...] realidade complexa do humano que, a um só tempo, caracteriza-se por pertencer ao mundo natural e ser diferente dele" (MORIN, 2001 p.489). Essa partição do conhecimento que vem afastando a ciência moderna das possibilidades de compreensão do real é mais uma das fissuras que se mostram incontornáveis nas adequações do modelo de pensar.

[...] o mundo da ciência - o mundo real - ficou alienado e completamente divorciado do mundo da vida, e a ciência tem sido incapaz de explicar ou livrar-se dele chamando-o de subjetivo. É verdade que esses mundos encontram-se hoje - cada vez mais - contratados pela prática. Mas, para a teoria, eles são separados por um abismo. Dois mundos: isso significa duas verdades, ou nenhuma verdade. (PRIGOGINE, 2001, P.26)

O significado que Morin atribui às questões de método tem como centro o homem (individual, social, biológico) e sua condição humana, solo em que pretende regenerar a dissociação ente indivíduo/sociedade/espécie. Recria, a partir dessa tríade, uma concepção de método que transpõe o conjunto de conhecimentos e de procedimentos formais, o primado da ordem, a preponderância de um rigor científico e uma lógica dedutivo-identitária, para lançar-se na busca de explicações complexas da realidade social e fecundadas nas concepções de auto-organização e religação. (RODRIGUES & LIMENA, 2006, P.18). O que dialoga diretamente com a concepção mais simplicista de Richardson, quando diz que o método científico pode ser considerado algo como um telescópio; diferentes lentes, aberturas e distâncias produzirão formas diversas de ver a natureza. O uso de apenas uma vista não oferecerá uma representação adequada do espaço total que desejamos compreender. (RICHARDSON, 1989, p. 19).

As críticas e inovações trazidas por alguns autores como Morin demonstram a insuficiência de alguns métodos na observação da realidade gerando a necessidade de buscar modos que sejam capazes de atingir um olhar mais diverso e profundo da

realidade. O que para Morin<sup>2</sup> trata-se de um pensamento que rompe em certa medida com o modelo cartesiano e que tenta pensar a realidade sobre égide da complexidade, respeitando a tessitura comum e o complexo que ela forma para além de suas partes”.

Para Lüdke e Andre:

[...] o pesquisador procura revelar a multiplicidade de dimensões presentes em uma determinada situação ou problema, focalizando-o como um todo. Esse tipo de abordagem enfatiza a complexidade natural das situações, evidenciando a inter-relação dos seus componentes (LÜDKE & ANDRE, 1986, p.19).

Palavras como multiplicidade, interdisciplinariedade e transdisciplinariedade a figuraram atualmente em diversos contextos no âmbito da ciência. As fronteiras disciplinares que marcaram o pensamento moderno começam a se tornar barreiras de fato, na medida em que reduzem os fenômenos complexos a sua condição diminuta e alienada, ignorando questões sistêmicas e inter-relações intrínsecas. Esses fenômenos são compreendidos como uma manifestação de tudo que emerge da realidade. Fenômeno é expressão de sentido e de sentidos, por isso requer o estudo policêntrico, a partir de diferentes abordagens para não ser polarizado ou tornado cativo de uma única forma de interpretação, de uma teoria explicativa. (RODRIGUES & LIMENA, 2006, P.23). O que na visão de Nicolescu é a busca por coerência entre no pensamento científico e a realidade que deve:

Incorporar também uma perspectiva inter e transdisciplinar, na medida em que propõe não só a conexão de conhecimentos diferentes e dispersos, como também o trânsito entre, através e para além das disciplinas, num movimento que se investe de coerência, articulação e legitimidade de saberes(NICOLESCU, 1999)

O diálogo de saberes, assim como das disciplinas sobre uma perspectiva transdisciplinar é um pressuposto na contemplação sistêmica de variáveis complexas. As pesquisas científicas que se debruçam sobre uma realidade social e suas intrínsecas relações com meio assumem inevitavelmente o viés do inesperado. O novo em se tratando da produção conhecimento deve figurar como prerrogativa da postura do pesquisador, sendo o responsável por flexibilizar o arcabouço teórico referencial e lançar mão de um modo de estar e fazer ciência mais livre.

---

<sup>2</sup> MORIN, Edgar. Complexidade e Liberdade.

Ora, dispor-se às *incertezas* requer que se aprenda a repensar com mais liberdade e com mente mais aberta o imprevisto e o risco; implica acolher as diversidades e abandonar o *locus* das resignadas ou conformadas mesmices e dogmatizações; evoca atitudes e posturas investigativas ampliadas e atentas, autocríticas e componentes, menos dominadas por magnetismos do poder, mais comprometidas com a autonomia e a responsabilidade pelas idéias, pelas ações e pela capacidade de contextualizar e englobar. (RODRIGUES & LIMENA, 2006, P.15)

A pertinência dessa abordagem flexível e interdisciplinar é ancorada na capacidade do conhecimento de situar qualquer informação em seu contexto e, se possível, no conjunto em que está inscrito. Podemos dizer que o conhecimento progride, não tanto por sofisticação, formalização e abstração, mas, principalmente pela capacidade de contextualizar e englobar. (MORIN, 2000, p. 15-16). Segundo Pedro Goergen, a pesquisa não pode excluir de seu trabalho a reflexão sobre o contexto conceitual, histórico e social que forma o horizonte mais amplo, dentro do qual as pesquisas isoladas obtêm o seu sentido. Esses estudos empíricos ou teóricos podem mudar de sentido a partir da consciência dos pressupostos sociais, culturais, políticos ou mesmo individuais que se escondem sob a enganadora aparência dos fatos objetivos. (GEORGEN, 1981, p.9). Goergen busca ampliar o horizonte de percepção da realidade e diante disso optou-se por uma metodologia construída, assim como o objeto de estudo, conjuntamente com os moradores do Assentamento Pastorinhas, assumindo de antemão que a presente pesquisa é fruto de um processo de interação entre sujeitos sociais. Essa interação é marcada por co-responsabilidades éticas e diálogos que estabelecem ao máximo um condição relacional de horizontalidade. Para Paulo Freire o diálogo é uma relação horizontal em que nutre-se de amor, humildade, esperança, fé e confiança (FREIRE, 1967, p.66).

[...], o diálogo é uma exigência existencial. E, se ele é o encontro em que se solidarizam o refletir e o agir de seus sujeitos endereçados ao mundo a ser transformado e humanizado, não pode reduzir-se a um ato de depositar idéias de um sujeito no outro, nem tampouco tornar-se simples troca de idéias a serem consumidas pelos permutantes.(FREIRE, 1988, p. 79).

Essa ordem do afetivo que está presente no modo de ser e estar pesquisador faz parte das também reflexões de Rodrigues & Limena:

É o campo dos conflitos, dos enfrentamentos, das discordâncias, da

convivência de contrários, da complementariedade; reafirma a presença e a capilar sensibilidade do pesquisador no processo de investigação, realçando a prioridade e a preponderância da observação viva, objetiva e subjetiva. A relação ente o pesquisador e o sujeito pesquisado é subjetiva, afetiva, singular e, ao mesmo tempo, concreta, objetiva, capaz de promover intervenções maiêuticas, auto-observação, iniciativa, flexibilidade e autocrítica. Alimenta-se da relação dialógica, produzindo diferentes objetivações. É também o espaço da responsabilidade pelas idéias, de decisão pelas ações; Portanto, é o espaço desnudado da constituição do sujeitos ético, político e de conhecimento. (RODRIGUES & LIMENA, 2006, P.28)

A realidade do Assentamento Pastorinhas e todo contexto histórico envolvido, somado aos interesses acadêmicos do autor foram determinantes no recorte temático metodológico. A memória coletiva da comunidade é constantemente marcada pela ação do estado permeando o discurso dos assentados nas mais diversas reuniões realizadas na elaboração do projeto pesquisa. Refletir sobre a ação do Estado frente ao protagonismo social se tornou elemento central da pesquisa, agregando a experiência do autor, na sua formação de vida como Cientista Socioambiental, e história de luta pela posse e uso da terra dos assentados..

O Assentamento tem uma dinâmica própria de trabalho com demandas políticas externas e internas que somam ao ofício da terra. A conjuntura da realidade a ser estudada por muitas vezes é negligenciada pelo pesquisador, colocando seus interesses a frente da rotina da comunidade. Entretanto optou-se em trabalhar com metodologias que deem conta desse fenômeno complexo, sem abrir mão das devidas adequações ao dia-a-dia da comunidade. Para investigar as relações do Estado frente ao protagonismo social elegeu-se o estudo caso como abordagem referencial, tendo escolhido três metodologias: revisão bibliográfica; análise documental; entrevista semi-estruturadas.

A revisão bibliográfica será responsável pelo referencial teórico ao longo de todo trabalho como elemento orientador de reflexões. Optou-se por trazer um retrospecto histórico dos processos ligados as lutas camponesas, a ação do estado nos mais diversos segmentos - jurídicos; político; institucional - e a agroecologia como balizador dos processos atuais focalizando alguns segmentos que influenciaram diretamente a história do Assentamento Pastorinhas. O caráter norteador do revisão

bibliográfica e o pressuposto, já mencionado, do inesperado são ressaltados por Lüdke & Andre:

Mesmo que o investigador parta de alguns pressuposto teóricos iniciais, ele procurará se manter constantemente atento a novos elementos que podem emergir como importantes durante o estudo. O quadro teórico inicial servirá assim de esqueleto, de estrutura básica a partir da qual novos aspectos poderão ser detectados, novos elementos ou dimensões poderão ser acrescentados, na medida em que o estudo avance. Essa característica se fundamenta no pressuposto de que o conhecimento não é algo acabado, mas uma construção que se faz e refaz constantemente. (LÜDKE & ANDRE, 1986, P.18)

A análise documental é uma etapa fundamental na compreensão da dicotomia estado/assentamento na medida em que diz, sobre uma perspectiva formal, como Estado lida com o Assentamento e, em uma escala ampliada, como faz com a própria questão da terra. São considerados documentos "quaisquer materiais escritos que possam ser usados como fonte de informação sobre o comportamento humano" (PHILIPS, 1974, P.187 apud RODRIGUES & LIMENA, 2006). Segundo Caulley (1981), a análise documental busca identificar informações factuais nos documentos a partir de questões ou hipóteses de interesse. Foram privilegiados os registros gerados por órgãos como o INCRA e EMATER que estiveram diretamente ligados a história da comunidade.

A entrevista semi-estruturada é uma metodologia que permite a aproximação do autor com o discurso, com a voz de fato dos assentados.

Como se pode perceber, a entrevista guiada é igual à entrevista não dirigida: pretende-se obter relatos nas próprias palavras do entrevistado. O entrevistador pode ter uma idéia geral do tema da entrevista, mas o que interessa é o aprofundamento do entrevistado. (RICHARDSON, 1989, p. 166)

A liberdade de percurso associada especialmente à entrevista não-estruturada ou não padronizada permite que se construa um esquema básico de conduta temática desenrolando a partir de um guia, não aplicados rigidamente, possíveis adaptações nas quais o entrevistador julgue necessárias. (LÜDKE & ANDRE, 1986, p.34). A entrevista é de suma importância para a compreensão histórica da comunidade, assim



como o fio condutor das análises documentais e de parte do referencial bibliográfico, como ressalta Richardson:

A entrevista semi estruturada permite o dimensionamento de algumas temáticas e orientação do foco analítico quando falamos de um estudo de caso. o entrevistador, utiliza um "guia" de temas a ser explorado durante o transcurso da entrevista. As perguntas não estão pré-formuladas, são feitas durante o processo e a ordem dos temas tampouco está preestabelecida. (RICHARDSON, 1989, p. 163)

A entrevista pode ser dividida em três partes: elaboração dos temas; realização da entrevista; análise de conteúdo. Cada etapa é pensada para extrair o máximo da perspectivas dos entrevistados sendo necessário aplicação de metodologias que permitam explorar as múltiplas percepções que compõe a realidade da comunidade.

As duas primeiras etapas são orientadas pelas bases epistemológicas já definidas, cabendo ressaltar o cuidado na escolha dos temas na medida em que são os tópicos que orientam o decorrer da entrevista. A importância do estado de presença no momento da execução da entrevista é explicitado por Richardson em sua reflexão etimológica.

O termo entrevista é construído a partir de duas palavras, *entre* e *vista*. *Vista* refere-se ao ato de ver, ter preocupação de algo. *Entre* indica a relação de lugar ou estado no espaço que separa duas pessoas ou coisas. Por tanto, o termo *entrevista* refere-se a *ato de perceber realizado entre duas pessoas*. (RICHARDSON, 1989, p. 161).

A terceira etapa é caracterizada por Krippendorff como um método de investigação do conteúdo simbólico das mensagens, uma técnica de pesquisa que busca fazer inferências válidas e replicáveis dos dados em seu contexto (KRIPPENDORFF,1980,p.21). A complexidade semiótica da linguagem é elemento central na análise de conteúdo, como ressalta Richardson:

Em suma, o estudo dos símbolos e das características da comunicação é básico para compreender o homem, sua história, seu pensamentos, sua arte e suas instituições. Portanto, a análise de conteúdo é um tema central para todas as ciências humanas e com transcurso do tempo tem-se transformado em um instrumento importante para o estudo da interação ente os indivíduos. (RICHARDSON, 1989, p. 175)

Alguns métodos de análise de conteúdo limitam sua compreensão a uma análise objetiva e sistemática das ideias. Porém para Krippendorff no processo de

decodificação das mensagens o receptor utiliza não só o conhecimento formal lógico, mas também um conhecimento experiencial onde estão envolvidas sensações, percepções, impressões e intuições.

A construção de um diálogo entre o conjunto de informações e conhecimentos gerados pelas metodologias se apresenta como um grande estímulo à pesquisa. O trânsito científico, coerente, entre objetividade e subjetividade partindo de pressupostos complexos, transdisciplinares, é mais um desafio nesse campo metodológico de vanguarda.

Nesse complexo contexto, a pesquisa concorre para a produção de conhecimentos e de práticas sociais, na medida em que, através dela, os profissionais adquirem competências para transitar entre o objetivo e o subjetivo, entre o abstrato e o concreto, entre a dúvida e a certeza, entre o falso e o verdadeiro, o velho e o novo, a razão e a emoção. (RODRIGUES & LIMENA, 2006, P.17)

As reflexões epistemológicas contemplam um substrato teórico que balizou a postura do pesquisador em campo. Para além dos métodos já mencionados é importante ressaltar a observação de campo como lugar do sujeito pesquisador no processo pesquisa. Lugar esse que influencia nas tomadas de decisão e na interpretação e articulação dos métodos. Foram entrevistados 04 (quatro) membros do Assentamento Pastorinhas durante as visitas que ocorreram no mês de maio de 2016. A escolha dos entrevistados aconteceu de forma dialética com os moradores em busca de contemplar representatividade de gênero, faixa etária e participação na história da comunidade. Tal fato também se limitou a prévia disposição do entrevistado em conceder a entrevista. As perguntas orientadoras da entrevista foram anexadas no apêndice A do presente trabalho com intuito de dimensionar o percurso proposto para o estudo de caso sob a perspectiva daqueles que viveram a história do Assentamento Pastorinhas. As respostas foram analisadas a partir do método análise de conteúdo supra mencionado buscando correlacionar os elementos trabalhados nas outras seções e capítulos, assim como na argumentação central da pesquisa: as relações estado e protagonismo social na história agrária brasileira e agroecologia como prática socioproductiva de resistência.

### 3. HISTÓRICO DO USO E OCUPAÇÃO DE TERRA NO BRASIL

*É efetivamente nas propriedades rústicas (rurais) que toda a vida da colônia se concentra durante os séculos iniciais da ocupação européia: as cidades são virtualmente, se não de fato, simples dependências delas. Com pouco exagero pode dizer-se que tal situação não se modificou essencialmente até a Abolição. ” (FREYRE, 1957)*

A história do uso e posse da terra no Brasil já foi objeto de estudo das mais diversas áreas do conhecimento tendo seu papel estruturante na análise da organização do que hoje chamamos de República Federativa do Brasil. A complexidade na qual o tema se insere nos indica de antemão o limite analítico de uma abordagem histórica. A presente tentativa trata-se de um espectro da realidade brasileira - em certa medida mundial, se pensamos na inserção geográfica; política; cultural; econômica; social - na qual lançamos olhar para momentos históricos ancorados no eixo central de análise, a terra. Percebamos que a complexidade que estamos tratando começa nos múltiplos significados que a própria palavra terra tem na língua portuguesa. Sua origem etimológica<sup>3</sup> é do latim, também denominada *terra* apresentava significados que remetem ao do português como: chão; solo; território; região de origem; nação; além de dar nome ao planeta em que vivemos. O radical da palavra *ters* - enxuto, seco - indicava para os latinos a oposição a *mare* - mar - além de ser uma deusa romana ligada a fertilidade. Segundo Silva, a palavra veio do latim para o português no começo do século XIII, época em que a nossa língua começava a se delinear como idioma autônomo. Desde então a língua portuguesa incorporou alguns outros significados que dizem respeito também ao próprio português falado no Brasil e toda sua influência histórico cultural. Os dicionários de grande<sup>4</sup> circulação no país trazem algumas definições: planeta habitado pelo homem; solo; camada superficial do solo que nascem e crescem os vegetais; parte sólida da superfície

---

3 Considerações feitas pelo etimologista Deonísio da Silva, da Universidade Federal de São Carlos (UFSCAR) sobre o livro: *De onde vêm as palavras* (17ª edição). 17. ed. Rio de Janeiro: Lexikon, 2014. v. 01. 493p .

4 Consulta feita nos dicionários: Novo Aurélio Século XXI; Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa.

terrestre; por oposição ao mar; terra solta; pó; poeira; localidade; povoação; pátria; campo; território; região.

Essas referências nos ajudam a perceber que terra é um substantivo que indica uma diversidade de possibilidades e de formas de apropriação que ao longo da presente abordagem farão parte do nosso diálogo multifacetado. Conceitos que trazem uma perspectiva física, humana, social e cultural, contemplando as possíveis relações que as antropossociedades estabelecem com o meio.

### **3.1 O achamento português do novo mundo e o uso da terra no Brasil Colonial**

A história brasileira é marcada de controvérsias no que tange a sua memória "oficial" e a que de fato se aproxima dos acontecimentos. Falar sobre o Brasil é assumir pontos de vista que muitas vezes desconstroem o discurso reproduzido pelo senso comum. A começar pelo que chamam de "descobrimento" do Brasil, momento em que a Europa, mais especificamente Portugal, tomou conhecimento de terras do chamado novo mundo habitadas por ditos "selvagens". É importante trazer logo de início a reflexão quanto as palavras na qual atribuímos sentido a realidade, Tenhamos cuidado quando usamos expressões como descobrimento e selvagens na medida em que explicitam uma visão eurocêntrica da realidade. A atribuição de formas de organização social mais "civilizadas" como significado de evolução cultural já denota o olhar de dominação no qual os portugueses se atracaram em solos da então "batizada" Ilha de Santa Cruz. Cabe ressaltar o termo batizada como mais uma das apropriações de linguagem que demonstram a força de uma instituição, a Igreja Católica, na formação ou imposição da cultura judaico-cristã ocidental trazida pelos portugueses.

A data oficial de anuncio do chamado descobrimento do Brasil é 22 de Abril de 1500, controvérsias a parte esse é marco inicial que transformou a forma como os então habitantes do continente sul americano lidavam com o espaço. Em outras palavras é o início de um massacre sem precedentes que aniquilou culturas e inaugurou uma forma de exploração do meio ambiente extremamente devastadora. Alguns autores se dedicaram, mesmo com a escassa produção historiográfica, em investigar as formas de ocupação pré-colombianas, mais especificadamente na região

em que compreende o Brasil. Um exemplo é historiador americano Warren Dean<sup>5</sup> em seu livro " A ferro e fogo: a história e a devastação da Mata Atlântica brasileira" que trata em seus capítulos iniciais as formas de uso dos denominados Indígenas. Apesar de Dean desconstruir o que chamamos de mito do bom selvagem - modo idílico e idealizado de exploração natural no qual possivelmente podemos atribuir aos nativos brasileiros - é notória a relação desigual no tocante impacto ambiental que esse dois modelos de civilização operaram em solos brasileiros. Apesar desse não ser o elemento central de análise é importante ressaltar a existência de uma organização socioespacial diversa e a sua relativa harmonia com a dinâmica ambiental antes da invasão portuguesa. O termo invasão se figura nesse momento como um ato reflexivo diante ao que talvez remeta ao embrião do direito internacional<sup>6</sup>, a soberania dos povos frente ao uma ocupação pregressa daqueles que requerem sem legitimidade seu direito de uso. Apesar do direito internacional não figurar, tal qual nos vemos hoje, no século XVI podemos dizer que a soberania daqueles que ali exerciam seu direito consuetudinário<sup>7</sup> de uso da terra foi ferida a partir da chegada dos portugueses.

As grandes navegações marcaram uma expansão territorial européia em uma escala global e foi fundamental para acumulação primitiva do capital. Diversos foram os motivos e as circunstâncias que fizeram com que Portugal se lançasse ao mar em busca de novas rotas de comércio. A prática de colonização de territórios ao longo de toda a costa africana já demonstrava os interesses de dominação portugueses e suas formas predatórias iam desde a exploração de recursos naturais até o tráfico de escravos. Essa cultura de feitorização de espaços "conquistados" pelas grandes

---

<sup>5</sup> DEAN, Warren. A ferro e fogo: a história e a devastação da Mata Atlântica brasileira. 1. ed. São Paulo: Cia. das Letras, 2004.

<sup>6</sup> CARTA DAS NAÇÕES UNIDAS - NÓS, OS POVOS DAS NAÇÕES UNIDAS, RESOLVIDOS a preservar as gerações vindouras do flagelo da guerra, que por duas vezes, no espaço da nossa vida, trouxe sofrimentos indizíveis à humanidade, e a reafirmar a fé nos direitos fundamentais do homem, na dignidade e no valor do ser humano, na igualdade de direito dos homens e das mulheres, assim como das nações grandes e pequenas, e a estabelecer condições sob as quais a justiça e o respeito às obrigações decorrentes de tratados e de outras fontes do direito internacional possam ser mantidos (...) Artigo 2. A Organização e seus Membros, para a realização dos propósitos mencionados no Artigo 1, agirão de acordo com os seguintes Princípios: 1. A Organização é baseada no princípio da igualdade soberana de todos os seus Membros.

<sup>7</sup> De modo geral, o direito consuetudinário é definido como um conjunto de normas sociais tradicionais, criadas espontaneamente pelo povo, não escritas e não codificadas. O verbete "consuetudinário" significa algo que é fundado nos costumes, por isso chamamos essa espécie de direito também de direito costumeiro. (CURI, 2012, P.231)

expedições se perpetuou ao longo dos séculos, demonstrando a postura do Estado Português frente as novas terras "descobertas".

Mesmo em seus melhores momentos, a obra realizada no Brasil pelos portugueses teve um caráter mais acentuado de feitorização do que de colonização. Não convinha que aqui se fizessem grandes obras, ao menos quando não produzissem imediatos benefícios. Nada que acarretasse maiores despesas ou resultasse em prejuízo para a metrópole. (HOLANDA, 1969, P.106)

A ilha Santa Cruz que posteriormente foi chamada de terra Santa Cruz devido as suas dimensões continentais é a oficialização nominal da dominação Portuguesa. A carta de Pero Vaz de Caminha descrevia sobre o olhar dos recém chegados a condição "intocada" que aquelas terras tropicais se encontravam. O famoso Monte Pascoal era o retrato da exuberância natural que saltou aos olhos de todos que ali estavam como relatou Caminha<sup>8</sup>: "pelo sertão nos pareceu do mar muito grande porque a estender olhos não podíamos ver senão terra e arvoredos". O que o espantou foi a dimensão desse arvoredo, que era "tanto, tamanho e tão basto" até onde o olhar alcançava. Apesar da impossibilidade de se averiguar em primeira investidura nas novas terras ouro, prata, ou metais de interesse mercantil, Caminha já a adianta a Coroa Portuguesa as possibilidades de exploração agrícola dado toda aquela fertilidade e disponibilidade hídrica como ressalta o próprio: "querendo-a aproveitar, dar-se-á nela tudo, por bem das águas que tem".

A conquista das novas terras alimentou ainda mais a expansão marítima portuguesa, porém a exploração dos recursos naturais no novo mundo começou de maneira tímida, se intensificando após os anos de 1530. Nesse período inicial foram criadas feitorias ao longo do litoral, destacando a exploração madeireira de Pau-Brasil, que foi responsável por atribuir atual nome da maior região colonizada pelos portugueses nas Américas, o Brasil. A eminência de invasões do território recém conquistado fez com que a Coroa Portuguesa inicia-se de fato sua colonização do espaço iniciando sua exploração de maior impacto com modelo conhecido como Plantation. O ciclo da cana-de-açúcar nome atribuído a principal exploração econômica dos séculos XVI e XVII foi marcado pela consolidação de uma dominação

---

<sup>8</sup> Caminha, P. Vaz de . *A carta de Pero Vaz de Caminha: reprodução fac-similar do manuscrito com leitura justalinear, de Antônio Geraldo da Cunha, César Nardelli Cambraia e Heitor Megale*. São Paulo: Humanitas. 1999.

violenta que aprofundou o uso de escravos africanos e aniquilou diversas comunidades indígenas que se mostraram como um obstáculo para ocupação efetiva das terras. Apesar de algumas relações amistosas com algumas tribos, permeadas por interesses de escravização, no geral o índio tinha duas opções: adequação cultural, que significava trabalhos forçados e catequização, ou morte. As questões indígenas serão objeto de análise quando tratarmos de alguns conflitos ligados a posse e uso da terra, neste momento o que é importante salientar: são os indígenas os primeiros a sofrerem com o processo de alienação do território, prática que se tornará recorrente no exercício do poder que figura o Estado, seja ele colônia; monarquia; ou república. Contudo no âmbito da tutela e do ordenamento jurídico cabe trazer as contribuições de Motta:

Ademais, a Coroa Portuguesa também não podia desconhecer a existência da população indígena e o fato de que efetivamente ocupavam um território. O reconhecimento do direito à terra para alguns indígenas - aqueles que não haviam sido reduzidos à escravidão - correspondeu a uma das ambigüidades da política metropolitana, não somente em relação aos índios, mas também sobre o reconhecimento do seu direito. O alvará de 1º de abril 1680, por exemplo, reconhecia o direito dos índios à propriedade de suas terras e exigia que se respeitassem, nas sesmarias, as áreas pertencentes aos gentios. (MOTTA, 2008, p.132)

Apesar das relações de oposição que parecem criar um modelo dicotômico de análise não podemos compreender a história das formas de ocupação da terra no Brasil como um contraponto simplificado de proprietários e não proprietários, opressores e oprimidos. Como ressalta Pires<sup>9</sup>, os grupos envolvidos na colonização das terras são variados, e cada um dispõe de formas próprias de pensar e ocupar a terra. Os conflitos que ora passamos a discutir trazem elementos de ordem jurídica e institucional, ambientados na esfera social tendo com objetivo dirimir as facilidades do discurso do senso comum, trazendo para o eixo central de análise os atores sociais envolvidos nesses processos.

A primeira forma de organização do espaço trazida pelo arcabouço jurídico português foram as sesmarias. Essa instituição formal de organização da terra foi

---

<sup>9</sup> STARLING, Heloísa Maria Murguel; BRAGA, Pauliane de Carvalho. Sentimentos da Terra: imaginação de reforma agrária, imaginação de república. Projeto República: núcleo de pesquisa, documentação e memória. Editora Proex. Belo Horizonte. 2013. PÁGINA 19

criada no final de século XV e tinha alcance em todos os domínios da Coroa. O objetivo principal era não permitir que terras permanecessem incultas para fornecimento de alimentos dado a crise produtiva da época. Porém sua aplicação ganha contornos próprios como traz João Pires:

No Brasil Colônia, o sistema nasce vinculado ao processo de colonização e ocupação do território, feito a base de muitos conflitos entre brancos, índios e, posteriormente, negros. O que, na verdade, ocorreu foi que os sesmeiros (indivíduos que haviam ganhado a posse da terra do rei) arrendavam suas terras de várias formas e os arrendatários (indivíduos que acertavam com os sesmeiros a posse de um determinado pedaço de terra dentro da sesmaria), por sua vez, também a subarrendavam. Tudo isso fora do controle do Estado Português. (PIRES, 2013<sup>10</sup>, P.20)

O direito agrário levanta também a questão de que a Coroa Portuguesa precisava estabelecer um sistema jurídico capaz de assegurar a própria colonização. Assim, o sistema de sesmarias em terras brasileiras teria se estabelecido não para resolver a questão do acesso à terra e de seu cultivo, mas para regularizar a própria colonização (MOTTA, 2008, p.129)

Desde o início a terra era condição de poder na colônia e sua forma de acesso era limitada. As chamadas capitânicas hereditárias foram uma organização macroespacial orientada em primeira instância pelas sesmarias e em seguida pelos critérios subjetivos de escolha, baseado nas relações de compadrio, do Rei. Ao mesmo tempo, o sistema de posse tornou-se a expressão maior da realidade da ocupação das terras brasileiras. (MOTTA, 2008, p.131). O período que se estende do início da ocupação efetiva da Coroa Portuguesa, por volta de 1530, até a vinda da família real em 1808 é marcado por três formas de acesso a terra que se estabeleceram em paralelo ao instituto das sesmarias: via arrendamento; via simples ocupação; ou via ocupação de terras devolutas(PIRES, 2013, p.20).

A multiplicidade de formas de ocupação da terra dialoga diretamente com uma diversidade muitas vezes esquecida de atores que se manifestaram durante esse período. As grandes explorações econômicas do período colonial, chamadas também

---

<sup>10</sup> STARLING, Heloísa Maria Murguel; BRAGA, Pauliane de Carvalho. Sentimentos da Terra: imaginação de reforma agrária, imaginação de república. Projeto República: núcleo de pesquisa, documentação e memória. Editora Proex. Belo Horizonte. 2013. PÁGINA 19



de ciclos, foram a cana-de-açúcar e ouro. Sobre essa organização social temos a primeira a vista figurando os grandes latifundiários, donos de Engenho; os escravos africanos; os indígenas; a igreja e a Coroa Portuguesa. Essa agricultura mercantil baseada na escravidão simultaneamente abria espaço para existência do homem livre e os deixava sem razão de ser (FRANCO, 1983, p.14). No trajeto entre esses pólos, esses homens se espremiavam, cabendo-lhes muitas vezes apenas a submissão aos fazendeiros, materialização local do poder. (MOTTA, 2008, P.19). Apesar dessa condição subalterna percebemos, com uma análise mais pormenorizada, que a estruturação urbana primitiva e a produção rural para abastecimento dessa sociedade era diretamente dependente desses atores sociais que são normalmente pouco retratados. Como exemplo tem-se o cidadão português livre que se instalava no Brasil vindo de alguma expedição e não tendo os recursos dos grandes latifundiários acaba se tornando pequeno produtor no entorno de grandes fazendas, via arrendamento ou ocupação de terras devoluta. As proporções dessas terras ocupadas se replicou de tal forma que mesmo antes das discussões do início do século XIX o legislador português reconheceu o apossamento, enquanto costume, como legal - apesar das controvérsias de sua aplicação - a partir da Lei da Boa Razão de 1769.

(...) de ser conforme as boas razões, que deixo determinado que constituam o espírito de minhas Leis, de não ser a elas contrários em coisa alguma: e de ser tão antigo (a posse), que exceda o tempo de cem anos". (MOTTA, 2008, p.132) <sup>11</sup>

O direcionamento da exploração econômica da cana e a extração de metais preciosos fizeram com que a produção de alimentos dos pequenos produtores se tornasse fundamental para as condições de vida na Colônia. Se pensarmos a demanda de alimentos, por exemplo, de Vila Rica - atual Ouro Preto que chegou a se tornar a cidade mais populosa do Brasil - associado a uma intensa demanda de serviços percebemos como era complexa a estrutura social da época. Os artesãos, profissionais liberais como advogados, médicos, engenheiros são também exemplos desses atores que compunham essa organização social complexa.

---

<sup>11</sup> Comentário Crítico à lei da Boa Razão em data de 18 de Agosto de 1769 por José Homem Corrêa Telles", em MENDES, Cândido de II, parágrafo 14, p.476. (falar requisitos: racionalidade - o cultivo - e a antiguidade.)

É importante para contextualização das análises vindouras tratar do perfil das revoltas do Brasil até o início do século XIX, que no período estavam ligados as formas de exploração da colônia. Excetuando dessa análise os embates indígenas e portugueses como a Confederação dos Tamóios e a Guerra dos Bárbaros, os encontros ligados diretamente com a posse e uso da terra era de caráter local. Os conflitos que marcaram o período colonial se enquadram em duas principais correntes, nativistas e separatistas. A primeira tratava de protestos contra a usurpação excessiva de Portugal, além dos desentendimentos de grupos locais como, por exemplo, a Guerra dos Emboabas - luta entre os "emboabas" e os bandeirantes paulistas para exploração de metais preciosos em Minas Gerais. A segunda vertente se dedicava ao que o próprio nome diz na busca por independência, como é o caso da aclamada Inconfidência Mineira.

O panorama de ameaças que vivia a corte portuguesa na Europa no início do século XIX culminou na vinda da família Real e a consequente alteração na condição tradicional de Colônia e Metrópole<sup>12</sup>. Essa transposição foi responsável pelo acirramento de alguns conflitos de terra. A recém-chegada Coroa buscou conduzir uma nova política de terras, porém os interesses dos diversos tipos de posseiros associada histórica desorganização agrária - que já perdurava por três séculos - foram o responsáveis pelo seu insucesso.

### **3.2 Monarquia até 1850**

Ao atacar de frente o todo-poderoso sistema latifundiário, ao violar suas draconianas instituições, a posse passa à história como a arma estratégica de maior alcance e maior eficiência na batalha secular contra o monopólio da terra [...] Intrusos e posseiros foram os precursores da pequena propriedade camponesa [...] À força da repetição desses atos de atrevimento e bravura, pelos quais muitos pagaram com a vida, foi que o sagrado e até então intangível monopólio colonial e feudal da terra começou a romper-se. (GUIMARÃES, 1968, p.113)

A conjuntura política do início do século XIX culminou na independência da então colônia brasileira, se tornando em 1822 uma monarquia. Dom Pedro I durante a sua regência extinguiu o sistemas de sesmarias. O fim do sistema atendeu aos

---

<sup>12</sup> A transição aconteceu em 1808, no conhecido processo de "interiorização da metrópole"(MOTTA, 2008, p.134).

interesses de alguns tipos de posseiros e posses (PIRES, 2013, P.20). Entretanto o fim do instituto das sesmarias não significou qualquer alteração na categoria social dos sesmeiros, sendo o poder dos grandes fazendeiros maximizado em sua esfera local. De certa forma o fim do sistema significou também o reconhecimento da importância do cultivo para a legitimação de uma ocupação, em detrimento, portanto, da importância do título (MOTTA, 2008, p.131). Apesar disso as angústias quanto os impactos da desigualdade no campo permaneciam e eram relatadas na memória de Gonçalves Chaves<sup>13</sup>:

a população brasileira era "quase nada" se comparada à imensidão do território, quase todo repartido. Havia "muitas famílias pobres, vagando de lugar em lugar, segundo o favor e capricho dos proprietários de terras. (MOTTA, 2008, p.135-36)

Os grandes latifundiários não sofreram qualquer tipo ação do estado para regularização de suas terras, inaugurando até os anos 1850 o que Pires vai chamar de limbo jurídico e político. O estado nascente buscava aliados políticos junto as elites agrárias que exerciam seu poder privado sobre égide do medo e da violência.

Melhor dizendo, a implantação de um sistema estatal e de um arcabouço jurídico público no País é um processo contraditório e com varias limitações. O Estado e as leis, às vezes, rendiam-se aos interesses da ordem privada. às vezes, conseguiam render esses interesses e, muitas vezes, negociavam e chegavam a acordos com essa ordem dos grandes senhores de terras e escravos. (PIRES, 2013, p.21)

Os trinta e oito anos que se estendem da independência até a promulgação da lei Terras são marcados por discussões sobre estrutura fundiária do país e serão o objeto de análise. A década de 1820 foi definida pela discussão de dois projetos<sup>14</sup> ligados a questão fundiária, o primeiro oriundo da lavra de José Bonifácio de Andrada e Silva e o segundo de Diogo Antônio Feijó. Bonifácio defendia a democratização do uso da terra vinculando o cultivo a posse efetiva, contrapondo diretamente os interesses dos grandes fazendeiros. Seu projeto definia uma firme ação estatal na

---

<sup>13</sup> "Memórias economopolíticas sobre a Administração Publica do Brasil, compostas no Rio Grande de S. Pedro do Sul e o oferecidas aos Deputados do mesmo Brasil, por hum portuguez, residente no Brasil, há 16 annos; que professa viver só de seu trabalho e deseja o bem da Nação, ainda com preferênciã ao seu próprio", Rio Janeiro, 1822, quarta memória, cap. VII apud LIMA, Ruy Cirne. Pequena história territorial do Brasil: sesmarias e terras devolutas. 4ed. Brasília, DF: ESAF, 1988. p.46.

<sup>14</sup> PIRES 2013 P. 22/23

reorganização fundiária do país sendo o embrião das futuras discussões ligadas ao acesso a terra de escravos livres e o europeus pobres. Feijó traz 1828 uma proposta que consagra o direito ao acesso a terra ao cidadão livre, condicionando seu projeto à critérios como tamanho da família, quantidade de escravos e obviamente o uso efetivo da terra, o cultivo. As sesmarias antigas e as posses que se encontravam sobre um caráter marginal a luz do ordenamento jurídico colonial eram também objeto central dessa nova política. Regularizar e distribuir terras, para ambos os projetos, fazia parte de um ideal maior que somados buscavam o desenvolvimento de um país que nascia. Diante a essa idéia de surgimento de uma nação é importante entender que diferente de outras cenários, como a independência dos Estados Unidos, o que se chamou de Império do Brasil mais se aproxima de uma desvinculação oficial do império ultramarino português, do que um levante popular frente aos desmandos de uma metrópole. Não aprofundaremos nessa questão, mesmo embora o tema mereça, mas cabe ressaltar que ao longo dos anos de Império e República Velha houve uma busca do Estado em sacramentar um projeto de nação a partir de um condicionamento artificial da idéia de povo brasileiro. Diversos conflitos que serão tratados posteriormente vão discutir esse projeto que busca em um frágil imaginário de integração legitimar as forças do Estado frente a ações violentas e opressoras.

A compreensão desse momento histórico, que perpassa a vinda da família real chegando ao fim do período regência,<sup>1</sup> no tocante as questões fundiárias estão diretamente ligadas ao contexto econômico e político da época. O início do século XIX inaugurou o que podemos chamar de ações efetivas do Império Britânico no que tange os seus preceitos abolicionistas. A revolução industrial e o iluminismo orientaram as políticas externas da Inglaterra como, por exemplo, a promulgação da lei Bill Ardeen<sup>15</sup> que extinguiu o tráfico de escravos no oceano atlântico. A pressão inglesa se manteve forte até a promulgação da lei Eusébio Queiroz em 1850. Durante esse período o tráfico de escravos sofreu ataques diretos da marinha britânica, o que fez o lucrativo comércio começar a ceder ao inevitável caminho da abolição. Apesar das oscilações, como o aumento vertiginoso do tráfico em alguns períodos, o cenário político e econômico foi obrigado refletir sobre a transição do trabalho escravo para o livre. Os impactos abolicionistas foram tratados no âmbito da questão agrária na medida em

---

<sup>15</sup> Almeida, Paulo Roberto de "Formação da diplomacia econômica no Brasil" Ed. SENAC / São Paulo 2001. Pág. 322

que a política de terras, além de tentar regularizar a ocupação, agora tratará também da imigração e da substituição da mão-de-obra (PIRES, 2013, p.22). O período regencial trouxe mais obstáculos para a política de terras devido ao contexto de disputas de poder pelas facções da época e toda a agitação social.

Durante a Regência, um governo contestado por vários e diferentes grupos sociais, culminando nas Revoltas dos Cabanos no Pará, dos Balaios, no Maranhão e na agitação Praieira, em Pernambuco, esta última ainda na efervescência quando do Golpe da Maioridade de D. Pedro, em 1840. (MOTTA, 2008, p.141)

A questão retorna a discussão em 1842 quando Bernardo Pereira de Vasconcelos e José Cesário de Miranda solicita um projeto ao conselho de estado para tratar de dois temas: a regularização das sesmarias e a política de colonização (PIRES, 2013, p.22). As vésperas da promulgação da lei Eusébio Queiroz a disponibilidade de mão-de-obra era inversamente proporcional à demanda. O crescimento vertiginoso do café e sua demanda per capita maior por área de cultivo vide o tradicional cultivo da cana, fez o tema da mão de obra ganhar ainda mais relevância. Segundo Motta, para os autores do projeto seu principal objetivo era promover a imigração de trabalhadores pobres em razão da insuficiência de trabalho escravo proveniente da cessação do tráfico de africanos (MOTTA, 1998, p.131 apud PIRES, 2013, p.22). A eminência de uma crise na agricultura dependia do sucesso ou não da política de substituição do trabalho através da imigração europeia. Por conta disso era preciso, na visão dos grandes latifundiários, impedir que o imigrante se tornasse proprietário (PIRES, 2013, p.23). As discussões foram para Câmara focando em três tópicos principais:

regularização da propriedade rural; regularização do imposto territorial, que não saiu do papel; e direcionamento do dinheiro arrecadado com o imposto e com as vendas de terras devolutas para a colonização estrangeira. (PIRES, 2013, p.23)

Os interesses da elite agrária que nesse momento figurava como poder hegemônico entre as classes dominantes girava em torno da legislação de terras e nos benefícios das suas garantias jurídicas. A alternativa de vincular o acesso as terras devolutas apenas mediante a compra restringiria obtenção legítima de posses, além de financiar a política de imigração. Apesar da pressão nessas duas frentes os deputados da época percebiam a limitação dessas ações diante ao conflitante

panorama agrário. A figura do posseiro e do sesmeiro dividia a casa legislativa no reconhecimento legítimo dessas formas de apropriação da terra. As polêmicas tentavam fragilizar o discurso daqueles que compreendiam a importância da posse, na medida em que apresentava um caráter de má fé das ocupações que na ocasião optavam-se em dizer o termo "apossamento por invasão". Em meio a tantos conflitos a lei de terras é aprovada no Senado em 30 de agosto de 1850 algumas de suas maiores ambiguidades que trarão dificuldades em sua aplicação e possibilidades dúbias de sua subversão são descritas por Motta:

Em relação às terras devolutas ela estabeleceu que: 1) a compra era única forma legal de aquisição de terras devolutas, 2) as terras devolutas seriam definidas por exclusão das terras particulares, 3) haveria uma reserva de terras devolutas para fins de colonização, fundação de povoações, abertura de estradas, construção naval. Com relação legitimação e das terras possuídas, a lei estabeleceu que: 1) as sesmarias e as posses mansas e pacíficas dos primeiros ocupantes seriam revalidadas, se estas estivessem cultivadas ou com princípio de cultura; 2) as terra adquiridas por posses, sesmarias ou outras concessões deveriam ser demarcadas num prazo à ser estipulado; 3) os possuidores que deixassem de proceder à medição teriam suas terras caídas em comisso, conservando apenas a posse da área cultivada; 4) a obrigatoriedade dos possuidores de tirar títulos de suas terras; 5) e a organização, por freguesia, do registro paroquial e terras possuídas. (MOTTA, 1998, p.141-42 apud PIRES, 2013, p.24)

### **3.3 Lei de Terras e seus impactos na segunda metade do século XIX**

Em cada cantão do território fluminense e quiçá do nacional, se criava a ficção da inexistência de terrenos devolutos, ao mesmo tempo que fazendeiros e lavradores continuaram a expandir suas terras pelas portas dos fundos de suas fazendas e sítios. (MOTTA, 2008, p.173)

A síntese de um processo de embates legislativos é muitas vezes a lei que se promulga. Entretanto seu desdobramento prático, nas mais diversas searas sociais, depende de uma complexa rede de relações de poder que representam a apropriação de fato daquele ato normativo. No caso da lei de Terras não foi diferente quando percebemos que um dos seus maiores efeitos foi se tornar um marco de apropriação capitalista do Brasil e impedir o apossamento de terras por parte daqueles que vieram

a substituir o cativo na transição do trabalho escravo para o livre (MOTTA, 2008, P.23). O presente capítulo busca discutir os efeitos da lei de Terras ao longo da segunda metade do século XIX, porém antes de iniciarmos tal empreitada traremos para essa discussão uma questão importante que será fundamental para a compreensão da estrutura do trabalho no campo e outros desdobramentos na formação do que chamamos de povo brasileiro: a transição do trabalho escravo para o livre.

José de Souza Martins é um dos nomes mais conceituados para discutir o tema e começa nos dizendo que a escravidão colonial definia-se, portanto, como uma modalidade de exploração da força de trabalho baseada direta e previamente na sujeição do trabalho, através do trabalhador, ao capital comercial (MARTINS, 1981, p.16). O autor discute a condição de escravo e livre sobre a perspectiva Marxista problematizando seus efeitos em uma organização social que se via em transição. Uma das críticas que ele traz é afirmação de que, não sendo formalmente feudais, seriam formalmente capitalistas as relações de produção posteriores ao escravismo e amplamente vigentes, ainda hoje, em muitos setores econômicos e regiões do país (MARTINS, 1981, p.11). Essa atribuição feita ao sistema que se via em transição na metade do século XIX já foi objeto de análise do historiador Caio Prado Júnior quando, em vigorosas imprecisões, questionava a orientação dos que definiam como feudais ou semi-feudais as relações de produção no campo. Para ele na verdade as relações do tipo parceira e colonato, que serão objeto de análises mais profundas a posteriori, teriam se constituído no que ele vai chamar de variantes de relações capitalista de produção (MARTINS, 1981, p.10). O que se percebe nessa análise é que organização social brasileira fechava um ciclo que duravam três séculos a figura de do trabalho livre era caminho se fazia presente no esteio dessa sociedade em transição. O trabalhador livre, já mencionado anteriormente, porém sobre uma perspectiva colonial e de imigrante português, agora retomada de forma mais ampla por Martins:

É verdade que o trabalhador livre já era conhecido amplamente na sociedade brasileira, sobretudo porque, por diferentes meios, muitos negros já haviam sido libertados por seus senhores; sobretudo, porém porque o cativo indígena já havia sido extinto no século XVII, de que proveio uma extensa população de mestiços, definidos desde logo como bastardos, e que vieram a ser conhecidos como caboclos e caipiras, geralmente agregados de grandes fazendeiros. (MARTINS, 1981, p.12)

A figura do trabalhador livre que veio substituir o escravo, não diferia por estar divorciado dos meios de produção, características comum a ambos. Mas, diferia na medida em que o trabalho livre se baseava na separação do trabalhador de sua força de trabalho e nela se fundava a sua sujeição ao capital personificado no proprietário da terra (MARTINS, 1981, p.12). O conceito de liberdade aplicado a esse contexto é objeto central de discussão de José de Souza Martins em suas páginas iniciais do livro "Cativeiro da Terra" que ora se descreve em uma discussão profunda sobre esses dois atores sociais, escravo e trabalhador livre, e a origem de sua condição subalterna.

Para o escravo, a liberdade não é o resultado imediato do seu trabalho, isto é, trabalho feito por ele, mas que não é seu. A liberdade é o contrário do trabalho, é a negação do trabalho; ele passa a ser livre para recusar a outrem a força de trabalho que agora é sua. Para o homem livre, despojado dos meios de produção, ao contrário, o seu trabalho passa a ser condição da liberdade. É no trabalho livremente vendido no mercado que trabalhador recria e recobra a liberdade de vender novamente sua força de trabalho. É claro que se está falando aqui, tanto num caso como no outro, de uma liberdade muito específica: a liberdade de vender a força de trabalho. A libertação do escravo não o liberta do passado de escravo; esse passado será uma das determinações da sua nova condição de homem livre. Do mesmo modo, o homem livre que foi proprietário ou co-proprietário das suas condições de trabalho, ao ser despojado dessas condições não se liberta da sua liberdade anterior, a liberdade de se realizar no trabalho independente, ainda que sob o preço de um tributo em trabalho, em espécie ou em dinheiro. (MARTINS, 1981, p.17)

Dito isso fechamos essa importante reflexão sobre trabalho e passamos a analisar um ato normativo: o decreto número 1.318, de 30 de Janeiro de 1854. Os projetos de lei trazem um arcabouço jurídico que muitas vezes necessitam de um regimento que descreva os procedimentos necessários para sua aplicação e no caso da Lei de Terras não foi diferente. No tocante institucional Motta nos traz um resumo das atribuições do principal órgão criado pelo decreto:

Para tanto, ordenou a criação da Repartição Geral das Terras Públicas, órgão responsável por dirigir a medição, dividir e descrever as terras devolutas e prover sua conservação. Também era de competência da Repartição propor ao governo quais terras devolutas deveriam ser reservadas a colonização indígena e fundação de povoações, e quais deveriam ser vendidas, além de fiscalizar tal distribuição e promover a colonização nacional e estrangeira. Cabia



também à mesma Repartição realizar o registro das terras possuídas, propondo ao governo a fórmula a ser seguida para a revalidação de títulos e legitimação das terras possuídas. (MOTTA, 2008, p.168)

A regularização fundiária proposta na lei e descrita no ato normativo 1.318 previa um cadastramento obrigatório para todos os possuidores de terras chamado: Registro Paroquial de Terra. Apesar do já mencionado problema do reconhecimento da compra como o único acesso legítimo a terra a partir da lei podemos perceber uma certa euforia na pós sua promulgação. Alguns entendiam que estabelecido, reconhecido e firmado o domínio público, demarcadas as terras que dele fazem parte, o seu comprador teria que lidar com qualquer litígio de sua propriedade e de consumir sua paciência e recursos em demandas longas e dispendiosas (MOTTA, 2008, p.168). Podemos pensar que em tese aquele pequeno lavrador que por algum motivo conseguisse a regularização de sua ou mesmo a compra teria o que podemos chamar de segurança jurídica. A euforia extrapola o acesso a propriedade e estima-se que até seus artigos que se referiam a população indígena seriam também contemplados nesse processo. Excetuando-se uma análise antropológica que nos daria uma percepção ruim sobre olhar que os grupos sociais dominantes tinham sobre a cultura indígena e sua condição civilizatória, o relato a baixo demonstra a esperança trazida pela lei de terras sobre esse assunto.

É de crer, que pondo-se em prática estes regulamentos, e empregados os demais meios de que pode dispor a inteligência e a boa vontade, chegaremos a chamar ao grêmio da sociedade essa porção incalculável de dispersos filhos do país, que sem civilização, perfeitamente bárbaros, vivem no interior de nossas numerosas matas. De todos os meios nenhum julgamos mais capaz de operar tão salutar efeito como a propriedade colonial e a bem dirigida catequese. Desde que virem os nossos indígenas florescentes searas, bem cultivados terrenos, abundância de víveres, e que chamados pela persuasão, concorrem a trabalhar, e que seu trabalho seja recompensado, não tardarão logo a preferir à vida nômade e errante. (VASCONCELLOS, 1860, p. 412-413 apud MOTTA, 2008, p.169)

Os relatos nos ajudam a perceber sobre diferentes perspectivas como a lei foi recebida por diversas instâncias. Infelizmente o que podemos de fato dizer sobre anos que se seguem é uma total despreparo e ineficiência por parte do Estado brasileiro em lidar a diversidade conflitos que já eram previsto antes da lei. Os interesses locais se sobrepuseram e muito a iniciativa de regularização via Registro Paroquial da Terra. Os senhores de terras foram seletivos nos diversos âmbitos do território nacional no

tocante a regularização. Os mesmos avaliavam fatores como litígio, reconhecimento ou não de fronteiras, apossamentos cedidos para se posicionarem frente a esse processo. Nos casos que fossem favoráveis a adequação jurídica, o faziam da sua maneira, ou seja, usando as brechas abertas pela lei fazendeiros e lavradores, caso decidissem registrar sua terra, não se comprometiam em declarar a forma de aquisição.

Neste sentido, ele podia ser usado ou não para conferir legitimidade pública aos interesses dos proprietários de terra em cada região, dependendo da decisão de fazendeiros e lavradores de considerá-lo um eficaz instrumento na manutenção ou na imposição de seu domínio sobre as terras de outrem ou sobre seus dependentes. (MOTTA, 2008, p.175)

Um dos problemas mais graves desse processo no que tange os interesses da Monarquia brasileira estava ligado a determinação e demarcação das terras devolutas. Terras que seriam usadas para obter recursos para imigração, assim como garantir processos de colonização e expansão territorial. O frágil critério de autodeterminação dos limites das terras de grandes sesmeiros e posseiros associada a municipalização das obrigações ligadas a esse cadastramento fundiário foi requisitos suficientes para garantir o fracasso desses iniciativas. A lei dizia que as terras devolutas eram uma excludente das terras privadas, logo as Câmaras Municipais tendiam a não responder às solicitações referentes à existência de terrenos devolutos em seus respectivos municípios, reiterando os pressupostos que haviam consagrado o poder dos senhores de terras. Enquanto vereadores, os grandes fazendeiros nada mais faziam do que impedir a regularização da estrutura fundiária, capaz de limitar seus poderes. (MOTTA, 2008, p.172-173)

Além dos problemas referentes à existência de terrenos devolutos, havia ainda a necessidade de acompanhar o processo de legitimação das posses e revalidação das sesmarias. O relator, no entanto, estava ciente que muitas das informações dos senhores de terras não eram apenas incompletas, Como exemplo, ele registrava que os municípios (...) haviam afirmado que nem uma só posse ou sesmaria existe que não tenha sido adquirida por título legítimo e, portanto, que não há terras sujeitas às formalidades dos artigos do Regulamento de 30 de Janeiro de 1854. (MOTTA, 2008, p.170)

A insustentável condição da Repartição como órgão fundiário exigiu sua mudança institucional transformando-o numa Diretoria da Secretaria do Ministério da

Agricultura, Comércio e Obras Públicas. As dificuldades em dar conta de situações tão variadas no país e a escassez de recursos foram apontadas como outras razões possíveis do não cumprimento das exigências do regulamento. (MOTTA, 2008, p.171). Essa transição pouco alterou o cenário institucional e em 1870, o Relatório do Ministério da Agricultura atestava inaplicabilidade da Lei de 1850, sendo necessário sua devida revisão, pois o seu propósito de impedir as invasões das terras públicas tanto para seu uso extrativista indiscriminado, como seu apossamento ilegal e sem estorvo não obteve qualquer êxito. (MOTTA, 2008, p.171)

### **3.4 A consolidação do café**

Na questão do direito e posse da terra, isso fica claro: o Estado nunca conseguiu distribuir terras para desenvolver o País; pelo contrário, suas leis e suas políticas favoreceram a concentração fundiária. A Lei de Terras de 1850 é apenas mais um exemplo. (PIRES, 2013, p.28)

Os grandes ciclos produtivos do Brasil já mencionados - a cana e o ouro - foram responsáveis pela acumulação primitiva do capital, sendo indispensável para consolidação de diversos poderes locais. O café que marca todo o século XIX e as primeiras décadas do XX é principal responsável na formação de uma elite agrária que se estruturou politicamente com os vultosos ganhos advindos dessa cultura. Falar sobre o café é andar sobre solos argilosos de opressão e subalternidade que influenciam as relações no campo até hoje. Em momentos anteriores já dialogamos com o ciclo do café, entretanto o que se pretende com essa análise é tratar mais especificadamente da mão de obra e do fortalecimento dos senhores de terras, na figura dos chamados Barões do Café. De fato a criação de um instrumental legal e jurídico para efetivar o monopólio, pondo o peso do Estado do lado do grande fazendeiro, dificultava o acesso à terra aos trabalhadores sem recurso. (MARTINS, 1981, p.59). Porém a extensão e a abundância de terras devolutas, teoricamente desocupadas, virtualmente disponíveis para serem incorporadas pela grande lavoura, não era fatores suficientes para a continuidade da expansão do café. Além da abundância de terras era necessária a abundância de mão de obra disposta a aceitar a substituição do escravo (MARTINS, 1981, p.60). A transição que para muitos foi

tratada como natural devido a crise do tráfico e posterior abolição da escravatura, na verdade se mostrou tensa e com dificuldades em sua efetivação.

(...) sua supressão jurídica ou a mera incorporação produtiva do trabalho do homem livre, não era suficientes para alterar o teor do vínculo entre o fazendeiro e o trabalhador. A mentalidade do fazendeiro tinha, pois, raízes sociais definidas e expressava a forma de capital que estava na base do seu empreendimento. (MARTINS, 1981, p.61)

Do mesmo modo que para o fazendeiro, também para o imigrante ser livre era o mesmo que ser proprietário. A sua designação como colono já era parte de um artilheiro ideológico que o comprometia com a propriedade (MARTINS, 1981, p.61). Grandes processos migratórios na história de países como Estados Unidos e Austrália foram marcados por uma colonização de amplo acesso a terra, uma concepção incutida no Europeu pobre que buscava novas oportunidades diante a crises europeias do século XIX. O transbordo das ideias de liberdades iluministas e todas correntes marxistas e anarquistas que efervesciam no velho continente embriagavam o imaginário desses imigrantes que desciam em solos brasileiros. Trabalhar para vir a ser proprietário foi à fórmula definida para integrar o imigrante na produção do café. Entretanto, no Brasil, colono passou a ser sinônimo de empregado. Por oposição ao escravo, o colono entra na produção do café pela valorização do trabalho, não só porque trabalho era uma virtude da liberdade, mas porque era condição da propriedade (MARTINS, 1981, p.61). Ou seja, o trabalho em teoria era a maneira pela qual aqueles que buscavam uma nova condição de vida atingissem seus objetivos que não ocasião tinha nome: a terra. Obviamente estamos falando do acesso a propriedade rural e as condições dignas de sobrevivência nela.

O conceito de renda capitalizada trazida por Martins quando o mesmo nos apresentava a concepção econômica do modelo escravocrata agora é retomada sobre o cenário do imigrante. Para Martins, o trabalhador entra no processo produtivo igualmente como renda capitalizada, já que o fazendeiro, como veremos adiante, tinha de custear transporte, alimentação e instalação do colono e sua família. Esse dispêndio podia ser inferior ao preço do escravo, mas alterava em muito pouco a qualidade da relação entre o fazendeiro e o colono. O trabalho continuava assumindo a forma de renda capitalizada do fazendeiro (MARTINS, 1981, p.62). Apesar de toda aversão do imigrante, a situação de escravo - sendo necessárias muitas vezes

distinções geográficas claras na fazenda no período em que as duas modalidades de trabalho conviveram - sua liberdade jurídica era fortemente ameaçada, sobre uma perspectiva empírica, por sua perversa dependência econômica. A relação entre o fazendeiro e o colono, chamada primeiramente de parceria, geravam débitos iniciais que escapavam a autonomia do imigrante. Além disso, diversos procedimentos agravavam essa dívida, como a manipulação de taxas cambiais, juros sobre adiantamentos, preços excessivos cobrados em armazém. Esses recursos postergava a remissão dos débitos dos colonos, protelando a servidão virtual em que se encontravam e a impossibilidade de acesso a propriedade.

Desse modo, o trabalhador não entrava no mercado de trabalho como proprietário da sua força de trabalho, como homem verdadeiramente livre. Quando não estava satisfeito com um patrão deveria encontrar um fazendeiro que estivesse disposto a arcar com os custos de seu débito, procurando de certa forma um novo "proprietário" (MARTINS, 1981, p.63)

Rebeliões diante a essa exploração absurda era só uma questão de tempo, haja vista todo conteúdo ideológico trazido e a esperança de uma vida melhor. A repercussão dessas revoltas se espalhou de tal forma que foi necessário colocar no lugar da "parceria" uma nova variedade de relacionamento entre colonos e fazendeiros. Uma forma que ganhou notoriedade foi das colônias de particulares. Eram agrupamentos familiares que assumiam certa área da produção do café e seu pagamento era fixo por hectare. Apesar de não remover as condições de exploração dos débitos, as colônias particulares permitiram ganhos que alguns casos foram suficientes para o rompimento das relações de servidão virtual e a compra de uma propriedade, desejo absoluto entre todos que ora chegavam no Brasil.

Apesar de todo o contexto dessas relações de expropriação do trabalhador os recursos necessários para expandir o café ainda esbarravam no capital imobilizado nessa transição de mão de obra. Foi só a partir de 1870 que essa dificuldade seria atenuada com a inauguração da imigração subvencionada pelo governo da província de São Paulo. Os imigrantes eram de preferência localizados em colônias oficiais, em regime de pequena propriedade (MARTINS, 1981, p.65).

Os colonos foram geralmente colocados em terras impróprias para o café ou cana, na esperança que se dedicassem à produção de alimentos baratos(...) Basicamente essa produção garantiria a

alimentação da família imigrante. A aquisição de roupas, remédios e, eventualmente, outras mercadorias, dependentes do dinheiro, teria que ser feita mediante trabalho assalariado. O governo, constituído, aliás de grandes fazendeiros e seus representantes, procurava organizar viveiros de mão-de-obra que se oferecesse às fazendas de café para o trato e a colheita à medida que isso fosse necessário. (MARTINS, 1981, p.65)

O que parecia o princípio de uma colonização aos moldes da americana ou australiana se figurou na verdade como uma grande política de Estado para estruturar de fato a expansão do café. Como retrata Martins esses colonos ora assentados se viam obrigados a recorrer ao fazendeiro devido a impossibilidade de custear plenamente todas as demandas da vida.

Para os Barões do Café foi fim da renda capitalizada e a imobilização de capital com a imigração subvencionada. O fazendeiro não só poupava como recebia indiretamente do estado, dado os gastos que o mesmo tinha com os custos da imigração para dispor essa mão de obra. A intervenção do Estado na formação desse contingente para as fazendas de café representou, de fato, o fornecimento de subsídios para a formação do capital do empreendimento do cafeeiro (MARTINS, 1981, p.67). As especulações indenizatórias diante a pressão dos escravocratas com a eminência da lei áurea não foi atendida diretamente com repasse de recursos, porém como destaca Martins o Estado fez seu "papel" de financiador do suposto desenvolvimento nacional.

Os fazendeiros pretendiam receber indenizações do Estado pelos lucros cessantes advindos da abolição da escravatura. Os fazendeiros não deixaram de receber uma indenização muito mais significativa do que aquela que pretendiam. Receberam a garantia de um fluxo contínuo de trabalhadores sem o menor dispêndio de capital. Somente com a intervenção do Estado foi possível quebrar o circuito do trabalho cativo, procedendo-se a uma socialização dos custos de formação da força de trabalho e criando-se as condições para que se instituísse o trabalho livre e o mercado de trabalho. (MARTINS, 1981, p.66)

As condições criadas pelo Estado fizeram com que a receita para expansão do café, tendo em vista seu espaço no mercado internacional, dependesse apenas do tempo e a capacidade de "articulação" para expansão de terras e absorção da mão de obra. Essa articulação foi na verdade a criação de uma verdadeira indústria de grilagem. Com dinheiro desmobilizado os fazendeiros ofereceram a procura e os

grileiros a oferta. A "profissionalização" do processo foi extrema e o que ora já acontecia no meio rural em uma escala menor, viu suas ações multiplicadas. A formação de um "corpo técnico" que contava com todos os profissionais necessários para o avanço na ocupação as terras devolutas contava com: topógrafos; advogados; jagunços e juizes. A efetivação do processo e a esperada garantia jurídica que os senhores de terra exigiam se efetivava por meio de compras reconhecidas por tribunais. O fazendeiro então recebia a terra livre e desimpedida com segurança jurídica para explorar sem maiores problemas.

A terra que já era custoso e na maior parte das vezes improvável para o imigrante, o escravo liberto, e mesmo mestiços - conhecidos como caboclos e caipiras - agora se tornava condição sine qua non para a consolidação dos Barões do Café. O preço da terra e a expansão avassaladora da lavoura de café cristalizaram ainda mais o processo de alienação do acesso a pequena propriedade.

O que em 1880 era apenas especulação teórica, tendo em vista um substituto para as hipotecas feitas sobre os escravos, vinte anos depois era realidade: a terra havia alcançado alto preço, assumindo plenamente a equivalência de capital, sob a forma de renda territorial capitalizada. (MARTINS, 1981, p.68)

### **3.5 República Velha**

Conhecida como República do "Café-com-Leite", dos Coronéis, a Primeira República ou República Velha compreende o período entre 1889-1930. Suas denominações mais comuns transmitem a hegemonia de alianças políticas da época, porém reduzem a complexidade das relações de poder que ora se faziam presente. O que adiantamos é que em embora as aparências de organização do país fosse liberal, na prática o poder foi controlado por um reduzido grupo de pessoas.

É importante que tracemos algumas breves reflexões sobre o cenário do fim da monarquia para compreensão melhor do processo da proclamação da República, assim como no paralelo das transformações do período analisado. Durante o segundo reinado o Brasil continuava a ser um país especialmente agrícola, apesar de alguns surtos industriais localizados - como as intervenções de Irineu Evangelista de Souza,

o barão de Mauá. Considerando-se as pessoas em atividade em 1872, 80% se dedicavam ao setor agrícola, 13% ao de serviços e 7% à indústria. (FAUSTO, 1995, p.237).

Um problema grave da Monarquia foi a persistência da escassa integração territorial e econômica do país, apesar no relativo avanço nos transportes. Tal como aconteceu no período colonial, a administração imperial se concentrou em algumas capitais. O interior do país e mesmo em áreas mais distantes de algumas províncias o isolamento era total. O aparato público era extremamente restrito a cidades como, por exemplo, o Rio de Janeiro.

Os conflitos que geraram a queda da Monarquia restringiram-se a uma disputa entre elites divergentes, e nem entre monarquista nem entre os republicanos a Igreja tinha forte influência. Essa condição foi determinante para, durante o processo de constituição da República, figurar pela primeira vez na história a laicidade. Fato promissor para as interlocuções entre a política de imigração tão expressiva para construção da história do povo brasileiro.

O episódio de 15 de novembro resultou da iniciativa quase que exclusiva do Exército, que deu um pequeno, mas decisivo, empurrão para apressar a queda da monarquia. Por outro lado, a burguesia cafeeira permitiria à República contar com uma base social estável, que nem o Exército, nem a população urbana do Rio de Janeiro podiam por si mesmos, proporcionar (FAUSTO, 1995, p.235). Como episódio, a passagem do império para República foi quase um passeio. Porém os anos que se seguiram foram de intensos conflitos de poder. Os vários grupos que disputavam o poder tinham interesses diversos e divergiam em suas concepções de como organizar a República. Os representantes políticos da classe dominante das principais províncias - São Paulo, Minas Gerais e Rio Grande do Sul - defendiam a ideia de República Federativa que asseguraria um grau considerável de autonomia às unidades regionais (FAUSTO, 1995, p.245). A inspiração desse modelo que casava com interesses das elites locais veio da organização do Estados Unidos que consagrou a República Federativa Liberal. A chave da autonomia dos estados - designação dada às antigas províncias - estava no artigo 65 constituição que dizia caberá aos estados poderes e direitos que não lhes fossem negados por dispositivos do texto constitucional. Essa condição será primordial para que estado como São



Paulo obtenham o desenvolvimento tal qual observamos nesse período, haja vista as possibilidades de empréstimo direto que tal unidade federativa possuía para políticas de seu "interesse" - como foi o caso dos planos de valorização do café.

Em contrapartida outro federalismo defendido pelos positivistas gaúchos foi combatido tanto pelos militares como pelas elites paulistas, na visão desse últimos a desconstrução do poder central se mostrava como um risco a república nascente, entre outros aspectos. A organização geral do Estado firmada na constituição de 1891 tem bastante similitude, em certa medida, com a atual.

A constituição estabeleceu os três poderes - O Executivo, o Legislativo e o Judiciário -, "harmônicos e independentes entre si". O Poder Executivo, que antes coubera o Imperador, seria exercido por um presidente da república, eleito por um período de quatro anos. Como no império, o Legislativo foi dividido em Câmaras de Deputados e Senado, mas os senadores deixaram de ser vitalícios. Os deputados seriam eleitos em cada estado em número proporcional seus habitantes, por um período de três anos. Os senadores um mandato de nove anos, três senadores representando cada estado e três representante Federal, isto é a capital da República os projetos de lei podiam ter início tanto na Câmara como no Senado. No caso da aprovação, era encaminhado à sanção do presidente da República. Caso fosse negado, o projeto voltava Congresso, este poderia aprová-lo, mesmo sem assinatura do presidente da República, desde que se obtivesse dois terços de votos favoráveis dos membros presentes à reunião na qual se examinasse o veto presidencial. (FAUSTO, 1995, p.250-251)

As eleições, tema importante - pelo menos no âmbito teórico e analítico da construção política - foi objeto fundamental para as articulações políticas em todas as instâncias. Fixou-se o sistema de voto universal, retirando o senso econômico. Entretanto a etimologia da palavra República - coisa pública; bem comum - já nesse momento se mostra restritiva. Entendia-se "universal como: cidadão brasileiro, maior de 21 anos, excluindo mulheres, analfabetos, mendigos e os praça militares.

O arranjo político que buscou de maneira mais efetiva coalizar as forças das elites agrárias e a representatividade política dos entes federativos, na figura de seus representantes, foi implementado por Campos Sales. A política dos governadores, como ficou conhecida tal estratégia, objetivava reduzir ao máximo as disputas políticas no âmbito de cada estado, prestigiando grupos mais fortes, chegando a um acordo básico entre União e os estados. Assim como, por um fim a hostilidade existente entre

Executivo e Legislativo, domesticando a escolha dos deputados pró o governo central sustentando os grupos dominantes, enquanto estes, em troca, apoiariam a política do presidente da república (FAUSTO, 1995, p. 259). O poder do Presidente da Câmara nesse cenário era fundamental para ordenar o corpo de deputados. A chamada Comissão de Verificação de Poderes foi mecanismo que permitiu estabelecer, sobre a visão dos que estavam no poder, quais eram os "merecedores" de ocupar tal função pública. Obviamente esse julgamento era feito baseado no quão era aliado os deputados nos planos do governo e indiretamente das elites agrárias.

A primeira vista, as eleições (mesmo com toda sua excludente de gênero) poderia ser o começo político de alteração no domínio oligárquico, via um levante popular menos dependente de armas e revoltas que até então eram locais. Entretanto o voto não era obrigatório e a política era encarda pelo povo de duas maneiras: um jogo entre os grandes; ou uma troca de favores. Seu desinteresse crescia quando nas eleições os partidos estaduais acertavam, lançando candidaturas únicas, ou quando os candidatos de oposição não tinham qualquer possibilidade. Para ter uma ideia da inexpressividade da participação popular, as eleições que mais tiveram votos contaram com a presença de 5,7% da população. (FAUSTO, 1995, p.262). Outro aspecto a ser ressaltado é o de que os resultados eleitorais não espelhavam realidade. O voto não era secreto e a maior parte dos eleitores estava sujeita a pressão direta dos chefes políticos. Como se isso não bastasse, havia fraude eleitoral através de falsificação de atas, do voto dos mortos, dos estrangeiros (FAUSTO, 1995, p.262).

A denominação "República do Coronéis" faz uma menção aos coronéis da antiga Guarda Nacional, que eram em sua maioria proprietários rurais com base local de poder. A expressão pode prestar se há equívocos porque se, de um lado, o fenômeno Coronelismo se associa primeira República, de outros seria errôneo dizer República pertenceu aos coronéis (FAUSTO, 1995, p.262). Essa associação que marcou o primeiro período republicano distorce a força do poder político estadual e federal. Fausto Brito esclarece um pouco essas relações

O Coronelismo representou uma variante de uma relação sociopolítica mais geral - o clientelismo - existente tanto no campo como na cidades. Essa relação resultava da desigualdade social, da impossibilidade cidadãos efetivarem seus direitos(...) Do ponto de vista eleitoral, o coronel controlava os votantes em sua área de influência, trocava votos em candidatos por ele indicados por favores

tão variados, como uma par de sapatos. Além disso, apesar de ser importantes para sustentação da base do sistema oligárquico, os coronéis dependiam de outras instâncias para manter seu poder. Entre essas instâncias destacava-se, nos grandes estados, o governo estadual, que não correspondia ao ajuntamento de "coronéis" (FAUSTO, 1995, p.263).

O café com leite, mais uma das formas conhecidas da primeira República, exprime a ideia de que uma aliança entre São Paulo e Minas comandou, no período, a política nacional. Entretanto a realidade era, porém mais complexa do que isso sendo necessário olhar mais de perto as relações entre a União e pelo menos três estados, São Paulo, Minas Gerais e Rio Grande do Sul. A famosa elite cafeeira Paulista, representada politicamente pelo PRP (Partido Republicano Paulista), concentrava-se na esfera federal iniciativas para obtenção de apoio para planos de valorização do café. Desse modo, embora a economia de São Paulo tenha se diversificado no curso da primeira República, sua elite política agiu principalmente no interesse da burguesia do café. Para garantir a renda da cafeicultura, surgiram em São Paulo, no começo do século, vários planos de intervenção governamental no mercado cafeeiro. Chegando-se em fevereiro de 1906 ao famoso acordo, conhecido como convênio de Taubaté, por ter sido celebrado nessa cidade paulista. Assinaram acordos os estados de São Paulo, Minas e Rio de Janeiro. (FAUSTO, 1995, p.266).

os dois básicos do convênio eram os seguintes: negociação de um preço de 15 milhões de libras esterlinas para custear a intervenção do Estado no mercado por meio da compra do produto por um preço conveniente à cafeicultura; criação de um mecanismo destinado a estabilizar o câmbio, impedindo a valorização da moeda brasileira. O governo deveria comprar com os recursos externos às safras abundantes, fazendo estoques da mercadoria para vender-las no mercado internacional no momento oportuno. O plano se baseava assim na ideia correta da alternância entre boas e más colheitas e na expectativa de que as compras governamentais reduziram oferta do café, fazendo subir os preços. (FAUSTO, 1995, p.266-267)

Um breve relato mostra que comunhão de ambas as forças estaduais foi um processo fundamental, mas que não conta toda história do período. A união foi feita com a preponderância de uma ou de outra das duas forças. Com o tempo, surgiram discussões e um grande desacerto final entre as elites Mineiras e Paulistas (FAUSTO, 1995, p.270). Além do leite e do gado de corte respectivamente, Minas Gerais e o Rio

Grande do Sul se estabelecerem como os grande fornecedores de alimentos no mercado interno.

O café durante os anos de 1889 até 1930 se mostrou como o primeiro responsável pelo superávit primário da economia, compondo em alguns períodos mais 60% do total das exportações. Entretanto outras commodities tiveram sua importância macro econômica, como por exemplo o algodão no nordeste e a borracha na Amazônia. Essa última merece uma atenção maior pelo seu caráter territorial, sendo considerada a primeira grande expansão para região norte do País. A seringa se tornou no fim do século XIX, depois de suas adaptações físico-químicas, um produto disputado pelas indústrias de automóvel e de bicicletas. A borracha, produto final da seringa, era utilizada em larga escala pelo mercado Europeu e dos EUA. A exclusividade inicial de sua extração fez com que um volume considerável de pessoas de alto poder aquisitivo migrassem para os Estados do Amazonas e Pará - região de maior incidência dos seringais. O preço no mercado internacional e sua demanda cada vez mais alta fez com que a elevação da oferta aumentasse a cada ano em escala geométrica. Durante alguns anos da primeira República a economia do Norte ocupou o segundo lugar nas exportações, se aproximando, em períodos de baixa do café, aos números do cargo chefe produção agrícola nacional.

Para compreendermos a dimensão dessa expansão vejamos as taxas de imigração. Calcula-se que entre 1890 e 1900 a migração líquida para região, ou seja, a diferença entre os que entraram e saíram foi cerca de 110.000 pessoas (FAUSTO, 1995, p.291).Essa pungência econômica era notável na infraestrutura urbana de cidades como Manaus, que contava na época com iluminação pública elétrica, bondes, serviços de telefone luxos poucos vistos em grandes capitais do país. A arquitetura deu tom desse apogeu com a construção do Teatro Municipal de Manaus que facilmente nos explica volume de negócios que a cidade ora vivenciava. Contudo pouco se viu nas transformações de vida desses nordestinos que se aventuraram dentro da Floresta Amazônica.

Essas mudanças não conduziram, entretanto, a modificação das miseráveis condições de vida dos seringueiros que extraíam a borracha no interior. Não levaram também uma diversificação de atividades econômicas capaz de sustentar o crescimento em uma situação de crise da borracha. (FAUSTO, 1995, p.291)

O chamado ciclo da Borracha teve seu fim de forma avassaladora com a forte queda dos preços no mercado internacional devido principalmente a concorrência asiática. O legado da exploração dos seringais trouxe além de um crescimento desigual uma ocupação desmedida dos territórios indígenas

Ao longo da primeira República a estrutura social se diversificou com avanço da pequena propriedade produtiva no campo, a expansão da classe média urbana e ampliação da base da sociedade. A grande novidade sobre esse último aspecto foi o a expansão do já dito "colonato" na área rural e, sobretudo a classe operária nos centros urbanos (FAUSTO, 1995, p.295). Antes de retomarmos o conceito dessa relação de trabalho no campo é importante ressaltar que apesar do importante crescimento da pequena propriedade as condições de subalternidade se mantiveram imperando nesse contexto social.

O colonato veio substituir a experiência fracassada da parceria. Os colonos, ou seja, a família trabalhadores migrantes, se responsabilizavam pelo trato do cafezal e pela colheita, recebendo basicamente dois pagamentos em dinheiro: um anual, pelo trato de tantos 1000 pés de café, e outro por ocasião da colheita. Este último pagamento variava de acordo com resultado da tarefa, em termos de quantidade colhida. Outro o fazendeiro fornecia moradia excedia pequenas parcelas de terra, onde os colonos podiam produzir gêneros alimentícios. O colonato era distinta da parceria porque, entre outras características, não existia divisão de lucros da venda de café. Não constituía também uma forma pura de trabalho assalariado, pois envolvia outros tipos de retribuição (FAUSTO, 1995, p.282).

Diversos conflitos permearam o fim do século XIX e o início do XX. A concepção de uma nova organização do estado e laicidade foram alguns dos motivos que desencadearam guerras como a de Canudos. O processo de proclamação da República não teve qualquer apelo popular e sua transição para grande parte dos brasileiros foi completamente artificial. O caráter militar inicial e o deturpado espírito republicano integrador foram determinantes na ação do Estado em conflitos aparentemente pró-monarquia. No âmbito dos conflitos agrários podemos dividi-los em três grandes grupos: os que combinaram conteúdo religioso com carência social; os que combinaram o conteúdo religioso com reivindicação social; os que expressaram reivindicações sociais sem conteúdo religioso (FAUSTO, 1995, p.295).

Canudos é o exemplo mais emblemático do primeiro grupo e de certa forma das próprias revoltas republicanas. A dimensão populacional e simbólica de um assentamento que apelava contra a República, construindo uma forma de vida coletiva, foram motivos suficientes para uma intervenção do estado. O caráter messiânico de Antônio Conselheiro foi a marca de uma organização territorial comum. A coesão da comunidade se estabelecia na fé e no elevado rigor no comportamento baseado nos preceitos cristãos.

Dois eram os medos das Oligarquias: o medo do êxodo dos trabalhadores - a mão de obra que já estava escasseava desde a abolição da escravatura, era ameaçada pelo crescente fascínio que Canudos exercia entre os pobres do campo - e o medo da destruição da propriedade. A imprensa divulgava atos de subversão do Conselheiro e seu "bando" - termos utilizados na época - em episódios de supostos roubos e incêndios. Para muitos desses, Conselheiro tinha ido longe demais: desafiara a Igreja, o governo e o latifúndio (GOULART; BRAGA; REIS, 2013, p.87). Os conflitos políticos e ideológicos são levantados por Fausto Brito quando diz que

Os jacobinos viam o dedo oculto dos políticos monarquistas em um episódio ligado as condições de vida do sertão e ao universo mental dos sertanejos. Essa fantasia era alimentada pelo fato de que o conselheiro pregava a volta da Monarquia. A República só podia ser coisa de ateus e maçons, como comprovam a introdução do casamento civil e uma suposta interdição da Companhia de Jesus(...) Para os oficiais positivistas e os políticos republicanos, aquela tinha sido uma luta da civilização contra a barbárie. Na verdade havia "barbárie" em ambos os lados e mais aqueles homens instruídos que tinha sido incapazes de pelo menos tentar entender a gente sertaneja. (FAUSTO, 1995, p.282).

O fim dessa trágica história é retratado no último capítulo do célebre livro de Euclides da Cunha. Crônica sobre a guerra, "Os Sertões" faz uma crítica histórica sobre a formação do caráter nacional, denunciando o descaso e a violência da República contra parte do povo brasileiro. Canudos, como outras que veremos, é mais um episódio dramático da opressão do Estado frente as conquistas camponesas.

O movimento do Contestado, surgido em 1911, nasceu reunindo seguidores de um "coronel" tido como amigo dos pobres e pessoas de diversas origens, atingidos pelas mudanças que vinham concorrendo na área. Entre elas, trabalhadores rurais

expulsos da terra pela construção de uma ferrovia e por uma empresa madeireira. Esse movimento social se enquadra no segundo grupo dos movimentos ligados ao campo. Na ocasião os "rebeldes" estabeleceram vários acampamentos, organizados na base da igualdade e da fraternidade entre os membros. A principal reivindicação era a posse da terra, porém foram liquidados em 1915 por tropas estaduais e do exército. Por fim o terceiro grupo de movimentos sociais no campo tem como exemplo mais expressivo as greves por salários e melhores condições de trabalho ocorridas nas fazendas de café de São Paulo. (FAUSTO, 1995, p.296).

A forma de organização desde os movimentos messiânicos até grupos de cangaceiros demarcavam espaços políticos da revolta camponesa. Eram conseqüências do cerco à terra e à vida. Embora fossem isoladas, aconteciam em quase todo território brasileiro e representaram uma importante força política que desafiava e contestava incessantemente a ordem instituída. São partes da marcha camponesa que percorre o espaço da história do Brasil (FERNANDES, 2000, p.32).

Diversos foram os aspectos de transformação da sociedade brasileira ao longo da Primeira República. Os relatos ora apresentados somam as mudanças no cenário urbano influenciando diretamente fenômenos como a industrialização que serão objetos de análise. A urbanização diversificada pela mão de obra imigrante e o surto industrial mais consistente no início do século XX foram determinantes para os acontecimentos desse primeiro cinquentenário.

O acirramento dos conflitos entre as elites, a transformação cultura da semana de arte moderna, a crise mundial com impactos diretos a economia do café são fatores que desencadearam a revolução de 30. Movimentos como o Tenentismo, que apesar da sua pouca efetividade, se reuniram num contexto de insatisfação de diversas camadas da sociedade brasileira sendo determinantes para que em 3 de Novembro de 1930, após comandar a Revolução de 30, Getúlio Dornelles Vargas assumisse o poder.

### **3.5 Eras Vargas**

Quando a Primeira República acaba, com a Revolução de 1930, inaugura-se um novo período econômico no País. Getúlio Vargas incentivará a Marcha para o Oeste, ou seja, a conquista e posse de um vasto território nacional pouco conhecido ainda. Lançará as bases para o desenvolvimentismo brasileiro: aos poucos a agricultura vai cedendo espaço para as indústrias e a agricultura sofrerá uma grande

transformação, modernizando-se e perdendo seus braços para as cidades. (PIRES, 2013, p.29).

A crise mundial pós-queda da bolsa de Nova Iorque foi um dos grandes motivos para aprofundar a crise política do final dos anos 20. Vargas assume o poder em um cenário caótico no plano econômico, o produto estruturante da economia nacional dos últimos cem anos tem seu declínio a números alarmantes. De certa forma outras commodities como o algodão e a borracha sofreram com a forte retração do mercado internacional. Essa crise na agropecuária brasileira, somado ao cenário global, influenciou diretamente a disponibilidade de empregos urbanos. A retração econômica diminuiu a demanda de produção de bem manufaturados e serviços gerando de certa forma esse colapso em cadeia. Além Getúlio precisava lidar com o histórico conflito político entre as forças militares relativamente progressistas e as oligarquias conservadoras.

A Igreja ora juridicamente banida do Estado brasileiro pela Primeira República volta dado uma formação católica do então presidente figurar no meio político. Esse apoio da Igreja fez parte de conjunto de fatores que contribuíram para legitimar o poder de Vargas. A materialização dessa parceria foi a introdução de ensino religioso na educação formal.

O período que antecede o conhecido Estado Novo é marcado por um tom de centralização política e econômica. Vargas concentra o poder federalizando ao máximo tudo que envolve o interesse público. Um exemplo máximo foi a criação do Conselho Nacional do Café que anteriormente se fixava em um órgão vinculado ao estado de São Paulo - o Instituto do Café (FAUSTO, 1995, p.333). Apesar da crise mundial e de uma relativa diminuição do poder político das oligarquias agrárias frente a indústria nascente, o governo se viu obrigado a controlar o declínio econômico do Café. Uma das medidas mais conhecidas e emblemáticas para controlar o preço através do equilíbrio entre oferta e demanda foi a compra e destruição física do Café - prática utilizada em outros países como Argentina e Austrália. A proporção dessas ações foi tamanha que nesse período foram queimadas 78,2 milhões de sacas de café, o que segundo Boris Fausto representava três anos de consumo mundial.

Antes de tratarmos da transição econômica industrial impulsionada na Era Vargas, trataremos de dois temas que se conectam diretamente a esse processo e que em certa medida contribuem para seu relativo sucesso: a educação; e as leis



trabalhistas. A educação básica no Brasil durante séculos se restringiu as elites e a formação nos seminários, sendo a formação universitária extremamente incipiente. Vargas cria o Ministério da Educação e inicia um maciço investimento na criação de universidades favorecendo diretamente a formação de uma elite intelectual mais robusta. Para essa empreitada importantes nomes como o fundador do estruturalismo antropológico, Levi Strauss fizeram parte desse processo. Além disso, o embrião do que hoje é a nossa escola pública gratuita nasce nas iniciativas desse período. A formação técnica necessária para a capacitação da mão de obra para indústria nasce com fomento da educação técnica através do SENAI - Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial. Esse processo seguiu o rito autoritário característico do governo Vargas, porém não fascista, decidindo toda a institucionalização da educação dentro de uma perspectiva federalista (FAUSTO, 1995, p.340).

A famosa Consolidação da Lei Trabalhista de 1943, a CLT foi um dos mais importantes legados de Getúlio. Os movimentos sociais urbanos, como os nascentes sindicatos, foram incisivos em algumas de suas lutas por melhorias nas condições trabalho nas primeiras décadas do século XX. No intuito de frear o avanço desses movimentos e possibilitar um desenvolvimento do país através da consolidação de uma burguesia industrial, Vargas se dedicou a construção dessas Leis trabalhistas.

Um dos aspectos mais coerente do governo Vargas foi a política trabalhista. Entre 1930 e 1945, ela passou por várias fases, mas desde logo se apresentou como inovadora com relação ao período anterior. Teve por objetivos principais reprimir os esforços organizatórios da classe trabalhadora urbana fora do controle do Estado e atraí-la para o apoio difuso ao governo. (FAUSTO, 1995, p. 335).

Apesar das pressões anteriores, o tom autoritário e centralizador do governo reduziram a níveis diminutos essas evoluções jurídicas no âmbito do trabalho. A necessidade de controle na coalizão de forças na era Vargas se materializou em certa apatia dos movimentos sociais e uma administração eficiente das pressões burguesas, podendo enxergar nessa estratégia política um embrião do Populismo.

A política trabalhista do governo Vargas constituiu um nítido exemplo de uma ampla iniciativa que não derivou das pressões de uma classe social e sim de ação do Estado. Os responsáveis pela nova legislação eram os ministros do Trabalho, homens como os gaúchos Lindolfo Collo e Salgado Filho, que não representavam os industriais ou comerciantes; eram antigos participantes de movimentos populares na

Primeira República, como o advogado Evaristo de Moraes e o sindicalista Joaquim Pimenta; eram os técnicos ministeriais, como Oliveira Viana e Waldir Niemeyer. (FAUSTO, 1995, p.336).

Uma das bandeiras do movimento tenentista, frente aos vultosos benefícios históricos das elites agrárias, era o investimento em um projeto de desenvolvimento do país sobre a égide de uma economia industrial. Getúlio também por interesses pessoais e políticos iniciou esse processo de industrialização baseados nas suas políticas nacionalização dos bens e serviços.

Podemos sintetizar o Estado Novo sob aspecto socioeconômico, dizendo que representou uma aliança da burocracia civil e militar e da burguesia industrial, cujo o objetivo comum e imediato era promover a industrialização do país sem grandes abalos sociais. A burocracia civil defendia o programa de industrialização por considerar que era o caminho para verdadeira independência do país; os militares porque acreditavam que a instalação de uma indústria de base fortaleceria a economia - um componente importante de segurança nacional; os industriais porque acabaram convencendo se convencendo de que o incentivo à industrialização dependia de uma ativa intervenção do Estado (FAUSTO, 1995, p.367).

Apesar de seu perfil populista - entendendo populismo como uma política de adequações de interesses das diferentes classes que não pressupõe igualdade - seu viés autoritário e federalista gerou revoltas como a de 1932 em São Paulo. Essa corrente autoritária, sustentáculo ideológico da Era Vargas, assumiu com toda conseqüência a perspectiva do que se denomina modernização conservadora, ou seja, o ponto de vista de que, em um país desarticulado como Brasil, cabia ao Estado organizar a nação para promover dentro da ordem o desenvolvimento econômico e o bem-estar geral. O estado autoritário poria fim aos conflitos sociais, às lutas partidárias, aos excessos da liberdade de expressão que só serviam para enfraquecer o país (FAUSTO, 1995, p.357).

A transição econômica foi tão expressiva que se compararmos as estatísticas de 1920 e de 1940 perceberemos o avanço da indústria em poucos mais de duas décadas. Na segunda década do século a produção agropecuária representava 79% do PIB e a indústria 21, em 1940 esse balanço fechou em 57% e 43% respectivamente. A indústria em alguns momentos chegou a crescer 11,8%, demonstrando o quão intenso foi esse processo (FAUSTO, 1995, p.392). Essa

diminuição na produção agrícola foi puxada pela crise do café e de outros gêneros de exportação, entretanto a produção de alimentos para o mercado interno aumentou nesse mesmo período, demonstrando uma diferenciação no perfil produtivo do cenário agrário.

Como vimos, apesar do direcionamento de investimentos para indústria, a agricultura recebe também sua parcela de estímulo. Segundo Sorj(1986), caminha para diversificação, mercantilização e especialização. Para Ianni (1979) , as transformações que a partir daí se processam correspondem a uma transição de *"padrões e valores oligárquicos para um estilo de vida e produção tipicamente burgueses"* (PRADO, 1999, p.20). Esse processo é o princípio da coalizão de forças entre as elites urbanas e rurais, como destaca Prado.

A despeito da diversificação da economia brasileira, esclarece Costa (1979): "industriais, comerciantes, e cafeicultores eram as mesmas pessoas. Embora as atividades fossem diferentes, os atores eram os mesmos. Assim como os fazendeiros empreendiam negócios industriais e comerciais, comerciantes, industriais e bacharéis tornavam-se proprietários de terras. (PRADO, 1999, p.21)

Os já mencionados feitos de Getúlio no âmbito dos direitos sociais o colocaram nas páginas da história como o pai dos pobres. A pergunta que fica é que pobres seriam esses? Os operários da CLT? E a classe rural explorada, a pobreza no campo seriam motivos suficientes para Vargas olhar para essa desigual realidade? Getúlio insinuava-se como um ser iluminado, conhecedor das necessidades da nação e do povo, mas nada realizou de substantivo pela questão agrária. Nem mesmo a legislação outorgada aos trabalhadores urbanos dignou-se estendê-la aos trabalhadores rurais. Ianni (1979) afirma que foi para não se indispor com os latifundiários. Certamente o antagonismo político que segmentava os oligarcas da terra desvanecer-se-ia face a medidas tão danosas a seus interesses comuns. Tal fato nos mostra que os latifundiários não haviam desaparecido de cena. Ainda exercia o poder, assim como a terra exercia seu fascínio (PRADO, 1999, p.21).

Em meados da década de 30, Vargas lança um programa de integração nacional através da ocupação do território. Tratava-se de uma ação política que visava, principalmente, à expansão da fronteira agrícola brasileira. A partir da formação de Colônias Agrícolas em áreas que se procurava desbravar, o governo incentivava a migração de trabalhadores rurais para as localidades compreendidas

pelos programas de povoamento. Era a conhecida "Marcha para o Oeste". Nas décadas seguintes, foi um intenso fluxo migratório nas diversas regiões no país. Famílias inteiras, muitas vezes reunidas em grupos, formavam um contingente marcado pela miséria e pela esperança de, no fim da caminhada, encontrar a tão sonhada terra para nela viver e dela tirar sua subsistência. Não raro, quando chegavam no destino, era ainda o desalento o que encontravam (TOLENTINO, 2013, p.99-100). Prado nos esclarece de forma sucinta o tamanho desse desalento e perversidade dessa política que aparentemente buscava em seus objetivos democratizar o acesso a terra.

As colônias agrícolas nacionais instituídas pelo Estado Novo realizaram um papel importante no desencadeamento da marcha da agricultura e na ocupação de terras devolutas, portanto, dos movimentos migratórios. A iniciativa da colonização sob o patrocínio do Estado, recebeu amplo apoio por parte dos proprietários de terras. Primeiramente, pela justificativa do empreendimento, qual seja, a implantação de "viveiros de trabalhadores disciplinados e produtivos e, conseqüentemente, porque restringia a ação e a figura do posseiro, uma vez que se poderia delimitar o local, o tamanho da área e as condições do assentamento, deixando pouca margem a movimentos autônomos. No Estado de Mato Grosso foi denunciada a cessão, nesses moldes, de mais de 500.000ha a cada uma das empresas requisitantes. Houve um caso de cessão de 3.600.000ha de terras contíguas a uma só companhia que fraudou a lei requerendo para cada um de seus membros a quantidade máximas de terras permitida. Enquanto isso, um tratamento diferenciado era dado aos posseiros: uma mensagem enviada à assembléia legislativa pelo governador do estado, participante das decisões nas distribuições multimilionárias das terras, propunha a cobrança daqueles infelizes de uma taxa anual de 2% do valor venal da terra como forma de cessão. (p.22)

Um conjunto de fatores abreviou o Estado Novo como condição política, as pretensões de Vargas em se manter no poder foram se desconstruindo a partir de 1943 com o Manifesto dos Mineiros. A participação na Segunda Guerra Mundial, umas das suas grandes incoerências reforçou o discurso, até mesmo interno, da abertura democrática. Aqueles que defendiam o fim do regime autoritário no Brasil viam na posição político militar uma contradição tremenda. Como pode um país combater o totalitarismo na Europa e sustentar uma ditadura. A figura do articulador General Góias Monteiro, idealizador da revolução de 30, agora contrário à permanência de Vargas, foi fundamental para sua retirada do controle estatal brasileiro. Não fruto de uma conspiração externa e sim um jogo político complexo, a deposição de Getúlio

Vargas não se mostrou revolucionária e inovadora no tocante as figuras de poder, foi mais uma transição de interesses de um esfera da sociedade.

### **3.6 Do populismo ao Golpe**

No período compreendido entres os anos de 1940 e 1964, esse tempo de realização dos primeiros encontros e congressos camponeses foi igualmente abundante em lutas de resistência pela conquista da terra. Lutas em defesa da posse da terra, ocupações para conquistar a terra; ações expropriatórias, expulsões, assassinatos: diferentes formas de violência contra os trabalhadores; reação e revolta, migração, grilagem praticada por fazendeiros e grandes empresas - muitas vezes com a complacência do Estado - greves, reivindicações, fundação de associações, de sindicatos, de federação e da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura, foram as principais características da resistência dos trabalhadores rurais. (FERNANDES, 2000, p.36)

O período que se estendeu do fim da Era Vargas até o Golpe Militar foi marcado por um projeto desenvolvimentista iniciada nos anos 30. Chegava à concepção de muitos o momento do Brasil se modernizar e todo esse sentimento que se estabeleceu como hegemônico foi aplicado e obviamente reinterpretado pelas respectivas lideranças políticas ao longo desses quase 20 anos. Na esfera econômica o Brasil busca fortemente se industrializar e faz isso nesse momento com o investimento e tecnologia estrangeira. Os efeitos sociais da aceleração da urbanização, as relações territoriais de produção espaço e a construção de Brasília são fenômenos que dizem um pouco desse contexto desenvolvimentista. A importação de tecnologia trouxe junto um pacote cultural que influenciou o modo como as pessoas gostariam de viver no Brasil. O famoso American Way of Life exportou não só para o Brasil, mas para o mundo um modelo de vida que influenciou ideologicamente toda uma geração.

A produção agrícola, importante elemento orientador da análise, inicia um profundo cenário de transformações a partir do período pós-guerra. Esse momento que foi conhecido como "Revolução Verde" fundiu a indústria química aos nascentes complexos industriais.

A industrialização da agricultura tornou-se possível em virtude da implantação no país dos setores industriais produtores de insumos, máquinas e equipamentos. Com a ampliação da agroindústria de

transformação, especializada também na distribuição, comércio e financiamento da produção completou-se a estrutura do que se denominou complexo agroindustrial (PRADO, 1999, p.24).

Esse momento marca a industrialização da agricultura, fase que corresponde na interdependência irreversível entre agricultura e a indústria, na qual, a agricultura, para produzir, depende do suprimento de bens industriais como insumos, máquinas e equipamentos, e cuja produção, na sua grande maioria, assume o estatuto de matéria-prima destinada a outros ramos da produção (PRADO, 1999, p.24). Uma abordagem mais profunda desses processos será feita posteriormente, cabendo para o momento a compreensão de sua existência e as influências em solos brasileiros. As décadas de 40 e 50 esboçaram um leve aumento na produtividade e um crescimento do mercado interno agrícola. Os efeitos dos projetos desenvolvimentistas se estendem em parte para o campo atrelando a produção a uma dependência de insumos e máquinas estrangeiras.

Fazendo um paralelo com os movimentos sociais da época, vemos que desde meados do século XX, novas feições e novas formas de organização foram criadas na luta pela terra e na luta pela reforma agrária: as ligas camponesas, as diferentes formas de associações e os sindicatos dos trabalhadores rurais (FERNANDES, 2000, p.32). Na lógica do modelo de desenvolvimento do país, sempre estiveram, mantidas e contidas, a luta pela terra e a objeção ao assalariamento. Bandeiras que como já mencionado foram esquecidas até por governos que se colocaram a favor dos trabalhadores e das causas sociais, como o caso de Getúlio Vargas.

Nas diferentes regiões do país, contínuos conflitos e eventos foram testemunhos da formação camponesa no principio da segunda metade do século XX. A lutas dos posseiros e dos pequenos proprietários para resistirem na terra, as lutas dos arrendatários, dos colonos, juntamente com as lutas dos trabalhadores assalariados, os encontros e congressos camponeses, indicavam o desenvolvimento do processo de organização política. O Partido Comunista Brasileiro (PCB) e a Igreja Católica, entre outras instituições, disputaram esse espaço político, interessados nesse processo de formação (FERNANDES, 2000, p.32).

Um importante marco nesse processo foi a formação das Ligas Camponesas por volta de 1945. As Ligas foram uma forma de organização política de camponeses proprietários, parceiros, posseiros e meeiros que resistiram à expropriação, à expulsão da terra e ao assalariamento. Foram criadas em quase todos os estados e

organizaram dezenas de milhares de camponeses. Elas tinham o apoio do Partido Comunista Brasileiro que foi declarado ilegal em 1947. Processo que culmina em uma violenta repressão generalizada, muitas vezes praticada pelos próprios fazendeiros. Esse ponto inicial trazido pelas ligas foi responsável por implosão e consequente explosão de movimentos sociais ligados à luta camponesa em todo Brasil. A participação dos setores progressistas da Igreja, mesmo com todos os conflitos internos, e a presença do PCB foram determinantes na ampliação e coalizão de forças desses movimentos. O caso da ULTAB - União dos Lavradores e Trabalhadores Agrícolas - criada pelo PCB em 1954 que busca aliança política entre operários e os camponeses permitiu, dentre outros motivos, uma nacionalização integradora mais "efetiva" dos movimentos em 1961. Na ocasião aconteceu em Belo Horizonte o I Congresso Nacional de Lavradores e Trabalhadores Agrícolas. Foi marco na história da formação camponesa no Brasil, promovendo um grande impulso às lutas no campo.

Cabe destacar um movimento que surgiu no Rio Grande do Sul que merece uma atenção especial por ser historicamente o embrião do maior movimento social do mundo o MST. O Movimento dos Agricultores Sem Terra - MASTER - tem sua origem relatada pelo pesquisador Bernardo Fernandes.

O MASTER surgiu no final da década de 50, na resistência de 300 famílias de posseiros em Encruzilhada do Sul, e nos anos seguintes se territorializou por todo o estado. Em 1961, o então Governador do Rio Grande do Sul, Leonel Brizola, passou a apoiar o movimento. Os agricultores sem-terra eram: o assalariado da granja, o parceiro, o peão e também os pequenos proprietários e os filhos destes. Em 1962, os sem-terra começaram a organização de acampamentos. Esta era uma singularidade do MASTER, que, ao se aproximar das cercas do latifúndio, tornava-se uma ameaça concreta. Estes trabalhadores não estavam resistindo para não sair da terra, como era o caso dos foreiros das Ligas Camponesas. Eles estavam pelejando para entrar na terra (FERNANDES, 2000, p.34)

Esse cenário que se mostra cada vez mais acirrado e conflituoso no início dos anos 60 é trabalhado pelos governos sob uma perspectiva conciliadora. A criação do CONTAG é um exemplo que busca a institucionalização das organizações camponesas, transformando-os em sindicatos subordinados ao governo. Apesar dessa preocupação com as questões agrárias essa condição de atrelamento ao poder público enfraquece em parte o movimento camponês. Alguns conflitos cabem aqui serem citados, dado ao seu impacto político: conflito em Minas Gerais no vale do

Mucuri e Doce; Trombas e Formoso em Góias; região de Porecatu no Paraná; e o Pontal do Paranapanema .

A Reforma Agrária era ponto de convergência dos movimentos e vemos na "ilusão" da proposta do governo Goulart como o país tinha em suas mãos a prova histórica da necessidade de uma melhor distribuição de terra. (MOTTA, 2008, P.19) O acirramento político no campo e toda uma atmosfera conservadora manifesta no âmbito urbano, frente as reformas de base trazido por Jango, foi o cenário que culminou no fim da democracia, no aniquilamento dos movimentos sociais do campo e o início da ditadura militar.

### **3.7 Ditadura Militar**

No dia 11 de março de 1964, assume como chefe do estado maior o marechal Humberto de Alencar Castello Branco, após o Congresso Nacional ratificar a indicação do comando superior das forças armadas. Inicia-se o conhecido período militar, em que a democracia deixa de figurar como possibilidade de gestão política, substituindo a liberdade por censura. Apesar da multiplicidade de abordagens possíveis para se discutir esse período da história brasileira, no presente momento optaremos em nos restringir às questões do campo e da cidade no tocante organização do espaço, assim como as mudanças agrícolas produtivas observadas nesse período. Obviamente as repercussões ora trabalhadas farão parte de um contexto político maior, sendo esse o pano de fundo das reflexões.

Conforme nos traz Prado, o governo tratou logo de início sufocar as vozes em favor das reformas no campo, uma aniquilamento quase instantâneo dos movimentos sociais (PRADO, 1999, p.24). A reforma agrária chegou a ser cogitada e estabelecida em lei, nº 4.504, de 30 de Novembro de 1964. O Estatuto da Terra estabelecia medidas extrafiscais que buscavam conter a especulação do latifúndio. As conhecidas alíquotas progressivas junto com outros dispositivos legais que fundamentavam o projeto da reforma agrária. A primeira vista o presente parágrafo parece contraditório, causando um estranhamento ao leitor. Como o mesmo poder que aniquila os movimentos sociais de luta pela terra tinha a reforma agrária como bandeira política, e maior, outorga uma lei que prevê o instituto da reforma agrária? A resposta esta na formação política de Castello Branco. O então presidente era entusiasta do governo



Kennedy, presidente americano que defendia a reforma agrária como pilar do desenvolvimento econômico. A apropriação da ideia de reforma agrária como bandeira comunista foi um deturpação das possibilidades de implementação de tal mecanismo estruturante. Porém a predisposição legal do Estatuto da Terra foi postergada em favor da modernização da agricultura.

Não se tratava, é óbvio, de uma reforma ampla e radical, mas poderia ser um princípio na transição da estrutura agrária brasileira, dada a instituição do imposto territorial rural progressivo, entre outras deliberações interessantes. Desse modo, a oportunidade de transformações duradouras para as classes desprivilegiadas do campo não se concretizou. (PRADO, 1999, p.24)

O período pós-guerra foi o marco da revolução verde. O termo já mencionado que merece ser retomado por sua importância na modernização agrícola brasileira. O desenvolvimento da indústria química ao longo da primeira metade do século XX e a corrida tecnológica da guerra fria foram determinantes para o aporte técnico-científico da agricultura. A dispersão dos chamados defensivos, assim como dos insumos - como o famoso NPK - se tratou de uma expansão sem precedentes desse capital. O notório alinhamento econômico do governo militar com o capital estrangeiro possibilitou o arranjo institucional da política agrícola conhecida como modernização conservadora. Tratava-se de um financiamento público que buscava desenvolver a agricultura no Brasil através dos moldes da revolução verde. O chamado pacote agrícola era o conjunto de tecnologias, insumos e defensivos vendidos pelas grandes multinacionais. Como podemos observar logo de início o projeto não buscava qualquer emancipação, o que na verdade se viu foi um aprofundamento da dependência internacional - tanto no tocante tecnologia como de capital (vide a dívida externa) - além de uma concentração ainda maior na renda.

Guimarães nos oferece um exemplo clássico desse menoscabo baseando-se no crédito rural - o principal instrumento das políticas agrícolas modernizantes: "(...) a parte mais vultuosa do crédito rural subsidiado se encaminha para os produtores de exportação, em detrimento dos produtores de abastecimento interno; dirige-se para os produtores e intermediários do centro-sul, em detrimento do resto do país: concentram-se nas mãos dos maiores empresários, em detrimento dos pequenos agricultores. (PRADO, 1999, p.25)

Guimarães nos traz com clareza o que significou o crédito rural, que para muitos se tratou de um golpe às contas públicas direcionado para o grupo dominante. Além

das facilidades e fartura relativas ao volume de dinheiro destinado ao financiamento das atividades agropecuárias, a política culminara no desvio de vultuosos montantes para especulação fundiária, o que fez elevar o preço das terras e revigorar a pressão na expulsão dos pequenos agricultores (PRADO, 1999, p.25). O fato era que o cálculo balizador do crédito era em cima da dimensão das terras o que com o tempo gerou, dado as condições "especialíssimas" de pagamento, uma fonte de acúmulo de capital e ampliação da dominação fundiária.

Considerando que todos investidores desfrutavam isenção de impostos por um período de 10 anos, que ao adquirirem as terras pagavam apenas um preço simbólico e que com os serviços públicos de infraestrutura essas terras sofriam uma majoração significativo no seu valor, pode se avaliar o volume de recursos financeiros indiretamente despendidos com estes capitalistas pelo erário público. O que não seria possível realizar com tantos recursos em prol dos pequenos proprietários, dos posseiros, arrendatários, parceiros e trabalhadores rurais? Mas infelizmente, para a maioria destes restou a pobreza, a grilagem, o massacre. (PRADO, 1999, p.26)

O grande projeto de integração nacional capitaneado pelo governo militar teve como um de seus eixos centrais a expansão da fronteira agrícola da Amazônia. Além de obras de infraestrutura como a transamazônica, o estado promoveu uma política de colonização. A SUDAM - Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia - foi responsável por gerir os processos fundiários que ficaram conhecidos por sua discrepância não criteriosa de doações de terra.

A SUDAM fixou, conforme denuncia Guimarães, em 25.000 ha tamanho mínimo dos lotes para efeito dos projetos agropecuários. E assim, multiplicar os latifúndios, havendo registro de gleba com mais de 4 milhões de hectares. Ainda de acordo com o autor, os incentivos fiscais concedidos pela SUDAM - imposto de renda que deixar de ser recolhido para aplicação dos projetos agropecuários - atingiram, em média, 75% do total de investimento, havendo casos de equivalerem a 95%, quando se permite a dedução de impostos para aquisição de terras. Nessas circunstâncias, o proprietário da terra arcava apenas com 5% do investimento. (PRADO, 1999, p.26)

No âmbito técnico-produtivo das ciências agrárias os resultados da revolução verde começaram a convencer os grandes latifundiários que, além da acumulação de capital, o pacote tecnológico rendia excelentes taxas de produtividade. Solos nunca antes adubados com insumos químicos, o uso de agrotóxico sem resistência biótica e mecanização ampliada de solos pouco escavados, foram à combinação ótima para as

supersafras. O resultado era tão impressionante que para muitos era presumível a inevitabilidade da universalização dessas transformações, como se fizessem parte de um darwinismo econômico um caminho unidirecional de uma ciência positivista. O fenômeno da "caifiação" - termo utilizado para designar os complexos agroindustriais - emerge no sistema brasileiro nesse período. A industrialização da produção agrícola, dado o pacote da revolução verde, gerou uma coalizão de capitais ora interligados apenas por compra e venda. Esse processo de transformação no padrão agrícola se tornou modelo econômico a partir de então. O que chamamos de agronegócio hoje está profundamente ligado a esse contexto.

A euforia das supersafras contribuiu para fortalecer a imagem de uma agricultura moderna, autossuficiente, de consequências sociais inevitavelmente benéficas. Concepção de que "todos" crescendo, todos ganham. Quem são todos? O que faz lembrar a celebre frase de Delfim Neto: crescer o bolo, para depois dividir. As modificações no perfil da produção agrícola a partir de 1965 trazidas por Martine reitera o cenário apresentado quando o mesmo diz que:

a consolidação do parque industrial, a instauração de um estilo de desenvolvimento visando a modernização conservadora, a fase ascendente do ciclo econômico conhecido como o "milagre econômico", a ampliação do crédito rural subsidiado e de outros incentivos à produção agrícola, a internacionalização do pacote tecnológico da Revolução Verde, a melhoria dos preços internacionais para produtos agrícolas. A distribuição social, setorial e espacial dos incentivos provocou uma divisão de trabalho crescente. Maiores propriedades, em terras melhores, tiveram acesso a crédito, subsídios, pesquisa, tecnologia e assistência técnica, a fim de produzir para o mercado externo ou para a agroindústria. Enquanto isso, os produtores menos capitalizados foram relegados a terras menos férteis, utilizando práticas tradicionais e explorando a mão-de-obra familiar para subsidiar ou produzir um pequeno excedente comercializado nos mercados urbanos, onde o baixo poder de compra das massas garantiam preços também baixos (MARTINE, 1991, p.10)

O êxodo rural - fenômeno socioespacial da demografia - muito utilizado para deslocamento entre o campo e a cidade vai muito além de uma concepção geográfica, ele para muito um momento histórico. A terminologia é comumente empregada para qualquer movimento de pessoas com esse perfil no espaço. Entretanto ele trata de um fenômeno que alterou radicalmente em curto espaço de tempo a disposição demográfica no país. Esse transição que aconteceu em outros países, como na

Europa, durou mais de um século. Sendo que no Brasil em 30 anos deixamos de ser um país majoritariamente rural para se tornar uma nação das grandes metrópoles.

Além da mecanização expulsar a mão-de-obra, o espaço de arrendatários, parceiros, posseiros e outros pequenos produtores também ficou reduzido pela "territorialização do capital". Isso provocou um forte exôdo rural de quase 30 milhões de pessoas(MARTINE, 1991, p.10).

É importante nesse momento discutir de forma mais aprofundada a ideia de urbano e rural sobre uma perspectiva lefebvriana. O Brasil, o urbano teve sua origem na política ao mesmo tempo concentradora e integradora dos governos militares que deram sequencia à centralização e expansionismo Vargasista e interiorização desenvolvimentista Juscelinista. O velho binômio "Energia e Transporte" transformou-se nos anos 70 em investimentos em infraestrutura, comunicações, serviços financeiros, entre outros. Através do tecido urbano estenderam-se o Estado, a legislação, redes de comunicações, serviços urbanos e sociais (produção e consumo), potencialmente por todo o país, dos centros dinâmicos às fronteiras naturais (MONTE-MOR, 2007, p.17). O urbano industrial, conceito lefebvriano, se aplica de forma extensa em um movimento concomitante de implosão dos grandes centros urbanos e explosão para o chamado tecido urbano. Esse fenômeno tem origem nesse momento histórico brasileiro, onde o capital encontra na fragilidade estrutural brasileira e nos interesses elitistas limitados um espaço de dominação amplo. O estado opera suas ações através do interesse do capital e o resultado desses processos é o cenário o assimétrico urbano que hoje contempla virtualmente todo o território brasileiro.

A partir dos anos setenta, a urbanização se estendeu virtualmente ao território nacional integrando os diversos espaços regionais à centralidade urbano-industrial que emanava de São Paulo, desdobrando-se na rede de metrópoles regionais, cidades médias, núcleos urbanos afetados por grandes projetos industriais e atingindo, finalmente, as pequenas cidades nas diversas regiões, em particular onde o processo de modernização ganhou uma dinâmica mais intensa e extensa. "Já não há mais problema agrário, agora e trata do problema urbano em escala nacional", dizia de forma quase panfletária o economista e sociólogo Francisco de Oliveira na SBPC de 1978. De fato, ao final daquela década, as relações capitalistas virtualmente já haviam sido estendidas a todo o espaço nacional. (MONTE-MOR, 2007, p.18)

Esse panorama - político; institucional; social; fundiário e agrícola - influenciará a todos no fim dos anos 80 e 90, no período da redemocratização. As lutas que se travaram - mesmo com toda a violência e tortura - com movimentos sociais ao longo de toda a ditadura foram indispensáveis para pressão política que culminou nas medidas de anistia do início dos anos 80. Figuras emblemáticas como Betinho voltam do exílio e endossam o grupo contra a ditadura. Os movimentos culturais, com notório destaque para a música, vem na arte engajada uma ferramenta poderosa de contestação da ditadura.

Nos últimos anos do governo militar o Brasil enfrentava graves problemas econômicos. O endividamento internacional da época do "milagre" contribui diretamente para a alta da inflação e recessão que o país vivia. Os créditos rurais subsidiados foram reduzidos e refinados segundo os interesses políticos. A oposição aos poucos foi ganhando força institucional com o surgimento dos novos partidos e o fortalecimento do sindicato. O movimento *Diretas Já* que buscava aprovação da Emenda que garantia o voto direto para presidente recebeu amplo apoio dos diversos segmentos da sociedade. Porém a medida não foi aprovada e o colégio eleitoral, indiretamente, representando o povo brasileiro decide por Tancredo Neves no dia 15 de Janeiro de 1985. Era o fim do regime militar, apesar da morte do então presidente e a assunção do seu vice José Sarney.

### **3.8 Redemocratização do país e o novo milênio**

A segunda metade da década de 80 foi um prelúdio das extremas dificuldades que o Brasil teria que enfrentar no seu processo de redemocratização. Além de toda a carga política, a questão econômica seria o maior dos problemas dessa democracia que renascia. A irresponsabilidade das contas públicas no período da ditadura fez com que o endividamento externo atingisse patamares astronômicos e os mecanismos de correção pareciam ser "eficazes" apenas para diminuir direitos sociais. Os temas ora trabalhados nesse capítulo circundarão elementos importantes do mundo agrário que sofreram *transformações* e *conservações* sobre o intermédio do Estado brasileiro.

Com o fim do regime militar e a crise da “modernização conservadora” da agricultura, o debate da Reforma Agrária que ora foi admitido pela lei de terras de 64 e esquecido em seguida pelo crédito subsidiado é retomado no Primeiro Plano Nacional de Reforma Agrária (PNRA). A Nova República assume a necessidade de tal reestruturação, mas a mudança do ciclo político - fim do Regime Militar e Constituição de 1988 – é contraposto por um ciclo econômico neoliberal – privatista e desregulamentador dos anos 1990 (DELGADO, 2005, p.51). Os ganhos jurídicos da constituição são inegáveis, o artigo 170 que versa sobre a ordem econômica fundada na valorização do trabalho humano e na livre iniciativa, tem por finalidade garantir a todos existência digna, conforme os ditames da justiça social, observados alguns princípios, sendo um deles a função social da propriedade. Esse inciso – III do art.170 da constituição - é o esteio jurídico maior das iniciativas que buscam a reforma agrária, porém a apesar desses ganhos o que observaremos ao longo dos anos é uma subversão sofisticado dos dispositivos em prol de uma política econômica que ao mesmo tempo privilegia certa distância do Estado o coloca muitas vezes como facilitador imprescindível do capital frente as reais necessidades sociais.

O esgotamento de um longo ciclo de crescimento econômico no início da década dos 1980, fator crucial para o arrefecimento da ditadura militar, é demarcador significativo de um novo arranjo na ordem econômica e política em mutação. De fato os anos 1980 terão sido para a Questão Agrária brasileira um momento de transição e contradição. Com o fim do regime militar, inaugura-se um momento estimulante às forças sociais submetidas a duas décadas de opressão, domínio autoritário da modernização conservadora. Esse tempo de silêncio, de paz sem voz, fez com que a Questão Agrária se limita a resistência violentamente reprimida e a ausência de espaço para reflexão e ação teórica e política. Entretanto com o ambiente de abertura política ocorre uma articulação ampla dos movimentos sociais e entidades de assessoria agrária: nasce o MST, reorganiza-se a Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura – CONTAG, a Comissão Pastoral da Terra da CNBB (criada em 1979) é fortalecida pela Igreja e surgem várias ONGs em apoio ao “Fórum Nacional pela Reforma Agrária” (DELGADO, 2005, p.58). Esse cenário explica o retorno da Reforma Agrária a agenda política, fazendo parte um pacto formal que culminou I Plano Nacional da Reforma Agrária (1985-88).

Em contraponto a essa euforia que buscava avanços sociais através da constituinte, nós temos uma realidade econômica e mais especificamente agrícola que merece uma análise cuidadosa. Após uma década em que a produtividade esteve praticamente estagnada, vide as duras críticas a modernização conservadora, a sucessão de supersafras observadas a partir da segunda metade dos anos 80 surpreendeu os observadores do tema. Para Martine a conjugação de diversos instrumentos de estímulo à produção, notadamente para o mercado externo (mas em determinados momentos, também para o mercado interno) sustentados por uma forte infusão de recursos públicos, tem conseguido manter níveis relativamente elevados de produção e renda interna do setor agrícola e dos CAIs desde 1985 (MARTINE, 1991, p.17). Além disso, observamos um contexto mudanças que explicam essas supersafras que em certa medida silenciam variáveis importantes. A diminuição do crédito subsidiado, política econômica nefasta e insustentável, gerou revoltas nos grandes produtores que ao mesmo tempo se alinhavam ideologicamente ao discurso neoliberal.

A análise do papel do Estado na modernização agrícola situa-se no contexto de um debate mais amplo sobre a função do Estado na economia e na sociedade moderna. Essa discussão mais abrangente é repleta de ambiguidades e de lances curiosos. Curioso, por exemplo, é ver o desempenho daqueles setores que mais têm-se beneficiados do sistema econômico predominante desde meados da década de 60 (denominado por uns como “capitalismo cartorial” e por outros como de “socialismo às avessas) contra a participação do estado na economia. Mais fascinante ainda é observar que esses mesmo setores, tão críticos de interferência dos estado, continuam serenamente exigindo e aproveitando as benesses do estado, em forma de incentivos, subsídios, tratamento preferenciais, infraestrutura, etc (MARTINE, 1991, p.23).

Entretanto a indisponibilidade de recursos obrigou essa setor tradicionalmente conservador a se adequar a uma realidade em que produzir com certo grau de produtividade se tornou indispensável. A tutela desmedida dos estado que proporcionou a esse setor uma acumulação de capital sem precedente agora tinha de ser acionada para vencer a crise econômica.

A coalizão dos capitais agrícolas e industriais que gerou a entrada definitiva do mundo agrário a lógica capitalista no Brasil propiciou o aprofundamento ideológico

produtivo que definiu os parâmetros de desenvolvimento no setor. Conceitos como maior é melhor em todos os setores e ocasiões fazem com que o pequeno, não integrado e o informal tenham necessariamente de desaparecer no curto ou médio prazo. Essa lógica expansiva dos grandes conglomerados em todo contexto mundial, demonstram a força do neoliberalismo que tem ajudado a propagar a crença de que sem escala de produção não há salvação econômica (MARTINE, 1991, p.19). Mas como explicar então, que os estabelecimentos de menos 50ha dispondem de apenas 12,6% da área total, respondem por 40% do valor da produção total (MARTINE, 1991, p.21). Os resultados de supersafras silenciam processos latentes da economia produtiva agrária brasileira. A capacidade de mobilização de capital, disponibilidade de terra, uso intensivo de insumos e agrotóxicos garantem em curto e médio prazo esses resultados. Entretanto como ressalta Marine:

A lógica dessa continuada permanência é múltipla. Ao nível dos agregados, um fato continua invariável: mesmo com um processo de tecnificação mais precário, a pequena produção faz um uso mais intensivo de todos os fatores a sua disposição, aproveita uma parcela maior de sua terra, emprega mais mão-de-obra e tem uma produção por hectare muito maior do que os conglomerados e latifúndios. (...)A redução, característica dos últimos anos, da discussão modelo econômico ao binômio liberalismo “versus” estatização é particularmente acentuada no contexto agrícola. O argumento central das forças conservadoras contrasta a “competência do produtor à corrupção e estatismo do governo”. Entretanto, a tão propalada eficiência do produtor “caificado” se dissipa muito, diante da constatação de seu grau de dependência para com o estado em todas as fases da modernização e em quase todas as etapas do processo produtivo (MARTINE, 1991, p.21).

Essa questionável produtividade dos CAIs tendo em vista o financiamento estatal pode ser ainda vista por outra ótica. O componente político que muitas vezes não se insere nas análises produtivas e econômico é um fator determinante na compreensão do caminho que agricultura conservadora faz no Brasil, como já evidenciado em outros tantos momentos históricos. Para Martine a tão propalada eficiência da empresa capitalista na agricultura nada mais é que a expressão do seu poder em obter auxílio do Estado sob as diversas formas. Ou seja, a eficiência dos grandes empreendimentos é, em grande parte, uma eficiência política e não econômica (MARTINE, 1991, p.24). A “habilidade” em gerenciar interesses no âmbito



das decisões estatais ganham contornos ainda mais distantes dos interesses reais de desenvolvimento do país.

A propriedade especulativa e ociosa pode fazer parte de uma estratégia de “territorialização do capital” – particularmente quando o próprio estado favorece esse tipo de empreendimento especulativo – mas nem por isso ser justificável do ponto de vista da sociedade como um todo. Já não se trata de eficácia, escala e produtividade, senão de uma estratégia do capital beneficiado por um Estado complacente ou conivente (...) Assim, o Estado “passa a ser literalmente apropriado, não apenas pela burguesia enquanto classe proprietária dos meios de produção, mas por lobbies de interesse específicos deste ou daquele ramo de atividades, forçando uma balcanização (ou feudalização) do próprio aparelho governamental” (MARTINE, 1991, p.20).

Diversos historiadores, críticos, ensaístas e intelectuais brasileiros já trataram do egoísmo e conservadorismo danoso da “aclamada aristocracia brasileira”. Pensando na lógica capitalista atual a versão moderna dessa elite nacional percebemos como os mesmo reeditam comportamentos que foram responsáveis pela caminhada vertiginosa na construção da desigualdade e do próprio desenvolvimento sólido do país. Em nome de um conservadorismo acéfalo e colonizado essa classe burguesa enaltece nações “desenvolvidas” ao mesmo tempo que ignora sua caminhada rumo a essa questionável condição. Os caminhos econômicos defendidos por essa classe dominante são incompatíveis com uma expansão mais coesa da economia, conforme nos traz Martine.

Mas por outro lado, se ela apresentar uma modernização crescentemente concentradora, em que se acentuam progressivamente as desigualdades sociais, ela não poderá contar com o mercado interno para dinamizar seu processo produtivo. Sem condições de competir no mercado internacional e com um mercado interno sufocado pelo baixo poder de compra das massas, as perspectivas de desenvolvimento se tornariam cada vez mais difíceis. O fortalecimento do mercado interno exige, portanto, pensar no progresso da agricultura como parte integrante do desenvolvimento, não só da economia, mas da sociedade como um todo. Nessa ótica, pode interessar mais a tentativa de capitalizar e tecnificar produtores rurais do que transformá-los, via êxodo rural, em consumidores sem renda. Interessa também o fortalecimento do poder de compra das massas urbanas. Como isso passa, por definição, pela questão dos salários e empregos, a provocação da emigração rural por modelos agrícolas concentradores e o inchamento desordenado das cidades

acabam constituindo um forte empecilho ao desenvolvimento (MARTINE, 1991, p.28)

O cenário descrito nos permite ampliar algumas reflexões já feitas e propor outras ancoradas nesse momento histórico de transição dos anos 80 e 90. A realidade urbana construída pelo o fenômeno do êxodo rural, principalmente na década 70, aprofundou a desigualdade e intensificou os problemas sociais a serem gerenciados. A atração urbana vendida pela modernidade brasileira se mostrou uma falácia que aos poucos foi se tornando insustentável com o acirramento dos problemas como o déficit habitacional e a violência. Essa realidade urbana e rural acintosamente assimétrica expõe junto aos problemas ambientais o grave custo do atual sistema capitalista global. A tendenciosa análise econômica atribui a elementos uma condição de externalidade que medioriza cálculos ambientais e sociais. Duas instituições são responsáveis na legitimação desse discurso: a mídia e a ciência. Através de um positivismo moderno e o racionalismo acrítico e hegemônico percebemos como práticas conservadoras se reinventam e transmutam para manter seu lugar de dominação.

As posturas desse grupo de latifundiários e empresários rurais têm sido veiculadas, cada vez mais, na linguagem dos agrônomos, economistas e outros técnicos defensores do modelo concentrador de modernização agrícola. Omite-se, propositalmente, qualquer referência ao conflito de interesses entre os diferentes grupos de produtores. Desapareceram, na linguagem da forte campanha empreendida em todo Brasil, as categorias de "latifundiárias" e "fazendeiros", assim como os conceitos de "estrutura fundiária", "interesse social" e "sem-terra". Desapareceram também, como num passe de mágica, as diferenças entre latifundiários, pequenos proprietários, "minifundistas", arrendatários ou meeiros: todos agora são "produtores rurais", engajados na cruzada da modernização do processo de produção. Supervalorizam-se a imagem do novo, do técnico, do moderno, do empresarial; tudo que representa um obstáculo ao "moderno" deve ser rejeitado, desprezado e atacado. Os meios de comunicação de massa Quase nada dizem respeito de outros tipos de movimentos ou grupos de interesse no campo, a não ser para criar o temor da desordem, da bagunça, da ilegalidade e da ameaça representadas por eles. (MARTINE, 1991, p.34)

As transformações dos anos 90, que afetaram praticamente todos os aspectos da economia nacional. Não apenas as políticas macroeconômicas passaram a ser

conduzidas com maior rigidez, como também os setores produtivos se viram expostos a um ambiente mais competitivo. A redução do nível de proteção à indústria através de tarifas, combinada com uma política cambial de valorização do real, acabou por gerar um efeito deflacionário sobre os preços domésticos e, conseqüentemente, sobre a própria rentabilidade dos negócios. Com isso, a agricultura acabou penalizada por ser um dos setores de atividade mais atingidos pelo maior grau de abertura da economia brasileira. (CAMPOS; PAULA, 2002, p.177). A resposta da agricultura, e nesse caso estamos falando dos médios e grandes produtores, foi responder a essas pressões econômicas e sociais, haja vista a aumento das ocupações de terras, com a consolidação do modelo produtivista. Aumento de áreas plantadas significativos apenas de pastagens, expansão da fronteira eram estratégia de contenção de movimentos sociais rurais. Sendo a estabilização das áreas de lavoura através do aumento da tecnologia e da produtividade, assim como na substituição de áreas já desgastadas reunia subsídios para esse modelo produtivo. O fato de os preços estarem caindo e a produção aumentando sugere certa incompatibilidade. Entretanto, se considerar que a lógica da rentabilidade dos produtores está baseada na margem bruta como determinante de produção, os produtores acabam por orientar suas decisões de acordo com os ganhos de escala e sobrevivência no negócio, externalizando efeitos ambientais e sociais, apostando no produtivismo como receita para a crise econômica (CAMPOS; PAULA, 2002, p.181).

Os ajustes econômicos dos planos anteriores não obtiveram sucesso e a conjuntura internacional de abundância de capital transitando pelas economias emergentes, como a brasileira, levaram o governo a adotar, a partir do Plano de Estabilização Monetária (Plano Real) uma política neoliberal em matéria de atração de capital externo. Os efeitos práticos são vistos até hoje em contexto como o industrial que sofreu um desmonte de sua capacidade competitiva em longo prazo. Novamente em final de 1998 a crise de liquidez internacional afeta a economia brasileira, provocando enorme fuga de capital e forçando a mudança do regime cambial. Desde então a política do ajuste externo se altera. Recorre-se forçosamente aos empréstimos ao FMI em três sucessivas operações de socorro - 1999, 2001 e 2003 (DELGADO, 2005, p.64). Essa condição dependente do capital financeiro especulativo coloca o Brasil em um plano macroeconômico de fragilidade que afeta

diretamente a soberania nacional. Os conflitos agrários numa análise polarizada é tratada por Delgado como uma atualização da *Casa-grande e Senzala*.

Observe-se que agronegócio na acepção brasileira do termo é uma associação do grande capital agroindustrial com a grande propriedade fundiária. Essa associação realiza uma estratégia econômica de capital financeiro, perseguindo o lucro e a renda da terra, sob patrocínio de políticas de estado. (...) Visto de outro lado, da perspectiva do campesinato ou da agricultura familiar não integrada nas cadeias do agronegócio, que operam fora de uma estratégia tipicamente capitalista, ambos os movimentos, tanto o fluxo como o refluxo da renda da terra, aprofundam a distância econômica e social entre esse setor e o agronegócio. De fato, estes movimentos recriam uma virtual economia de subsistência no espaço agrário. Observe-se que quando muda a conjuntura agropecuária e a renda do agronegócio começa a crescer, puxada pela nova prioridade às exportações, não ocorrerá simultaneamente expansão da agricultura familiar e da ocupação da força do trabalho rural. E isto para ser melhor esclarecido requer que caracterizemos essa “expansão estrangida”, que o é não apenas da economia agrária, mas do conjunto de economia nacional (...)As condições ligadas a estratégia do agronegócio na agricultura brasileira são simultaneamente matriz da moderna questão agrária. Elas representam um obstáculo ao desenvolvimento das forças produtivas da agricultura familiar e dos assentamentos da reforma agrária. Uma estratégia de desenvolvimento que incorpore esses segmentos terá necessariamente que desbloquear essa rede de restrições. Sem isto, não será viável um projeto de desenvolvimento autônomo (DELGADO, 2005, p.66)

A situação fundiária atual apresenta dois perfis básicos: (a) ela mantém a sua desigualdade, não obstante o novo ordenamento de direito agrário que prescreve o princípio da função social da propriedade fundiária; (b) os procedimentos e omissões da política fundiária do Poder Executivo e dos demais poderes de estado arbitram contraditoriamente a reprodução dessa desigualdade. (DELGADO, 2005, p.76). O que para autor gera um situação que inviabiliza qualquer política voltada para a reestruturação agrária.

Ambos perfis corroboram uma restrição essencial imposta pelo modelo de ajustamento estrangido, qual seja a frouxidão da política fundiária, permissiva da apropriação dos incrementos da renda

fundiária pelos latifúndios, na fase de expansão do produto agrícola.(...)Entenda-se por “frouxidão da política fundiária” sua relativa incapacidade em fiscalizar e regular o mercado de terras no que diz respeito à aplicação do princípio da função social da propriedade fundiária. (DELGADO, 2005, p.79)

A frouxidão de Delgado pode ser vista através de uma forma prática quando analisamos alguns parâmetros jurídicos e políticos do fim do século XX e começo do XXI. A função social da propriedade estabeleceu três critérios para simultâneo para seu enquadramento: aproveitamento racional e adequado; preservação ambiental; bem estar nas relações de trabalho. Entretanto a lei que regulamentou esses critérios, promulgada em 1993, trata apenas do “aproveitamento racional e adequado” – grau de utilização e grau de exploração - desconsiderando os demais. O atual responsável legal em aplicar a lei é o INCRA, sendo de sua responsabilidade a classificação dos indicativos de terras improdutivas e consequente desapropriação por interesse social. Esse arranjo institucional será objeto de análise separado cabe a para o momento citar esse papel para dimensionar o conceito de “frouxidão” trazido por Delgado. O ITR é um imposto progressivo que tem como fim extra fiscal pressionar a manutenção de terras improdutivas para ganhos especulativos. Sua forma de cobrança é extremamente ineficiente com vários critérios auto declarados e sem a menor capacidade de fiscalização ampla pela receita o por órgãos concorrentes de competência como é o caso dos municípios. Para se ter uma ideia sua arrecadação é aparentemente menor que seu custo de coleta tributária. Em 2003, por exemplo, a arrecadação foi de R\$ 295,0 milhões, cerca de 100 milhões de dólares em todo o País. Um valor extremamente inferior aos critérios adequados de grau de utilização e grau de exploração. (DELGADO, 2005, 81).

Observa-se que sem usar quaisquer outras informações qualificadoras da estrutura fundiária, esse ordenamento da titularidade é ele próprio revelador da frouxidão da nossa política fundiária. A 5ª categoria – terras declaradamente improdutivas mais as terras devolutas, sem qualquer controle público, correspondem ainda a 34% do território nacional. Por sua vez, pela regulamentação vigente, cumprir a função social, ou seja incluir-se na 4ª categoria é o mesmo que auto-declarar-se “produtivo”, segundo indicadores de produtividade que o INCRA mantém inalterados há mais de 30 anos – baseados nos dados censitários de 1970. Estes índices nunca foram atualizados, não obstante o avanço tecnológico significativo da agricultura capitalista brasileira, pois sempre que a instituição cogita de atualizá-los, orquestra-se uma pressão nacional das organizações do agronegócio

para manter inalterada a situação. (...) Por outro lado, o indicador “terras devolutas” - esconde uma enormidade de situações irregulares sobre terras públicas – “grilagem”, posses ilegais (acima de 50 hectares), titulação fictícia etc., que não são objeto de fiscalização, tributação ou intervenção da autoridade fundiária, posto que representam estoque de terras não inscritas oficialmente no Cadastro de Imóveis Rurais.

Mesmo sem considerar as pressões exercidas pelo agronegócio sobre as terras indígenas e unidades de conservação, vítimas de crescentes invasões de fazendeiros<sup>31</sup>, o tamanho do território frouxamente fiscalizado pela União nas–envolve 71,7% do território nacional. De fato, isto converte a legislação agrária e fiscal sobre a função social da propriedade em matéria de ficção. (DELGADO, 2005, 71). A inação do estado pautada nesse descaso com ordenamento jurídico faz com que os movimentos sociais desde início dos anos 90, com algum sucesso no primeiro governo FHC, elejam a ocupação como ferramenta fundamental de luta. As terras presumidamente improdutivas são os espaços em que os movimentos de luta camponesa têm para promover a visibilidade de suas demandas em prol da reforma agrária.

Os caminhos principais pelos quais se obtém terra para a Reforma Agrária, além da desapropriação por interesse social, são: a arrecadação de terra devoluta pública, a compra direta e a utilização do crédito fundiário (DELGADO, 2005, 72). Estes dois últimos são instrumentos clássicos do mercado e normalmente seriam excepcionais na Reforma Agrária porque consomem altos recursos fiscais e ainda valorizam os patrimônios fundiários. Entretanto é o que se viu nos períodos de 1995-2002 foi uma desproporcional valorização do patrimônio desapropriado. Ou seja, quando de fato o processo de reforma agrária atinge seu interesse fim de reestruturar o acesso a terra ele se torna subversivamente um método de capitalização super inflacionado do grande proprietário.

Um exemplo peculiar desta distorção ocorre em períodos de queda do preço da terra - a exemplo do período 1994 – 1999. Um imóvel rural que teve preço de 100 em 1994, pelo critério de mercado valeria 60 em 1999. Mas pelo critério de desapropriação com correção monetária plena e juros de 6% ao ano, tal imóvel foi pago por equivalente a 141. Seu custo fiscal é mais do que o dobro de sua cotação de mercado (DELGADO, 2005, p.72)

As eleições de 2002 que colocaram pela Luiz Inácio Lula da Silva como presidente da república foi um mais daqueles momentos históricos em que os movimentos sociais se inflam e oxigenam-se de esperança. Entretanto a capacidade de construir uma agenda política capaz de intervir no âmago das desigualdades sociais se mostrou limitado. A bancada ruralista e seu poder político se mostraram mais uma vez eficiente na ampliação dos direitos sociais e de acesso a terra. A bandeira política de combate a fome se mostrou como uma das mais importantes políticas sociais já vistas em países em desenvolvimento. Projetos como a bolsa família foram imprescindíveis para a retirada de milhões de pessoas da condição subumana. Os avanços no âmbito das políticas agrícolas e de estrutura como, por exemplo, o PRONAF e o “Luz para todos” respectivamente, são inegáveis a agricultura familiar. Uma abordagem mais cuidadosa e transversal desse período será apresentada ao longo do estudo de caso do Assentamento Pastorinhas e no desenho institucional posteriormente abordado. Cabendo para o momento um reflexão desse cenário do início do século XXI de Delgado.

Há sinais na conjuntura presente de multiplicação dos focos de criminalidade, violência e conflito, que em grande medida se derivam da forma desigual com que se administra os interesses rurais no País. Mas as muitas vítimas desse processo entre os quais se encontram trabalhadores informais, escravos e menores; índios, camponeses pobres, sem-terra, ambientalistas, atingidos por barragens, assentados da reforma agrária, desempregados e vítimas do narcotráfico, dentre outros. Estes não constituem grupos políticos estruturados capazes de vocalizar e unificar demandas políticas, susceptíveis de converter em Questão Nacional – as muitas questões agrárias de que se ressentem. (...) Uma proposta da reforma e do desenvolvimento rural que enfrente a Questão Agrária atual requer a desmontagem das condições essenciais que hoje garantem a estratégia do agronegócio: (a) frouxidão da política fundiária; (b) restrição à expansão da demanda interna do conjunto da economia; (c) restrição à incorporação da massa de trabalhadores do setor de subsistência ao projeto de desenvolvimento rural (DELGADO, 2005, p. 80)

O atual arranjo de política econômica nacional e internacional bloqueia a superação dessas restrições. E com isso emperra o relançamento de uma política de desenvolvimento nacional. Com isso, mantém a política de “ajustamento

constrangido”, não obstante todas as consequências promotoras de forte iniquidade social, estagnação produtiva e degradação ambiental. Até mesmo entre os movimentos sociais e sindicais dos agricultores familiares há alianças e aliados desse modelo. A divisão também se percebe entre os formuladores da política agrícola e agrária atuais do governo Lula, onde o Ministério da Agricultura, o Ministério do Desenvolvimento Rural e o Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, repercutem e competem por demandas variadas do agronegócio e da agricultura familiar. Nos arranjos, articulados pelo crédito rural, somente cabe a elite técnica, uma parcela da agricultura familiar e alguns assentamentos modelos de reforma agrária. Os demais ficariam de fora: quase 80% dos estabelecimentos familiares. Sua produção está no nível do salário mínimo – ao redor de 80 dólares mensais. Este setor de subsistência jamais poderá escapar pelos mecanismos estreitos do mercado que este modelo oferece. O movimento social organizado e mais combativo, tendo à frente o MST, não é capaz isoladamente de organizar os amplos setores desorganizados e repelidos pelo relançamento do capital-financeiro na agricultura brasileira. (DELGADO, 2005, p.89)



## 4. INSTITUCIONALIZAÇÃO DA QUESTÃO AGRÁRIA

A longa trajetória que nos traz à realidade agrária brasileira pode ser sentida nos caminhos e descaminhos retratados no capítulo anterior. O Estado articulador central teve sua participação descritas nas mais diversas formas de organização social e de estrutura de governo. Sua postura notoriamente conservadora que faz das instituições públicas um instrumento de manutenção da dominação agrária no país é agora analisado sobre os seus principais órgãos. O objetivo é a partir das legislações vigentes apresentar o desenho institucional, assim como uma postura oficial que cada instituição preconiza em seus espaços de veiculação. Adota-se portanto uma metodologia que busca se limitar a reproduzir a realidade agrária brasileira a partir da visão institucional formal. Para tanto foram elencados os seguintes órgãos e instituições considerando sua atuação direta ou indireta frente as questões agrárias: IBAMA; MMA; INCRA; MDA; EMATER; EPAMIG; JUDICIÁRIO; SEDA; MAPA; SEDES; MP; DEFENSORIA PÚBLICA.

### 4.1 IBAMA

Muito de como o Brasil percebe a proteção e conservação ambiental atualmente foi consolidado pelo Ibama. O instituto trouxe o assunto para a pauta do dia e encontra-se no imaginário do brasileiro como o grande guardião do meio ambiente. Sua forte marca é reconhecida até mesmo onde a presença do Estado é escassa. Ela significa que os recursos naturais devem ser utilizados com racionalidade para obter-se o máximo de desenvolvimento, porém, com o máximo de conservação e preservação, visando sempre sua manutenção para as gerações futuras. (IBAMA, 2016)

O IBAMA - Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis - é o atual órgão da União responsável pela execução, em sua perspectiva ampla, das políticas de gestão ambiental. A tutela institucional do meio ambiente acompanha a história brasileira nos mais diversos momentos políticos e de organização do estado. Cabendo para momento ressaltar a existência de leis e órgãos que tinha em certa medida responsabilidade na proteção dos recursos naturais, porém sua forma de atuação era extremamente fragmentada. Um exemplo da recente história brasileira, que precedeu a criação do IBAMA, nos ajuda a compreender

melhor esse cenário. Nos anos 80 o meio ambiente era transversal ou objeto fim de quatro instituições principais no âmbito federal: SEMA (Secretaria Especial do Meio Ambiente); IBDF (Instituto Brasileiro de Florestas); SUDEPE (Superintendência de Pesca); SUDHEVEA (Superintendência da Borracha). Todos os órgãos lidavam com as questões ambientais mais a partir de suas atribuições específicas e a partir de uma agenda setorial. A importância da SEMA na consolidação da política nacional do meio ambiente em 1981 é o resultado de conjunto de fatores que demandavam do estado brasileiro uma reestruturação na sua atuação ambiental.

Desde a conferência de Estocolmo em 1972 a agenda ambiental começa a fazer parte das relações e pressões internacionais. A visão de crescimento econômico conservador e irrestrito no tocante degradação ambiental do período militar começa a se tornar insustentável no anos 80. As consequências como a transamazônica e foz do Iguaçu atentam em uma macroescala o efeito nocivo de políticas descompromissadas com qualquer tipo de controle dos impactos ambientais. Em meio a esse cenário de reorganização institucional e pós constituinte é criado em 1989 pela lei de nº 7.735 o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis. O propósito principal da criação do IBAMA foi a consolidação de uma política ambiental integrada, assumindo com esse órgão a necessidade de centralizar a agenda e articular com as outras instâncias estaduais e municipais um atuação mais coesa.

Ao longo dos anos 90 e o no início do século XXI um arcabouço jurídico mais preciso foi se amadurecendo, junto com isso a criação de instituições como as agências reguladoras (ANA – Agência Nacional das Águas) e conselhos (Conselho Nacional dos Recursos Hídricos) compuseram o atual arranjo institucional. Arranjo que contribui para melhoria da atuação do IBAMA que tem como atribuições gerais:

Tem como principais atribuições exercer o poder de polícia ambiental; executar ações das políticas nacionais de meio ambiente, referentes às atribuições federais, relativas ao licenciamento ambiental, ao controle da qualidade ambiental, à autorização de uso dos recursos naturais e à fiscalização, monitoramento e controle ambiental; e executar as ações supletivas de competência da União de conformidade com a legislação ambiental vigente (...) Para o desempenho de suas funções, o Ibama poderá atuar em articulação com os órgãos e entidades da administração pública federal, direta e indireta, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios integrantes

do Sisnama e com a sociedade civil organizada, para a consecução de seus objetivos, em consonância com as diretrizes da política nacional de meio ambiente. (NR). Conforme Lei nº 11.516, de 28 de agosto de 2007 (IBAMA, 2016)

No âmbito das questões agrárias o IBAMA tem a competência de aprovar o licenciamento para todos os assentamento rurais do INCRA. Parcerias com órgãos estaduais e o próprio INCRA são celebrados ao longo país com o objetivo de promover com adequados rigores técnicos a celeridade do processo de licenciamento. Para tanto cabe ressaltar as leis e normativas que vinculam o IBAMA a esses processos.

A exigência do licenciamento ambiental dos Projetos de Assentamento de Reforma Agrária, estabelecida e detalhada, respectivamente pelas Resoluções CONAMA nº 237/1997 e nº 289/2001, e também a assinatura do Termo de Ajustamento de Conduta – TAC em 2003, entre MDA/INCRA e MMA/IBAMA com o objetivo de buscar a regularização do licenciamento ambiental, enquanto instrumento de defesa e preservação do meio ambiente. Esta Resolução foi substituída pela de nº 387/2006, em consequência do Seminário Nacional sobre licenciamento Ambiental de Projetos de Assentamento de Reforma Agrária promovido pelo MMA e do grupo de trabalho instituído no âmbito da Câmara Técnica do CONAMA (IBAMA, 2016).

O IBAMA é órgão executor do Ministério do Meio Ambiente, sendo ainda importante trazer outras entidades vinculadas o MMA que influenciam indiretamente nas questões agrárias. As secretarias especiais, o ICMBio (Instituto Chico Mendes da Biodiversidade) e ANA são alguns exemplos que em seu escopo contam com referências de atuação agrária. Como por exemplo a regulação de águas da ANA e gestão de unidades de uso sustentável ou extrativista do ICMBio que lidam direto como comunidades tradicionais e suas formas de uso dos recursos naturais. O diálogo com outros Ministérios através de agendas comuns é de suma importância no fortalecimento de um efetivo desenvolvimento sustentável.

## **4.2 MDA**

As circunstâncias políticas que levaram à criação dos órgãos que culminaram na instituição do Ministério do Desenvolvimento Agrário são ligadas à necessidade de se legitimar, como políticas de Estado, as questões agrárias e fundiárias, além de responder às demandas da sociedade e dos movimentos sociais por políticas de reforma agrária e de desenvolvimento rural sustentável, com enfoque na agricultura familiar. (MDA, 2016)

O Ministério do Desenvolvimento Agrário é um órgão integrante da administração direta que tem como competência legal:

O Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) tem como competências: reforma agrária; promoção do desenvolvimento sustentável do segmento rural constituído pelos agricultores familiares; identificação, reconhecimento, delimitação, demarcação e titulação das terras ocupadas pelos remanescentes das comunidades dos quilombos. Extraordinariamente, também exerce competências relativas à regularização fundiária na Amazônia conforme disposto na Lei nº 11.952/09 (MDA, 2016).

A história recente das instituições federais que lidaram com conflitos fundiários demonstram a incapacidade de coesão e planejamento brasileiro para com tal necessidade pública. Nos atendo a década de 80 e 90 vemos que em vinte anos mais de cinco órgãos foram criados pelo governo federal através de medidas provisória e decretos, o que mostra que além da dificuldade de planejamento de gestão em si, a criação de sucessivas instituições inviabiliza uma atuação mais efetiva do estado.

1982 - Criação do Ministério Extraordinário para Assuntos Fundiários (MEAF), que tinha como principal objetivo a implementação do Plano Nacional de Política Fundiária, que visava unificar a implantação dos projetos fundiários, ativar a execução de projetos para assegurar o cumprimento das metas prioritárias do governo na regularização fundiária e do Estatuto da Terra. 1985 - Criação do Ministério da Reforma e do Desenvolvimento Agrário (MIRAD), com as seguintes áreas de competência: reforma agrária, discriminação e arrecadação de terras públicas, regularização fundiária, legitimação de posses, colonização em terras públicas e disciplinamento da colonização privada, lançamento e cobrança do Imposto sobre a Propriedade Territorial Rural e da Contribuição de Melhoria referente a imóveis rurais e aquisição de imóveis rurais estrangeiros. 1989 – Extinção do MIRAD. 1990 - As competências do MIRAD foram incorporadas ao então Ministério da Agricultura. 1996 – Criação do Ministério Extraordinário de Política Fundiária (MEPF). 1999 – Transformação do MEPF em Ministério da Política Fundiária e Agricultura Familiar, Ainda em 1999, foi alterado para Ministério da Política Fundiária e Agricultura Familiar. 2000 – Instituição do Ministério do Desenvolvimento Agrário, regulamentado pelo Decreto nº 3.338/2000, depois revogado pelo Decreto nº 4.723/03, que manteve o nome do ministério e definiu suas competências (MDA, 2016).

O MDA é fruto de uma história política que dialoga diretamente com o caminho percorrido no primeiro capítulo desse trabalho. As lutas sociais no campo buscam em seu escopo reivindicar o acesso a políticas públicas, sendo a legitimação na esfera

estatal de tais demandas uma trajetória inexorável ao sucesso dos movimentos. Um espaço no âmbito federal, para questão agrária, que merece notoriedade é o presente Ministério. Além de contemplar em seu organograma o INCRA que será objeto de análise posteriormente, o MDA apresenta órgão e secretarias que abrem diálogos importantes frente aos conflitos agrários vivenciados no país. Dentre eles cabem ressaltar: Secretaria da Agricultura Familiar; Departamento de Crédito Fundiário; Conselho Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável; Diretoria de Políticas para Mulheres Rurais e Quilombolas; Núcleo de Estudos Agrário e Desenvolvimento Rural. O MDA em sua estrutura organizacional prevê unidades descentralizadas ao longo dos estados que fazem as articulações necessário com a ponta que são de fato o objetivo fim do Ministério. A legislação que detalha a atribuição do MDA é o decreto n 4.723/03, sendo importante citar alguns de seus artigos como dimensionamento atributivo de sua função profícua em promover a equidade no campo.

Art. 1º O Ministério do Desenvolvimento Agrário, órgão integrante da administração direta, tem como área de competência os seguintes assuntos: I - reforma agrária; II - promoção do desenvolvimento sustentável do segmento rural constituído pelos agricultores familiares; e III - identificação, reconhecimento, delimitação, demarcação e titulação das terras ocupadas pelos remanescentes das comunidades dos quilombos. (...) Art. 5º Ao Departamento de Ouvidoria Agrária e Mediação de Conflitos compete: I - promover gestões junto a representantes do Poder Judiciário, do Ministério Público, do INCRA e de outras entidades relacionadas com o tema, visando a resolução de tensões e conflitos sociais no campo; II - estabelecer interlocução com os governos estaduais, municipais, movimentos sociais rurais, produtores rurais, sociedade civil visando prevenir, mediar e resolver as tensões e conflitos agrários para garantir a paz no campo; III - diagnosticar as tensões e os conflitos sociais no campo, de forma a propor soluções pacíficas; IV - consolidar informações sobre tensões e conflitos sociais no campo, com o objetivo de propiciar ao Ministro de Estado, ao Presidente do INCRA e a outras autoridades subsídios atualizados e periódicos para tomada de decisão; e V - garantir os direitos humanos e sociais das pessoas envolvidas em tensões e conflitos sociais no campo.

Como já mencionado alguns órgãos lidam de forma mais direta com os conflitos e as necessidades de reorganização fundiária. Os artigos 9º e 14º trazem as atribuições dos órgãos específicos e singulares, em especial à Secretaria de Reordenamento Agrário e de Desenvolvimento Territorial.

Art. 9º À Secretaria de Reordenamento Agrário compete: I - formular, propor e implementar políticas públicas nacionais e diretrizes de reordenamento agrário, em particular mecanismos complementares de acesso à terra, de crédito fundiário, de desenvolvimento e integração de assentamentos rurais e de regularização fundiária; III - promover a articulação das ações governamentais de reordenamento agrário, objetivando sua execução descentralizada e integrada com Estados, Municípios e sociedade civil organizada; IV - coordenar esforços para a redução da pobreza no meio rural, mediante o acesso à terra, a geração de ocupação produtiva e a melhoria da renda e da qualidade de vida dos trabalhadores rurais; VII - formular diretrizes, em conjunto com a Secretaria da Agricultura Familiar e o INCRA, para a aplicação do crédito produtivo dos assentamentos do Crédito Fundiário e da Reforma Agrária (Pronaf "A"), bem como da capacitação e assistência técnica; XIV - promover a formalização de acordos ou convênios com Estados, Distrito Federal, Municípios, organizações da sociedade civil, agentes financeiros e outros, visando a implementação das políticas de reordenamento agrário, em particular de crédito fundiário e desenvolvimento e integração de assentamentos rurais; e XV - gerir o Fundo de Terras e da Reforma Agrária, de que trata a Lei Complementar nº 93, de 4 de fevereiro de 1998. Art. 14. À Secretaria de Desenvolvimento Territorial compete: I - formular, coordenar e implementar a estratégia nacional de desenvolvimento territorial rural e, coordenar, mediar e negociar sua implementação; IV - coordenar a mediação e negociação dos programas sob a responsabilidade da Secretaria junto a entidades que desenvolvem ações relacionadas com o desenvolvimento territorial rural; V - manter permanente negociação com movimentos sociais, Governos Estaduais e Municipais e com outras instituições públicas e civis, com vistas à consolidação das políticas e ações voltadas para o desenvolvimento territorial rural; VI - negociar, no âmbito do Ministério, o atendimento das demandas relacionadas com o desenvolvimento territorial rural. (MDA, 2016).

### 4.3 Mapa

Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento é um órgão da administração direta transversal a temática atual por lidar diretamente com a política agrícola e não diretamente com a política agrária. Um ministério que se dedica a implantação de políticas públicas voltadas para produção agrícola e promoção de desenvolvimento tecnológico, conforme nota institucional.

O Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (Mapa) é responsável pela gestão das políticas públicas de estímulo à

agropecuária, pelo fomento do agronegócio e pela regulação e normatização de serviços vinculados ao setor. No Brasil, o agronegócio contempla o pequeno, o médio e o grande produtor rural e reúne atividades de fornecimento de bens e serviços à agricultura, produção agropecuária, processamento, transformação e distribuição de produtos de origem agropecuária até o consumidor final. Assim, o Ministério da Agricultura busca integrar sob sua gestão os aspectos mercadológico, tecnológico, científico, ambiental e organizacional do setor produtivo e também dos setores de abastecimento, armazenagem e transporte de safras, além da gestão da política econômica e financeira para o agronegócio. Com a integração do desenvolvimento sustentável e da competitividade, o Mapa visa à garantia da segurança alimentar da população brasileira e a produção de excedentes para exportação, fortalecendo o setor produtivo nacional e favorecendo a inserção do Brasil no mercado internacional (MAPA, 2016)

É importante notar que apesar de um discurso integracionista o próprio Ministério parte do pressuposto que o alvo de suas políticas é o agronegócio. Apesar de suas atribuições de regulação e aprovação de gêneros alimentícios que se expande por todo território nacional, as linhas de créditos e majoritariamente seu cunho de desenvolvimento tecnológico é voltado para o grande produtor. Um exemplo disso é o volume e o perfil dos créditos rurais administrado pela secretaria de política agrícola.

A Secretaria de Política Agrícola (SPA) atua no planejamento e execução de medidas de apoio à produção agrícola em três pilares básicos. Primeiro, na oferta de recursos para o financiamento do agronegócio, aperfeiçoamento e apoio à produção. Segundo, no apoio e sustentação dos preços agropecuários por meio de aquisições governamentais e equalizações de preços. E, por último, no aperfeiçoamento da gestão de risco por meio da subvenção ao prêmio do seguro rural, do Programa de Garantia da Atividade Agropecuária (Proagro) e do Zoneamento Agrícola de Risco Climático (MAPA, 2016).

No âmbito da fiscalização o Ministério tem uma figura central, junto com a ANVISA, na execução das leis, normativas e parâmetros de qualidade de todo ciclo produtivo. A difusão ampla irrestrita de agroquímicos, insumos e espécies transgênicas amplia ainda mais as necessidades de regulação por parte de sua Secretaria de Defesa Agropecuária (DAS).

Na produção vegetal responde pela vigilância fitossanitária, inspeciona e fiscaliza a produção de sementes, mudas, fertilizantes,

corretivo, inoculantes, estimulantes e biofertilizantes. Controla registro, classificação e fiscalização do comércio de bebidas e da produção de uvas, vinho e derivados. Inspetora a utilização de agrotóxicos e seus componentes, além de fiscalizar e classificar os produtos, subprodutos e resíduos vegetais de valor econômico. Também é responsável por inspecionar atividades que envolvam organismos geneticamente modificados, controle de resíduos contaminantes e a fiscalização de importação e exportação de animais, vegetais, produtos e insumos agropecuários nos portos, aeroportos e fronteiras do país. Coordena ações de análise e diagnóstico de pragas e doenças e expede certificados sanitários e fitossanitários para exportação de produtos agropecuários e insumos (MAPA, 2016).

Para fins de otimização institucional o MAPA ainda conta com as secretarias: SRI (Secretaria de Relações Internacionais do Agronegócio); Secretaria de Produção e Agroenergia (SPA); Secretaria de Desenvolvimento Agropecuário e Cooperativismo (SDC). A presença de secretarias como a SPA demonstra o direcionamento público para commodities como café e a própria produção de etanol, fazendo uma clara menção a uma política setorial. Cabe ainda ressaltar a importância das centrais de abastecimento e da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA). Está vinculada ao MAPA a Companhia Nacional de Abastecimento (Conab; Centrais de Abastecimento de Minas Gerais S.A (CEASA/MG); Companhia de Armazéns e Silos de Minas Gerais (Casemig); e a Companhia de Entrepósitos e Armazéns Gerais de São Paulo (Ceagesp). Essas centrais consolidam uma política centralizadora que privilegia a produção em escala. A EMBRAPA é âmbito federal a empresa de desenvolvimento pesquisa e tecnologia brasileira, tendo um papel fundamental na solução dos problemas do agronegócio brasileiro, como demonstra seu ditame institucional.

A Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa) foi criada em 26 de abril de 1973 e é vinculada ao Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (Mapa). Desde a nossa criação, assumimos um desafio: desenvolver, em conjunto com nossos parceiros do Sistema Nacional de Pesquisa Agropecuária (SNPA), um modelo de agricultura e pecuária tropical genuinamente brasileiro, superando as barreiras que limitavam a produção de alimentos, fibras e energia no nosso País. Esse esforço ajudou a transformar o Brasil. Hoje a nossa agropecuária é uma das mais eficientes e sustentáveis do planeta. Incorporamos uma larga área de terras degradadas dos cerrados aos sistemas produtivos. Uma região que hoje é responsável por quase 50% da nossa produção de grãos. Quadruplicamos a oferta de carne



bovina e suína e ampliamos em 22 vezes a oferta de frango. Essas são algumas das conquistas que tiraram o País de uma condição de importador de alimentos básicos para a condição de um dos maiores produtores e exportadores mundiais (EMBRAPA, 2016).

#### 4.4 INCRA

O INCRA – O Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - é uma autarquia federal da Administração Pública brasileira que está ligada diretamente ao Ministério do Desenvolvimento Agrário. É órgão responsável diretamente por todos os processos de reforma agrária no país.

O Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra) é uma autarquia federal criada pelo Decreto nº 1.110, de 9 de julho de 1970, com a missão prioritária de realizar a reforma agrária, manter o cadastro nacional de imóveis rurais e administrar as terras públicas da União. Está implantado em todo o território nacional por meio de 30 Superintendências Regionais. Nos últimos anos, o Incra incorporou entre suas prioridades a implantação de um modelo de assentamento com a concepção de desenvolvimento territorial. O objetivo é implantar modelos compatíveis com as potencialidades e biomas de cada região do País e fomentar a integração espacial dos projetos. Outra tarefa importante no trabalho da autarquia é o equacionamento do passivo ambiental existente, a recuperação da infraestrutura e o desenvolvimento sustentável dos mais de oito mil assentamentos existentes no País (INCRA, 2016).

O papel do INCRA na resolução de conflitos agrários é fundamental sendo muitas vezes sua atuação eficaz o que permite uma maior celeridade nos processos de desapropriação de terras. O Instituto apresenta cinco diretrizes em seu escopo institucional que orientam suas atividades: democratização do acesso a terra; participação social; fiscalização da função social da propriedade; qualificação dos assentamentos; e titulação dos territórios quilombolas. O INCRA implementará a reforma agrária promovendo

a democratização do acesso à terra através da criação e implantação de assentamentos rurais sustentáveis, da regularização fundiária de terras públicas e gerenciará a estrutura fundiária do país, contribuindo para o desenvolvimento sustentável, para a desconcentração da estrutura fundiária, para a redução da violência e da pobreza no campo e promoção de igualdade (...) de forma participativa reafirmando os princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência, contribuindo para o

fortalecimento das parcerias e da sociedade civil organizada. (...) a fiscalizar a função social dos imóveis rurais, contribuindo para a capacitação dos(as) assentados(as), o fomento da produção agroecológica de alimentos e a inserção nas cadeias produtivas.

(...)buscando a qualificação dos assentamentos rurais, mediante o licenciamento ambiental, o acesso a infraestrutura básica, o crédito e a assessoria técnica e social e a articulação com as demais políticas públicas, em especial a educação, saúde, cultura e esportes, contribuindo para o cumprimento das legislações ambiental e trabalhista e para a promoção da paz no campo. (...) pela destinação das terras públicas, demarcação e titulação das terras ocupadas por comunidades tradicionais e quilombolas e gerenciará a estrutura fundiária nacional pelo conhecimento da malha fundiária mediante o cadastramento e certificação dos imóveis rurais, contribuindo para as políticas de inclusão social e desenvolvimento sustentável (INCRA, 2016).

A política de base do INCRA é o cadastramento das famílias que desejam o acesso à terra. Para tanto o Instituto recebe inscrições em todas suas unidades regionais, além de ações de cadastramento em campo. É necessário o enquadramento do perfil do preterido assentado, podendo acessar essa política agrária: sem terra; posseiros, assalariado, parceiro ou arrendatário; aquele cuja propriedade não seja maior que 01 módulo rural do município. Após análise dos dados as famílias são classificadas por critérios de prioridade estabelecidos pela norma de execução do INCRA nº 45/2005. A homologação é feito em caráter oficial através do chamado RB – Relação de Beneficiários. A partir de então as famílias ali constadas aguardarão as políticas de desapropriação.

#### **4.5 EMATER**

A EMATER é uma empresa pública do Estado de Minas Gerais responsável precipuamente pela a assistência rural. A missão da instituição é promover o desenvolvimento sustentável, por meio de assistência técnica e extensão rural, assegurando a melhoria de qualidade de vida na sociedade mineira. Em sua ala de informes instrucionais ainda consta que

A Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Estado de Minas Gerais (Emater–MG) é a maior empresa pública do setor no Brasil. Fundada em 1948, ela também foi a primeira a ser criada Brasil. Atualmente, a Emater–MG está presente em cerca de 790 municípios

do Estado, e seu trabalho virou referência nacional. Vinculada à Secretaria de Estado de Agricultura, Pecuária e Abastecimento, do governo do Estado de Minas Gerais, a Empresa é responsável pelo atendimento a aproximadamente 400 mil agricultores mineiros. Ao longo dos anos, a Emater–MG construiu uma sólida parceria com setores público e privado. Um trabalho que rende frutos aos municípios de Minas Gerais, junto com poder legislativo, prefeituras, secretarias de Estado, ministérios, entidades de classe, associações, cooperativas e organizações não governamentais (EMATER,2016).

O eixo fundamental de atuação da EMATER no estado de Minas Gerais trata-se da sua tentativa de maior capilaridade possível no território. Podemos verificar o registro de um escritório regional na grande maioria das cidades mineiras, o que de fato viabiliza, apesar da carência de profissional, seu intuito de universalização do serviço de assistência técnica rural, voltado para a agricultura familiar.

Os serviços de assistência técnica e extensão rural são prestados a, prioritariamente, agricultores familiares e suas organizações; médios e grandes produtores e público urbano. Coerente com a missão de promover o desenvolvimento sustentável, a Emater–MG adota em sua prática extensionista procedimentos metodológicos participativos, que possibilitam a realização de diagnósticos da realidade municipal, nos aspectos socioeconômicos e ambientais, e o envolvimento dos agricultores e parceiros na construção de estratégias e implementação de ações para superar os desafios e potencializar as oportunidades identificadas em cada região. A Emater–MG se destaca pelo dinamismo e pela qualificação permanente dos seus profissionais, respondendo às necessidades dos agricultores e organizações, com ênfase em: produção agropecuária com inclusão socioeconômica e produtiva de agricultores e jovens rurais; assessoramento técnico às unidades individuais e coletivas de beneficiamento e processamento de alimentos; organização e fortalecimento das formas associativistas de grupos de interesse, associações, cooperativas e conselhos de gestão; acesso às políticas públicas voltadas para o desenvolvimento rural; comercialização da produção com inserção da agricultura familiar no mercado; preservação do meio ambiente e da educação ambiental; segurança alimentar e nutricional das famílias; gestão dos empreendimentos familiares e coletivos; implementação de políticas públicas, com aplicação de recursos para melhoria de vida do agricultor familiar. (EMATER, 2016)

#### **4.6 EPAMIG**

Empresa de Pesquisa Agropecuária de Minas Gerais (EPAMIG) é uma instituição subsidiária que complementar às especificidades da já mencionada EMBRAPA. Seus propósitos institucionais podem ser vistos na descrição oficial.

A EPAMIG - A Empresa de Pesquisa Agropecuária de Minas Gerais (EPAMIG) foi constituída, como empresa pública, pela Lei nº 6.310, de 8 de maio de 1974 (Minas Gerais, 1999). Constituiu-se na principal instituição de execução de pesquisa agropecuária de Minas Gerais e tem a função de apresentar soluções para o complexo agrícola, gerando e adaptando alternativas tecnológicas, oferecendo serviços especializados, capacitação técnica, insumos qualificados compatíveis com as necessidades dos clientes e em benefício da qualidade de vida da sociedade (EPAMIG, 2016).

O desenvolvimento de pesquisas e tecnologias na área agrícola é fundamental para resolução de problemas produtivos que são muitas vezes de ordem local. Instituições tradicionalmente de pesquisas como as universidades federais são parceiras importantes da EPAMIG, como ressalta o convênio celebrado.

Através de convênio celebrado entre o Governo do Estado, Ministério da Agricultura e Embrapa, a EPAMIG recebeu, em 06 de agosto de 1974, a atribuição de administrar e coordenar a pesquisa agropecuária no âmbito do estado de Minas Gerais. Em 1976, com a consolidação do Sistema Estadual de Pesquisa Agropecuária (SEPA), envolvendo a EPAMIG, a Universidade Federal de Viçosa (UFV), a Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) e a Escola Superior de Agricultura de Lavras (ESAL), hoje Universidade Federal de Lavras (UFLA), firmou-se a integração das ações de pesquisa em nível estadual, visando ao interesse de Minas e do país (EPAMIG, 2016).

EPAMIG, como observamos em órgãos como a EMATER, busca descentralizar sua gestão e atuação ao longo do Estado de Minas Gerais. Com perfil diferente da assistência rural a Empresa ainda sim, em observância ao seu público alvo, apresenta cinco unidades regionais; vinte e seis campos experimentais; três núcleos tecnológicos; um instituto de laticínios; e um núcleo de ensino técnico agrário. Recentemente a instituições ampliou as discussões em tornos de práticas agropecuárias sustentáveis e apresenta linhas de pesquisa específicas para produções orgânicas. Para se ter noção do raio de amplitude de ação da EPAMIG ressaltamos as principais áreas de pesquisas agropecuárias.

Em parceria com instituições públicas e privadas, a EPAMIG desenvolve pesquisas que contemplam grandes áreas do setor agropecuário através de pesquisas

em: Agroenergia; Aquicultura; Cafeicultura; Floricultura; Fruticultura; Culturas; Olericultura; Pesquisa em Bovinos; Processamento Agroindustrial; Silvicultura e Meio Ambiente (EMPAMIG, 2016).

#### **4.7 Ministério Público**

O Ministério Público (MP) é a instituição responsável por pela defesa de direitos dos cidadãos e dos interesses da sociedade. Sua existência se justifica sobre três principais eixos: defesa da ordem jurídica; do regime democrático; e dos interesses sociais e individuais indisponíveis. A autonomia funcional, administrativa e financeira, que não o subordina aos Poderes - Executivo, Legislativo ou Judiciário – faz com que o Ministério Público cumpra com maior eficiência e transparência seu papel de defesa jurídica e fiscal da lei.

Também o Ministério Público, protetor da democracia, atua para impedir ameaças ou violações à paz, à liberdade, às garantias e aos direitos descritos na Constituição. Nesses termos, tem a função de exigir que os Poderes Públicos respeitem esses direitos e garantias. Assim, entre atribuições importantes como ajuizar a Ação Penal Pública e exercer o controle externo da atividade policial, compete ao Ministério Público a função maior de ir ao encontro dos interesses da coletividade. Cabe ainda ao Ministério Público defender os direitos individuais indisponíveis, como o direito à vida, ao trabalho, à liberdade, à saúde; os direitos difusos e coletivos nas áreas do Consumidor, do Meio Ambiente e do Patrimônio Público, entre outras; os direitos dos idosos, dos portadores de necessidades especiais, das crianças e adolescentes e dos incapazes. (MPMG, 2016)

Como fica evidenciado o MP não se dedica ao amparo direito meramente individuais, seu intuito é busca sempre defender ações de interesse amplo da sociedade. Como veremos a defensoria pública suplementa nesse sentido de ações individuais no âmbito da administração pública o MP. Ainda sobre seus princípios institucionais podemos ressaltar três: Unidade: seus membros fazem parte de uma só organização; Indivisibilidade: seus Órgãos podem ser substituídos uns pelos outros nos processos; Independência: liberdade de atuação dos membros, sem interferência direta da Instituição. No tocante ao seu funcionamento administrativo e operacional verificamos que

o Ministério Público é integrado por membros, servidores e estagiários. No primeiro grupo, estão os procuradores e promotores de Justiça. Os demais constituem os serviços auxiliares. Os membros atuam em funções de execução, em atividades judiciais e extrajudiciais, nas áreas criminal, cível e especializada, como de Saúde, Meio Ambiente,

Patrimônio Histórico e Cultural, Infância e Juventude, Ordem Econômica e Tributária, Conflitos Agrários, Direitos Humanos, Violência Doméstica, entre outras. Os procuradores de Justiça atuam na segunda instância, representando o Ministério Público perante o Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais. Os promotores de Justiça são os representantes do Ministério Público na primeira instância, atuando nos processos em tramitação nos fóruns de todas as comarcas de Minas Gerais (MPMG, 2016)

O direito agrário é uma das grandes áreas de atuação do MP e hoje no Estado de Minas Gerais, dado a difusão dos acirramentos históricos de terras, existe um Centro de Apoio Operacional especializado em conflitos agrários. Seu intuito maior é garantir a defesa dos direitos dos trabalhadores rurais pela posse da terra, fazendo com isso parcerias institucionais que possibilitem uma maior eficácia nas soluções dos processos.

Promotores de Justiça de todo o Estado atuam intervindo nas ações que envolvam litígios fundiários e coletivos pela posse da terra rural, observando sempre os direitos humanos dos rurícolas e de suas famílias, em especial crianças, adolescentes, idosos, pessoas com deficiência e gestantes; apuram fatos graves envolvendo milícias armadas; desenvolvem um trabalho de reflexão para fortalecer penalmente as ações dos movimentos sociais; fiscalizam as áreas de conflitos agrários, levando-se em conta o respeito pelo meio ambiente e a legislação trabalhista no campo, reprimindo, dessa forma, o trabalho infantil forçado ou em condições degradantes e, ainda, atuam preventivamente para acabar com a violência no campo. O Ministério Público agrário também trabalha para promover e defender os direitos humanos das pessoas acampadas e assentadas, adotando medidas judiciais e extrajudiciais para assegurar, por exemplo, o direito à terra rural e à alimentação adequada (MPMG, 2016).

#### **4.8 Poder Judiciário**

O Poder Judiciário é constituído por um conjunto de tribunais que são competentes na atuação de suas respectivas atribuições legais. Para efeito de análise da atual temática agrária trataremos das ações envolvendo o Tribunal de Justiça de Minas Gerais (TJMG). O TJ em seu organograma já atribui vara específica para as questões agrárias. A atuação devido ao volume de demandas é muitas vezes incompatível com a urgência dos conflitos sociais. As condições de vida de acampamentos rurais do MST por exemplo dramatizam ainda mais essa espera que no caso brasileiro costuma ser longa na resolução do conflito. Além de obviamente

algumas resoluções se encaminham para desocupações e reintegração de posse traumáticas. A insegurança jurídica gerada por esses processos culminaram em uma ação que busca celeridade resolutiva.

Em iniciativa inédita no País, o governador Fernando Pimentel e o presidente do Tribunal de Justiça (TJMG), Pedro Bitencourt Marcondes, assinaram ontem, em Belo Horizonte, a portaria que instala o Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania para Demandas Territoriais Urbanas e Rurais e de Grande Repercussão Social (Cejus Social). Além disso, também foi criada, por meio de decreto, uma Mesa de Diálogo e Negociação Permanente com as ocupações e grupos envolvidos em conflitos fundiários. O Cejus Social foi criado por meio de portaria conjunta 420/2015 da Presidência, da 3ª Vice-Presidência e da Corregedoria-Geral de Justiça do TJMG. Será sediado no Cejus da comarca de Belo Horizonte, no Fórum Lafayette, e terá abrangência em todo o Estado. O objetivo da unidade será concentrar a solução de demandas sociais – conflitos agrários, conflitos relacionados a invasões de terra e outras demandas territoriais, urbanas e rurais e de grande repercussão social. Dois desembargadores e um juiz adjunto irão coordenar a iniciativa (TJMG, 2016)

O Cejus Social é um instrumento público importante na resolução de conflitos. Apesar de sua recenticidade percebemos a relevância de se estabelecer parcerias entre os poderes que busquem uma redução da extrema judicialização das questões agrárias. Essas iniciativas buscam o que no direito vem se chamando de conciliação, são forma em que a tutela do estado está presente, como por exemplo o poder judiciário, porém busca-se um maior diálogo entre as partes. A composição institucional ampla é fundamental na eficácia dessa recente iniciativa.

Já no que diz respeito à Mesa de Diálogo e Negociação, criada por meio de decreto assinado pelo governador durante a solenidade, serão promovidos debates e negociações para prevenir, mediar e solucionar, de forma justa, os conflitos nas áreas socioambiental e fundiária. O grupo será composto por representantes do Poder Executivo estadual, incluindo nove secretarias, Polícia Militar e Advocacia Geral do Estado, sociedade civil organizada, além de outros órgãos dos poderes Judiciário e Legislativo, bem como universidades e integrantes das ocupações. A coordenação da Mesa será da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Regional, Política Urbana e Gestão Metropolitana (Sedru), por intermédio da Companhia de Habitação do Estado (Cohab) e da Secretaria de Estado de Agricultura, Pecuária e Abastecimento (Seapa), por intermédio da Fundação Rural Mineira (Ruralminas) (TJMG, 2016)

#### **4.9 Secretaria de Estado de Agricultura, Pecuária e Abastecimento**

A Secretaria de Estado de Agricultura, Pecuária e Abastecimento é um órgão da administração pública ligada diretamente ao governador do estado de Minas Gerais. Em alinhamento a proposta do estado em estabelecer gestões integradas das instituições afins, a secretaria faz parte do Sistema de Agricultura de Minas Gerais. Sistema que também composto pela: EMATER; EPAMIG; IMA; Fundação Rural Mineira.

O escopo de atuação da secretaria se assemelha ao já tratado sobre ao Mapa, cabendo trazer algumas considerações sobre as definições institucionais e algumas peculiaridades na história institucional burocrática. A secretaria busca em sua profusão oficial de valores promover o desenvolvimento sustentável da atividade agrícola de Minas Gerais, propiciando segurança alimentar e nutricional à sociedade, melhoria da qualidade de vida da população rural e redução das desigualdades regionais. Para tanto tem como objetivo tornar a Atividade Agrícola de Minas Gerais a mais diversificada, competitiva e sustentável do país.

A história da secretaria desde o século XIX demonstra como o estado brasileiro já dedicava parte de sua estrutura burocrática a gestão de processos ligados a produção a agrícola. A alternância através de projetos de lei denotam o caráter transitório e inconsistente da organização pública estadual na consolidação de uma política organizacional mais coesa.

A Secretaria de Estado da Agricultura foi criada pela Lei nº 6, de 16 de outubro de 1891, com a denominação de Secretaria da Agricultura, Comércio e Obras Públicas, diante da exigência do governo republicano de reorganizar a atividade administrativa. Até 1892, só se ocupava de assuntos ligados à Viação e Obras Públicas. David Moretzshon Campista, o primeiro secretário, foi nomeado pelo presidente Afonso Augusto Moreira Pena, tomando posse em 21 de agosto de 1892 e exercendo o cargo até 1894(...) Lei nº 318 de 16 de setembro de 1901 - Reorganiza diversos ramos do serviço público do Estado (Suprime a Secretaria da Agricultura, Comercio e Obras Públicas -Art.1º) (...) Lei nº 516, de 31 de agosto de 1910 - Restabelece a Secretaria de Agricultura, Indústria, Terras, Viação e Obras Públicas autoriza a supressão de cargos desnecessários nas



demais Secretarias e contém outras disposições (A Secretaria da Agricultura, Comércio e Obras Públicas passa a denominar-se Secretaria de Agricultura, Indústria, Terras, Viação e Obras Públicas – Art.1º) (...) Lei nº 1.147, de 6 de setembro de 1930 - Dá novas denominações as quatro Secretarias de estado, distribui os seus serviços e autoriza o poder executivo a reformar as Secretarias de Estado e demais repartições públicas (A Secretaria de Agricultura, Indústria, Terras, Viação e Obras Públicas passa a denominar-se Secretaria da Agricultura, Viação e Obras Públicas – Art. 1º)(...) Decreto nº 2 de 08 de abril de 1935 - Desdobra a Secretaria da Agricultura, Viação e Obras Públicas e contém outras disposições ( A Secretaria de Agricultura, Viação e Obras Públicas passa a denominar-se Secretaria da Agricultura, Indústria, Comércio e Trabalho – Art. 1º) (...) Lei nº 2.877, de 04 de outubro de 1963 - Dispõe sobre a reestruturação administrativa do Estado e dá outras providências (A Secretaria de Agricultura, Indústria, Comércio e Trabalho passa a denominar-se Secretaria de Estado de Agricultura – Art. 1º) (...) Lei nº 9.511, de 29 de dezembro de 1987 - Extingue a Secretaria de Estado do Abastecimento, altera a denominação da Secretaria de Estado da Agricultura e dá outras providências ( A Secretaria de Estado de Agricultura e Pecuária passa a denominar-se Secretaria de Estado de Agricultura, Pecuária e Abastecimento. (SECRETARIA DE ESTADO DE AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO, 2016).

#### **4.10 SEDA**

A Secretaria de Desenvolvimento Agrário - SEDA - é um órgão da administração direta vinculada ao gabinete do Governador do Estado de Minas Gerais. A sua recenticidade como secretaria demonstra os avanços recentes em busca de maior igualdade no acesso às de políticas agrárias. Suas atribuições se assemelham no âmbito estadual do Ministério do Desenvolvimento Agrário.

A Seda tem como prerrogativa promover o desenvolvimento rural sustentável de Minas Gerais, através da democratização do acesso à terra, da inclusão e dinamização produtiva da agricultura familiar e da promoção à segurança alimentar e nutricional. Sua intenção é ser reconhecida como instituição indispensável para a valorização do meio rural no processo de desenvolvimento econômico e social sustentável, garantindo condições dignas de vida e de trabalho aos agricultores e agricultoras familiares. Para tanto opta em traçar com valores institucionais que

orientam sua atuação: excelência e receptividade no atendimento ao público; cooperação entre os servidores da SEDA e entre os diferentes setores envolvidos nas políticas de desenvolvimento agrário; respeito às diversidades; efetividade das políticas públicas; comprometimento com a diminuição das desigualdades no campo; ética na função pública (SEDA, 2016). Sendo seus objetivos principais como instituição responsável na tutela dos interesses democráticos da dignidade no campo:

garantir o acesso à terra, por meio da regularização fundiária e do crédito fundiário rural; fortalecer a agricultura familiar, estimulando a inclusão econômica, produtiva e social; fomentar a segurança alimentar e nutricional sustentável; promover o acesso e o uso sustentável da água, com foco na produção de alimentos saudáveis; promover a cidadania e a dignidade da vida no campo, com foco na redução das desigualdades sociais e regionais; fortalecer o diálogo entre os agricultores familiares e o governo, por meio de instâncias e mecanismos de controle social; contribuir para o desenvolvimento sustentável de povos e comunidades tradicionais, assentados da reforma agrária e atingidos por barragens (Seda, 2016).

#### **4.11 SEDS**

A Secretaria de Estado de Defesa Social compõe análise institucional na medida em que trata diretamente com o conflito agrário em sua condição mais ontológica e violenta. Casos como reintegração de posse e mesmo investigação de esbulho possessório são recorrentes nas forças policiais. Para tanto trataremos da atuação oficialmente direcionada aos conflitos agrários por parte da Polícia Civil de Minas Gerais (PCMG) e da Polícia Militar de Minas Gerais (PMMG). Ambas as instituições apresentam no organograma autonomia operacional, estando vinculada a SEDS administrativamente

A PCMG dispõe de unidades de atuação especializada que integra a estrutura orgânica. Tais divisões tem intuito de qualificar o desempenho da atuação policial frente a diversidade das demandas sociais. A Resolução PCMG Nº 7.196, de 29 de Dezembro de 2009 versa sobre a criação da DEMACA – Delegacia Especializada Investigação de Crime Contra o Meio Ambiente e Conflitos Agrários.

Art. 19. Compete à Delegacia Especializada Investigação de Crime Contra o Meio Ambiente e Conflitos Agrários o exercício das funções de polícia judiciária e a apuração das infrações penais relativamente aos crimes previstos nas seguintes leis: I - Lei nº 4.771, de 15 de setembro de 1965, que institui o Código Florestal; II - Lei nº 6.766, de 19 de dezembro 1979, que se refere ao parcelamento ou desmembramento do solo para loteamento ou fins urbanos sem autorização do órgão público competente; III - Lei nº 7.802, de 11 de julho de 1989, que dispõe, dentre outros, sobre agrotóxicos; IV - Lei nº 9.605, de 12 de fevereiro de 1998, que dispõe sobre as sanções penais derivadas de condutas e atividades lesivas ao meio ambiente; e V - Decreto-Lei nº 2.848, de 1940, "Código Penal", e legislação especial, quando decorrentes de conflitos agrários (PCMG, 2016).

A localização da delegacia é em Belo Horizonte o que muitas vezes pode limitar o raio de amplitude de ações de polícia judiciária na resolução dos conflitos agrários. Entretanto sua criação tem um marco político institucional importante que deve somar no desenho resolutivo do problemas de Terra no Estado de Minas Gerais.

A PMMG é órgão estatal com atribuição legal de polícia ostensiva, cabendo sua atuação no âmbito do patrulhamento e coerção de fato típicos do código penal. No âmbito dos conflitos agrários a PMMG é incluída em sua fase processual na proteção de decisões judiciais de órgãos competentes, se direcionando supletivamente na tutela de oficiais de justiça. As medidas de reintegração de posse são etapas de maior conflito e risco social para os envolvidos. Diante a as circunstâncias foi proposto pelo PNDH, inspirada no objetivo de preservar a vida, a integridade física e a dignidade das pessoas que se envolvem nessas graves situações de perigo que se materializam nos conflitos agrários e urbanos.

O Plano Nacional de Direitos Humanos - PNDH-3, instituído pelo Decreto nº 7.037, de 21 de dezembro de 2009, no contexto de sua Diretriz nº 17, que trata da promoção de um sistema de justiça mais acessível, ágil e efetivo, para o conhecimento, a garantia e a defesa dos direitos humanos, estabeleceu como ação para os Ministérios do Desenvolvimento Agrário e da Justiça, no intuito de cumprir o objetivo estratégico de promover o acesso à justiça no campo e na cidade: ...  
d) Propor projeto de lei para institucionalizar a utilização da mediação como ato inicial das demandas de conflitos agrários e urbanos, priorizando a realização de audiência coletiva com os envolvidos, com a presença do Ministério Público, do poder público local, órgãos públicos especializados e Polícia Militar, como medida preliminar à

avaliação da concessão de medidas liminares, sem prejuízo de outros meios institucionais para solução de conflitos (ROCHA, 2010, p.14)

Por motivos que Rocha discute como sendo, o interesse econômico que se esconde no argumento da segurança jurídica, tão ao gosto de uma sociedade conservadora, o governo recua e suprime o papel oficial da PM por meio do Decreto nº 7.177, de 12 de maio de 2010.

Propor projeto de lei para institucionalizar a utilização da mediação nas demandas de conflitos coletivos agrários e urbanos, priorizando a oitiva do INCRA, institutos de terras estaduais, Ministério Público e outros órgãos públicos especializados, sem prejuízo de outros meios institucionais para solução de conflitos (ROCHA, 2010, p.14)

A alteração descrita na desfigura qualquer responsabilidade ou necessidade da instituição em lidar com os conflitos. O que denota é um estranho recuo de diálogo institucional que poderia consolidar ainda mais com instrumentos regulamentadores, como no caso do decreto.

Certamente, a importância da intervenção da Polícia Militar nos conflitos decorrentes da ocupação de terras não foi afastada pela edição do Decreto nº 7.177/2010, que alterou em alguns aspectos o Plano Nacional de Direitos Humanos. Tal intervenção também não se restringe a garantir os interesses patrimoniais de qualquer das partes envolvidas na situação de conflito sobre a posse do imóvel rural. A missão institucional da Polícia Militar impõe atuação serena e equilibrada que vise a solução pacífica da situação de conflito e a promoção da paz social (ROCHA, 2010, p.22)

A atuação da PMMG em caso de reintegração de posse envolvem normalmente operação com batalhões especializados, como por exemplo o Choque. A forma de treinamento e comando para situação como essa é fundamental, sendo a leitura de Rocha o dimensionamento concernente as adequações constitucionais.

A intervenção policial militar que se presta a auxiliar oficial de justiça no cumprimento de ordem judicial de reintegração de posse não admite o questionamento sobre o mérito da decisão. Certa ou errada, a decisão judicial que não foi cassada por órgão judicial competente deve ser cumprida. No entanto, o dever de cumprir a ordem judicial não afasta a necessidade de ponderar sobre o meio e o momento mais adequado para a sua execução. Vale notar que as ocupações de imóveis rurais por integrantes de movimentos sociais, normalmente, envolve a participação de famílias inteiras, com mulheres, crianças e idosos. Por isso, a atuação conciliatória prévia da Polícia Militar, que estabelece o diálogo entre os envolvidos e pode evitar o confronto e

suas conseqüências lesivas é o que a sociedade espera da instituição militar. Não havendo êxito na negociação, a atuação cautelosa que planeja adequadamente o emprego da força necessária e suficiente para a execução da ordem é a medida adequada para a instituição que constitui pilar importante do regime democrático. O interesse público na solução pacífica do conflito agrário é evidente, de modo que a atuação policial deve ser direcionada fundamentalmente pelo princípio constitucional da dignidade da pessoa humana (ROCHA, 2010, p.22)

Ainda sobre a tutela do estado no âmbito dos conflitos agrários judicializados devemos ressaltar a presença importante da Defensoria Pública. No Art. 1º da lei complementar nº 80, de 12 de Janeiro de 1994 vemos que a defensoria é instituição permanente, essencial à função jurisdicional do Estado, incumbindo-lhe, como expressão e instrumento do regime democrático, fundamentalmente, a orientação jurídica, a promoção dos direitos humanos e a defesa, em todos os graus, judicial e extrajudicial, dos direitos individuais e coletivos, de forma integral e gratuita (DEFENSORIA, 2016). A Defensoria em Minas Gerias faz parte do já mencionado Cejus e tem um departamento específico voltada para questões fundiárias.

## 5. NEOPRODUTIVISMO E AGROECOLOGIA

A presente abordagem busca agora compreender os processos socio-históricos e políticos que culminaram no desenvolvimento de modelos de agricultura alternativa ao longo do século XX e XXI. O que hoje chamamos de neoprodutivismo, como matriz ideológica que se orienta na oposição a um modelo produtivista, tem seu início epistemológico nas primeiras compilações de conhecimentos agrícolas voltadas para uma compreensão de base biológica da agricultura. É importante ressaltar de antemão a opção da terminologia agricultura alternativa como uma categoria analítica que reúne as diferentes formas de produção agrícola que de alguma forma questionam o modelo produtivista hegemônico no nosso modo de produção capitalista. Sendo crucial dizer que as diferenças técnicas e de conceituação dessas formas de agricultura são evidentes e serão objeto de análise ao longo do texto. No entanto a divergência diante a soluções alternativas parciais que apenas minimizem os problemas ambientais é um denominador comum. O que se busca é rompimento de um olhar produtivista, redesenhando os sistemas de produção com reconhecimento da importância das diferentes interações ecológicas (ASSIS; ROMEIRO, 2002). Sendo para um segundo momento o aprofundamento teórico de uma das vertentes da agricultura alternativa a agroecologia como elemento ligante ao contexto do objeto de estudo. A retomada de momentos já mencionados anteriormente é inexorável para um paralelo coeso com processo histórico, que por um opção analítica buscou-se abordar em capítulos diferentes. Compreender a evolução no âmbito produtivo das questões agrárias é fundamental para ancorar uma realidade política e sustentar transformações consistentes. É necessário olhar para as possibilidades produtivas sobre a ótica de arcabouços teóricos e práticos capazes de trazer soluções aos problemas da agricultura contemporânea.

A agricultura e a criação de animais fazem parte do desenvolvimento das antropossociedades como elemento fundamental para processo civilizatório a aproximadamente 10.000 anos (MAZOYER; ROUDART, 2010). Essa bagagem histórica milenar é de suma importância para compreender fenômenos contemporâneos que veem na crise de alimentos o epicentro de uma crise global. Um dos grandes motivos que supostamente justificaram os avanços tecnológicos na agricultura e seu caráter produtivista, para além de uma racionalidade econômica proeminente, é a adequação da produção agrícola ao contínuo aumento da demanda

de alimentos. Um discurso Neomalthusiano é reproduzido nas mais diversas esferas sociais e geográficas de forma a legitimar erroneamente um avanço do produtivismo como modelo hegemônico. O que se pretende é conceber diante a uma evolução histórica as respostas científicas, políticas e sociais que questionam essa solução demonstrando futuros possíveis para uma humanização naturalizante da agricultura.

### **5.1 As origens da Agricultura Alternativa e do Produtivismo**

O século XIX foi marcado pela consolidação de uma revolução epistemológica que culminou nos avanços do conhecimento científico como modelo hegemônico no mundo ocidental para se pensar os fenômenos naturais. Não negando a produção de saberes que deram base para diversas áreas do pensamento científico, mas reconhecendo o constructo social que se diferencia pelo rigor do método e aprofundamento nos avanços técnicos. Esse século foi marcado por avanços industriais que mudaram a forma em que humanidade lidava com o tempo e o espaço. Porém em se tratando de agricultura a maior influência desse período trata-se das pesquisas do químico Justus von Liebig. Observando a nutrição vegetal através de elementos minerais, fato antes não constatado, pode postular uma teoria que influenciou diretamente a produção de insumos químicos. Apesar de seus equívocos sobre a importância da nutrição orgânica, Liebig inaugurou uma nova fase na produção agrícola mundial. A partir de então monocultores puderam abrir mão de plantios consorciados com forrageiras que dificultavam enormemente a mecanização de processos e puderam solucionar, obviamente a visão da época, os problemas de esgotamento de solo que assolavam aquelas produções. A química agrícola, os avanços tecnológicos e uma visão de inesgotabilidade dos recursos naturais consolidaram as bases revolução agrícola "modernizante" do século XX. Foi difundido a partir de então, em momentos e intensidade peculiares a cada região do planeta, uma mentalidade em que era possível desrespeitar as bases do ciclo naturais de nutrientes e implementar modelos de produção agrícolas industriais (ASSIS; ROMEIRO, 2002).

Em paralelo a esse desenvolvimento científico que transformou parte da produção agrícola mundial surgia na Europa em países como Alemanha, França e Inglaterra movimento científicos e sociais interessados em outras formas de

agricultura. Modelos que de certa maneira resgatavam diversas práticas tradicionais a luz de uma visão científica dos processos. Como exemplos dessa ontologia epistemológica da agricultura alternativa temos em 1924 a agricultura biodinâmica e natural na Alemanha e em 1946 a agricultura orgânica na Inglaterra (BRANDEBURG, 2002). Uma visão ideológica inicial é trazida por Brandenburg:

Em sua origem, a agricultura alternativa, hoje agricultura ecológica, está associada a um pensamento filosófico, antroposófico ou esotérico (orientada por Steiner, Alemanha), de contestação política (Soil Association, Inglaterra) ou de reação a padrões industriais de produção e consumo de alimentos (como GABO, na França). Quer seja associado à preservação de saúde ou a um estilo de vida anticonsumista, são todos movimentos de reação e de contestação ao domínio técnico industrial e crítico à agricultura de insumos químicos. (BRANDERBURG, 2002 apud BARRES, BONNY, LEPAPE, REMY, 1985)

Os movimentos sociais ligados a uma agricultura alternativa constituído a partir dessa visão de contraponto a um modelo industrial de insumos químicos só se manifesta como tal no Brasil no anos 70 em resposta política agrícola nefasta do governos militar, conhecida como modernização conservadora. Entretanto cabe ressaltar a importância de saberes tradicionais observados no Brasil antes da colonização europeia que somados as influências desses e da imigração Africana compuseram um conjunto sincrético de práticas agrícolas que baseiam técnicas agroecológicas voltadas para a produção em clima tropical. O amadurecimento desse vertentes da agricultura alternativa durante o século XX nas diversas localidades e contexto demonstra diversidade e heterogeneidade desses movimentos.

O agricultor ecológico não constitui uma categoria social homogênea. Isto significa dizer que, tanto no Brasil quanto na Europa, a agricultura ecológica não constitui uma estratégia de reprodução de uma categoria social específica, não podendo ser considerada como uma solução para as questões relacionadas à sobrevivência e reprodução de uma determinada categoria. Entre os agricultores ecológicos podem ser identificados pequenos agricultores tradicionais, neorurais, pequenos empresários, empresas associativas, cooperativas de produção, empresas que contratualizam a produção. São categorias sociais que de qualquer forma estão engajadas, através de



suas associações, em diferentes correntes do pensamento agroecológico. (BRANDEBURG, 2002)

## **5.2 Avanços do produtivismo e a consolidação política da agricultura alternativa**

A segunda metade do século XX, influenciada diretamente pelas profundas consequências sociais e econômicas do período pós-guerra, é marcada pelo início do que chamamos de revolução verde. Esse pacote tecnológico que se difundiu em um processo de globalização ocidental e avanço do capitalismo pós-moderno transformou a, já alterada, paisagem rural drasticamente. As relações que o capital congregou em um processo de constituição de complexos agroindustriais permitiu uma coalizão entre capital especulativo, industrial e agrícola. Dimensionar esse processo é importante em nosso contexto analítico, na medida em que podemos perceber o poder dessas relações e o impacto geográfico e cultural que ele tem. O direcionamento químico da poderosa indústria bélica que se estruturou na segunda guerra, mas se via falida ao final da mesma, marca o início de uma expansão global dos insumos e principalmente dos chamados defensivos. Com o desenvolvimento das pesquisas genéticas e as possibilidades da transgenia de produtos agrícolas o pacote no qual mencionamos se fortaleceu como a solução para uma produção agrícola produtiva. A mecanização dos processos e a substituição de práticas ditas arcaicas foi amplamente patrocinadas por governos, como por exemplo o Brasil, e as grandes multinacionais se instalaram definitivamente nas mais diversas localidades ao longo do planeta. O discurso de uma solução técnica padrão que não considera os efeitos condicionantes do meio e traz a garantia de produtividade foi comprado por diversos segmentos da sociedade, inclusive aqueles que já sofriam com dependências sociais e de trabalho como o pequeno agricultor.

Em paralelo a essa avanço e das prometidas supersafras vemos um movimento ambiental se transbordando nas esferas internacionais. Livros como "Primavera Silenciosa" da autora Rachel Carlson são marcos importantes que sinalizam já na década de 50 os graves problemas ambientais causados por defensivos. Uma consciência global, porém difusa, da importância de olhar a natureza a partir de outro prisma influenciou diretamente a apropriação de outros segmentos sociais da agricultura alternativa. Parte da comunidade acadêmica que já havia demonstrado

suas preocupações com os limites do planeta e sua capacidade carga, começa a se dedicar a alternativas que mitiguem os impactos do atual modelo produtivo. Nasce após os 70 sistemáticas linhas de pesquisa voltadas para um agricultura sustentável em diversas universidade. Como exemplo temos o biólogo americano Stephen Glissman precursor do termo agroecologia e o espanhol Miguel Altieri que são expoentes dessas visões produtivas que se contrapõe ao produtivismo da revolução verde. Atualmente esse que formaram a vanguarda do movimento agroecológico veem no início do século XXI veem o aumento e surgimento de diversos cursos de graduação e linhas de pós-graduação de agroecologia no Brasil e no mundo. Essa faceta científica do movimento por uma agricultura alternativa contribui para legitimidade de diversos atores políticos, assim como na importante produção e aprimoramento de conhecimentos que contribuem para uma transição de modelo tão demanda por parte da sociedade.

A vinda de profissionais de vivência urbana que elegeram a agricultura ecológica como uma opção ou estilo de vida diferenciado dinamizou o movimento e os profissionalizou, colocando a agroecologia em condições competitivas com a agricultura convencional. Esses profissionais, ao mesmo tempo em que são movidos pela busca de um modo de vida alternativo não se restringem a uma atuação na esfera técnica ou organi-zacional, uma vez que também se posicionam politicamente, contribuindo com o processo de politização dos agricultores. (BRANDEBURG, 2002)

A década de 90 foi marcada por um crescimento decisivo da produção agrícola de base ecológica, número trazidos por Darolt e Brandenburg demonstram o aumento de áreas produtivas no Brasil, na Europa e nos EUA. Esse momento pode ser atribuído a conjunto de condicionantes demonstram uma resistência social e política cada vez mais incisiva ao produtivismo. A institucionalização de ONG's e a associações de produtores e consumidores voltados para uma agricultura alternativa sustentável que contrapõe em certa medida lógicas de mercado. Brandenburg vai chamar atenção para importantes práticas que rompem com a dependência do mercado industrial hegemônico, a partir de uma lógica de baixo input externo e potencialização dos recursos internos.

Ainda com relação aos estabelecimentos que operam segundo uma estratégia de baixo *input*, pode-se acrescentar que seus objetivos são orientados por uma racionalidade que não privilegia a acumulação do capital. A racionalidade técnico-instrumental está vinculada aos objetivos de reprodução social e a um projeto social de vida, cuja definição está em função de aspirações individuais e valores socioculturais que integram o mundo de sua experiência de vida (BRANDENBURG, 1999).

Esses avanços observados nos movimentos sociais de diversas ordens de cunho ecológico na sociedade colocaram militantes e líderes em espaço de decisão política, que apesar de força ainda inferior ao defensores do produtivismo que no Brasil se faz presente pela bancada ruralista, importantes para regulamentações cruciais a consolidação da agricultura alternativa (BRANDENBURG, 2002). Cabe lembrar a importante criação da Federação Internacional do Movimento de Agricultura Orgânica em 1972 como marco político institucional de uma articulação que se capilariza o mundo após sua criação. Sem esquecermos das diferenciações intrínseca a cada bandeira quando pensamos em adequação ambiental de produtos agrícolas "limpos" e em uma perspectiva mais radical rompimento com paradigma produtivo sistêmico.

A institucionalização da agroecologia enquanto uma alternativa diferenciada de organização produtiva e social é resultado da ação de um movimento que se manteve, mesmo que marginal e ignorado por pesquisadores e representantes políticos. Com a relevância da questão ambiental nos anos 90, é oficialmente reconhecida em praticamente todos os países do continente e assim considerada, inclusive, como um fenômeno sociológico

(MICHELSEN, 2001).

A aproximação de diversos atores políticos fortalece uma relação que o mercado rompeu, fazendo um papel de intermediador, entre produtor e consumidor. Foram criados ou resgatados nesse processo que empodera uma luta política espaço de sociabilidade, como as feiras, que estabelecem relações de solidariedade mais coesas dando origem a importantes organizações de consumidores de produtos ecológicos (RUCINSKI, 2000). A figura do consumidor com demandante serviços

produtos ecológicos é fundamental para mudança de a paradigma mercado e o rompimento com um modelo doente produtivista.

### **5.3 Agroecologia como alternativa sistêmica as questões agrárias**

A agroecologia fornece bases científicas, metodológicas e técnicas para uma nova revolução agrária não só no Brasil, mas no mundo inteiro. Os sistemas de produção fundados em princípios agroecológicos são biodiversos, resilientes, eficientes do ponto de vista energético, socialmente justos e constituem os pilares de uma estratégia energética e produtiva fortemente vinculada à noção de soberania alimentar (ALTIERI, 2012, p.15)

A busca por aprofundamento teórico e prático das mais diversas formas de agricultura alternativa se mostra hoje como um campo de vanguarda, cada vez mais consolidada, nas mais diversas áreas do conhecimento, como por exemplo a tradicional agronomia. Atualmente, a discussão sobre produção agrícola tem evoluído, partindo de uma abordagem puramente técnica para uma leitura mais complexa, caracterizada por suas dimensões sociais, culturais, políticas e econômicas. (ALTIERI, 2012, p.103) Fato levantado pelo professor Miguel Altieri quando diz que

Para se obter um entendimento mais amplo do contexto agrícola, entretanto é preciso o estudo da agricultura, do ambiente global e do sistema social, tendo em vista que o desenvolvimento social resulta de uma complexa interação de uma série de fatores. É por meio dessa compreensão mais profunda da ecologia dos agroecossistemas que surgirão novas percepções e alternativas de manejo em maior sintonia com os objetivos de uma agricultura verdadeiramente sustentável. (p.103)

O termo agroecologia foi utilizada pela primeira vez em 1928, pelo agrônomo russo Basil Bensin. Entretanto foi apenas nos 60 e 70 sobre efeito das primeiras discussões sobre a crise global que vemos a apropriação de fato por parte de ecólogos, biólogos e agrônomos. O professor da Universidade da Califórnia, Gliessman, é a referência de agroecologia nos âmbitos técnicos e preceitos interdisciplinares tal qual discutimos hoje. Obviamente que como veremos a agroecologia busca olhar pra realidade produtivas sustentáveis que já existem na história da humanidade e otimizar a adequar as nossas necessidades. O que nos faz pensar que apesar das referências científicas que são importantes no processo de

expansão e legitimação da agroecologia, seu avanço está intimamente ligado ao diversidade de profissionais, agricultores, políticos, militantes, artistas e outros atores sociais que compõe essa polifania de discursos na defesa dos direitos socioambientais dos povos. Para começamos a discutir o tema trazemos três pressupostos fundamentais da agroecologia levantados pelo também expoente do tema Miguel Altieri:

Agroecologia assume três acepções: 1) como uma teoria crítica que elabora um questionamento radical à agricultura industrial, fornecendo simultaneamente as bases conceituais e metodológicas para o desenvolvimento de agroecossistemas sustentáveis; 2) como uma prática social adotada explícita ou implicitamente em coerência com a teoria agroecológica; como movimento social que mobiliza atores envolvidos prática e teoricamente no desenvolvimento da Agroecologia, assim como crescentes contingentes da sociedade engajados em defesa da justiça social, da saúde ambiental, da soberania e segurança alimentar e nutricional, da economia solidária e ecológica, da equidade entre gêneros e de relações mais equilibradas entre o mundo rural e as cidades (ALTIERI, 2012, p.8)

Como ciência a agroecologia, baseia-se na aplicação da Ecologia para o estudo, o desenho e o manejo de agroecossistemas. A necessidades de estruturar como campo científico é inerente para sua legitimação em uma sociedade que ancora sua estrutura de poder nessa racionalidade. Obviamente a agroecologia não objeto fim da presente abordagem, cabendo para o momento um definição mais ampla trazida por Altieri.

(...) Isso conduz à diversificação agrícola projetada intencionalmente para promover interações biológicas e sinergias benéficas entre os componentes do agroecossistema, de modo a permitir a regeneração da fertilidade do solo e a manutenção da produtividade e da proteção das culturas. Os princípios básicos da Agroecologia incluem: a reciclagem de nutrientes e energia; a substituição de insumos externos; a melhoria da matéria orgânica e da atividade biológica do solo; a diversificação das espécies de plantas e dos recursos genéticos dos agroecossistemas no tempo e no espaço; a integração de culturas com a pecuária; e a otimização das interações e da produtividade do sistema agrícola como um todo, ao invés de rendimentos isolados obtidos por uma única espécie. A sustentabilidade e a resiliência são alcançadas em função da diversidade e da complexidade dos sistemas agrícolas, por meio de consórcios, rotações, sistemas agroflorestais, uso de sementes nativa e de raças locais de animais, controle natural de pragas, uso de compostagem e adubação verde e aumento da matéria orgânica do

solo, o que melhora a atividade biológica e a capacidade de retenção de água (ALTIERI, 2012, p.15)

A institucionalização das práticas de construção do conhecimento agroecológico exige a superação da excessiva segmentação funcional entre ensino, pesquisa e extensão. Essa tríade organizacional da universidade tal qual vista hoje é se torna muitas vezes um obstáculo de avanços desse campo. Além disso requer um esforço ainda maior revendo radicalmente os papéis exercidos pelos atores mais diretamente envolvidos nessas atividades, sobretudo no sentido de atribuir protagonismo a agricultores e agricultoras nos processos de inovação (ALTIERI, 2012, p.13).

A agroecologia se fundamenta em um conjunto de conhecimentos e técnicas que se desenvolvem a partir dos agricultores e de seus processos de experimentação. Por essa razão, enfatiza a capacidade das comunidades locais para experimentar, avaliar e expandir seu de invocação por meio da pesquisa de agricultor a agricultor utilizando ferramentas de extensão baseadas em relações mais horizontais entre os atores. Seu enfoque tecnológico está enraizado na diversidade, na sinergia, na reciclagem e na interação, assim como em processos sociais baseados na participação da comunidade. Para a agroecologia, o desenvolvimento dos recursos humanos é a pedra angular de qualquer estratégia voltada para ampliar o leque de opções da população rural e, especialmente, dos camponeses que dispõe de poucos recursos. Também atende às necessidades alimentares a partir do fomento à autossuficiência, promovendo a produção agrícola de grãos e outros alimentos nas comunidades. Trata-se de um enfoque que privilegia a esfera local ao direcionar seus esforços para o abastecimento dos mercados locais que encurtam os circuitos entre a população e o consumo de alimentos, evitando assim o desperdício de energia gasta no transporte dos produtos de lugares muito distantes até a mesa do consumidor. (p.16)

A necessidade de internalização do paradigma agroecológico nas instituições que incidem sobre os rumos do desenvolvimento rural é urgente. O capítulo destinando aos órgãos que tratam da temática anunciam o espaço onde agroecologia precisa se estabelecer. A abrangência do seu objeto demonstra a necessidade de se construir caminhos possíveis para uma transição de modelo.

Em todo o mundo em desenvolvimento, cerca de 1,4 bilhão de agricultores vivem em ambientes marginais de alto risco e permanecem alijados da tecnologia agrícola moderna. Uma nova abordagem para o manejo dos recursos naturais deve ser desenvolvida para que novos sistemas de gestão possam ser

desenhados e adaptados a essas condições agrícolas, específicas, altamente variáveis e diversificadas, típicas desses agricultores. A Agroecologia proporciona as bases científicas para implantação de agroecossistemas biodiversos capazes de subsidiar o seu próprio funcionamento. Os últimos avanços na pesquisa em agroecologia tem sido revistos afim de melhor definir os elementos que devem fazer parte da agenda de estudos sobre manejo dos recursos naturais, uma agenda que deverá ser compatível com as necessidades e aspirações dos camponeses. Está claro que, para que assumam um caráter relevante, tais estudos precisam, incluir a plena participação dos agricultores, assim como a de organizações de assessoria. A implementação da agenda de pesquisa também implicara importantes mudanças institucionais e políticas (ALTIERI, 2012, p.117)

A superação do paradigma moderno de agricultura industrial é inevitável para a sobrevivência ambiental do planeta. O que se percebe no mundo da ciência é que a tríade conhecimento, técnica e tecnologia não são suficientes para possibilitar uma transformação de fato. Apesar da diversidade de projetos de pesquisas envolvendo milhares de pessoas e universidades em diversos países tal fato não foi suficiente para se iniciar de fato uma transição de modelo, ou no nosso caso a chama transição agroecológica. É importante utilizar nesse momento a palavra transição, pois é a partir dessa realidade que as alternativas devem se pautar.

Por outro lado, as intenções tecnológicas ou ecológicas não são suficientes para disseminar a Agroecologia. Há muitos fatores que restringem a implementação de iniciativas de agricultura sustentável. Grandes mudanças dever ser feitas nas políticas, instituições e agendas de pesquisa e desenvolvimento para assegurar que as alternativas agroecológicas sejam adotadas, conduzidas de forma equitativa e amplamente acessível, assim como multiplicadas visando a que todos os seus benefícios para a segurança alimentar sejam efetivados (ALTIERI, 2012, p.149)

O fato é que, falando em contexto brasileiro, a revolução verde atingiu uma difusão geográfica devastadora e o modelo agrário conservador se mantém forte nesse processo. O que justifica a necessidade de se construir um caminho que leve em consideração esse cenário. A coalizão de esforços universidade, movimentos sociais e agricultores é um elo importantíssimo nesse processos.

Os movimentos sociais do campo devem compreender que o desmantelamento do sistema agroalimentar industrial e a restauração dos sistemas locais de alimentação deverão vir acompanhados pela construção de alternativas agroecológicas que se adaptem às necessidades da agricultura familiar e da população não rural de baixa

renda, em oposição ao controle corporativo sobre a produção e consumo. Portanto, será vital a participação direta dos agricultores na formulação de agendas de pesquisa bem como nos processos de inovação tecnológica por meio da abordagem de agricultor a agricultor, na qual os pesquisadores e extensionistas se integram desempenhando importantes papéis como facilitadores. (p.19)

O discurso hegemônico que se sente ameaçado por iniciativa que podem alterar a lógica de poder, se defende propagando nos veículos de comunicação e mesmo através do próprio ambiente científico teses que deslegitimam a aplicação de tais formas produtivas, como por exemplo a agroecologia. O mito da crise de fome eminente como já mencionado é o argumento basilar daqueles que defendem determinadas práticas. O que significa que apesar de admitirem em certa instância os benefícios ambientais da agroecologia sobre a égide de uma agricultura familiar ressalvam sua incapacidade produtiva, fato contestado por diversas experiências ao longo do mundo. A análise de dezenas de ONG's e universidades que conduzem projetos mostram de forma convincente que os sistemas agroecológicos não são de baixa produtividade, como alguns críticos afirmam. Na verdade é bastante comum registrar aumentos da ordem de 50 e 100% na produção realizada com métodos agroecológicos. Em alguns desses sistemas, os rendimentos das culturas das quais os pobres dependem – arroz, feijão, milho, mandioca, batata, cevada – foram multiplicadas várias vezes (ALTIERI, 2012, p.18).

As contradições construídos no imaginário popular atribuem ao mesmo tempo a condição de improdutivo à agricultura familiar e sua importância na composição alimentação interna. O que se percebe ao longo da história é um direcionamento político e tecnológico que não possibilitou a valorização real desse tipo de agricultura. Ou seja, uma das importantes propostas trazidas pela agroecologia busca na orientar processo de geração de tecnologia pela demanda, o que significa que as prioridades das pesquisas agrícolas dever ser baseadas nas necessidades socioeconômicas e nas condições ambientais dos agricultores mais pobres (ALTIERI, 2012, p.119). A impossibilidade prática de inclusão de uma parcela considerável da comunidades rurais fazem com que a adoção de práticas agroecológicas uma escolha inicialmente econômica. Ou seja, a impossibilidade de comprar o pacote tecnológico, de pagar por sementes, máquinas e insumos faz com que agricultores e parceiros busquem o aprimoramento e a escolha produtiva da agroecologia. O que ao longo do processo



de formação desses agricultores o viés ambiental, político, cultural e social se agregue as escolhas dessa ciência. Altieri vai chamar atenção para cinco elementos que adoção beneficia esse agricultor: segurança alimentar e autonomia; redução da pobreza; manejo ecológico dos recursos produtivos; empoderamento das comunidades rurais; estabelecimento de políticas de apoio (ALTIERI, 2012, 125).

A universalização das práticas agroecológicas partem de uma estrutura de variáveis comuns, quais são elas

Todas as formas diversificadas de agroecossistemas compartilham as seguintes características: a) mantêm a cobertura vegetal com medida efetiva para conservar o solo, por meio do uso de práticas como plantio direto, cultivos com uso de cobertura morta, ou uso cultivos de cobertura (adubos verdes, por exemplo), entre outros métodos apropriados; b) garantem fornecimento regular de matéria orgânica por meio do uso de esterco, da compostagem e da promoção da atividade biológica do solo; c) aumentam os mecanismos de ciclagem de nutrientes através do uso de sistemas de rotação baseados em espécies de leguminosas, integração animal etc; d) promovem regulação de insetos-pragas por meio do aumento da atividade biológica dos agentes de controle obtido pela conservação e/ou introdução de inimigos naturais e antagonistas. (ALTIERI, 2012, p.111)

Embora os princípios agroecológicos tenham aplicabilidade universal, as formas tecnológicas por meio das quais esses princípios se tornam operacionais dependem das condições ambientais e socioeconômicas predominantes em cada local (ALTIERI, 2012, p.130). Essa componente demonstra a necessidade de vencer uma lógica industrial padronizada, em que é possível vender um pacote global de soluções para as demandas produtivas. É importante ressaltar que apesar da proposta que parece um modelo sem arestas ou problemas a agroecologia na verdade exige um elevado grau de dedicação científico e de trabalho que muitas vezes pode vender uma ideia deturpada de totalidade definida para as soluções dos problemas globais.

Um dos principais obstáculos é a especificidade na sua aplicação. Ao contrário dos sistemas convencionas, que apresentam pacotes tecnológicos homogêneos projetados para facilitar sua adoção e conduzir à simplificação dos agroecossistemas, os sistemas agroecológicos exigem que os princípios sejam aplicados de forma

criativa, segundo as características de cada agroecossistema particular. (ALTIERI, 2012, p.148)

Entretanto sua eficiência e eficácia está intimamente ligada ao aprofundamento de suas práticas. Seus princípios interdisciplinares rompem com pensamento cartesiano e buscam na complexidade as soluções que nascem na compreensão da interação dos diversos elementos bióticos e abióticos.

A agroecologia extrapola a visão unidimensional dos agroecossistemas (genética, edafologia, entre outros) para abarcar o entendimento dos níveis ecológicos e sociais de coevolução, estrutura e funcionamento. Em vez de centrar sua atenção em algum componente particular do agroecossistema, a Agroecologia enfatiza as inter-relações entre seus componentes e a dinâmica complexa dos processos agroecológicos (...) Apesar desse novo esforço em direção à interdisciplinaridade e dos avanços significativos na compreensão da relação que existe entre os componentes da comunidade biótica e produtividade agrícola, a agrobiodiversidade ainda é vista pelos pesquisadores com uma caixa-preta. Isso aponta para a necessidade de que o manejo do solo, da água e das pragas deve ser tratado simultaneamente, seja em nível local ou de bacia hidrográfica, a fim de combinar elementos para a produção com formas de manejo de agroecossistemas que sejam sensíveis à manutenção e/ou aumento da biodiversidade. Essa abordagem integrada de gestão dos agroecossistemas permite a definição de uma série de estratégias que podem potencialmente oferecer aos agricultores um leque de alternativas ou as condições de manejar seus sistemas de acordo com suas restrições e necessidades socioeconômicas (ALTIERI, 2012, p.127).

A economia envolvente a agroecologia e agricultura familiar é um ponto fundamental no sucesso da transição agroecológica. Uma das demandas do mundo agrário brasileiro é alternativa de renda que influencia diretamente a permanência dos jovens nesse ambiente. As novas perspectivas de economia, trazidas por exemplo pela economia solidária de Paul Singer, são ambientes férteis na promoção de alternativas de renda e comércio justo. A necessidade de se aproximar produtor e consumidor, eliminando a tradicional usurpação do atravessador, é mais um dos pontos necessários para o êxito da transição.

Há também a necessidade de aumentar a renda por meio de intervenções que se distingam daquelas voltadas apenas para o aumento da produtividade, tais como canais de comercialização

complementares e atividades de processamento. Portanto, as oportunidades equitativas de mercado também devem ser devolvidas, enfatizando o comércio justo e outros mecanismos que se estabeleçam relações mais diretas entre agricultores e consumidores. O maior desafio é aumentar o investimento e a pesquisa em Agroecologia e expandir a cobertura de projetos que já provaram ser um sucesso para milhares de agricultores. Isso irá gerar um impacto significativo sobre a segurança alimentar, a renda e o bem-estar ambiental da população de todo o mundo, especialmente para os milhões de camponeses que continuam alijados da tecnologia convencional. (ALTIERI, 2102, p.158)

O anúncio diário da ampliação da oligopolização das atividades econômicas do mundo é um grito de urgência às resposta frente a esse fenômeno que diminui sistematicamente as possibilidades de reprodução de uma vida humana mais equitativa. A perda cultural e de técnicas produtivas tradicionais que ofereceram a humanidade durante milênios sua capacidade e reprodução social está um estágio de quase irreversibilidade. Em 70 anos substituímos em larga escala a forma de se produzir alimentos. Comunidades inteiras foram atropeladas pela expansão da fronteira agrícola, dando a busca por agriculturas alternativas, inspiradas nos modelos tradicionais, um caminho inexorável a sobrevivência humana nessa planeta.

No entanto, mais pesquisas devem ser conduzidas e com urgência, antes que este legado ecológico neolítico seja perdido para sempre, vítima do desenvolvimento da agricultura industrial. Isso pode realmente ser uma das tarefas mais importantes para os ecólogos no século XXI (ALTIERI, 2012, p.161).

## 6. ESTUDO DE CASO ASSENTAMENTO PASTORINHAS

A luta pela terra no Brasil inaugura um capítulo a cada ocupação, a cada desocupação e reocupação. O principal instrumento pelo qual os movimentos sociais rurais tem em mãos para exigir junto ao estado as garantias constitucionais previstas no art. 170 são as ocupações. O fato político gerador de um processo de assentamento rural em raros os casos é o próprio estado. Apesar de todo o procedimento legal existente no INCRA para o acesso a terra, a política de reforma agrária, extremamente insuficiente com sua dívida histórica, só atinge seus parcos marcos anuais devido a constante pressão exercida por movimentos de base.

A história dos assentados do Pastorinhas não foge a regra da ocupação e luta de resistência em busca do direito a terra. Falar sobre a história dessa comunidade é inevitavelmente assumir ponto de vista sobre a realidade. Apesar do estudo de caso não se tratar de uma etnografia, elementos constitutivos que dizem respeito as especificidades das relações sociais historicamente construídos entre esses atores será de suma importância na compreensão desse fenômeno de resistência. A coesão da comunidade é um ponto determinante nos processos de ocupação e será explorado a partir das entrevistas. Além de um breve retrospecto histórico que dimensione o caminho percorrido pelo Assentamento até os dias atuais, serão abordados em subcapítulos temas relevantes a comunidade que surgiram durante o processo entrevistas.

### 6.1 Breve Histórico da Comunidade

Meu filho mais velho, eu lembro disso até hoje... Um frio! Porque era essa época assim, uma cerração aqui. A gente entrou aqui, o capim tava molhado. Pisava assim, o capim até duro de molhada, cerração. Aí meu menino mais velho foi e falou assim: "Uai papai, agora to perdido, eu não sei se é dia ou se é noite." Porque a gente saiu muito de madrugada, chegou aqui, cerração, o sol não chegava (APARECIDA, 2016).

O Assentamento Pastorinhas reuni uma confluência de história de vida que culminaram em uma primeira tentativa de ocupação no dia 25 de julho de 2001. Antes de apresentar uma linha histórica que nos possibilite uma compreensão geral do contexto de luta ao longo tempo é importante trazer um pouco do perfil dos moradores antes da ocupação.

As peculiaridades individuais de cada morador pode muitas vezes não estar representada em análises como essa a que se propõe. No entanto o diálogo entre a diversidade das histórias de vida é inevitável em um contexto como de luta pela reforma agrária. Em todas as entrevistas e conversas informais que aconteceram durante o período de pesquisa foi possível notar semelhanças no discurso e na experiências pregressas dos assentados antes da ocupação. A primeira delas trata-se de um histórico ligado a produção agrícola. Em todos os casos o vínculo aconteceu por serem produtores rurais, filho de produtores ou mesmo com formação na área, como caso da assentada e técnica em agropecuária Valéria.

(...)eu tenho um histórico mais na área rural porque meus pais sempre foram agricultores e aí nesse meio tempo, meu pai é sindicalista, foi presidente do sindicato, então eu cresci dentro desse meio de movimento social. Meu pai foi presidente do sindicato durante uns seis mandatos. Ele já participou da ocupação, quando eu estava na adolescência ele participou da ocupação do Ministério da Agricultura pra criação do PRONAF. Então é uma vivência minha mesmo, de vida. Então como todos os dois já tinham um histórico na área rural, a minha ligação com a área rural sempre foi grande (CARNEIRO, 2016).

O histórico demonstra como cada um desses agricultores lidaram com o processo de alienação da terra e das impossibilidades produtivas autônomas. Muitos trabalharam no explorador sistema de “meia” que trata-se na verdade de uma reinvenção dos antigos métodos de servidão, no qual o produtor arca com todos os custos e riscos da produção, muitas vezes através de empréstimo do dono da terra, e divide o lucro ao final pela metade. Alguns agricultores trabalharam como funcionários de fazendas na região e muitos casos a necessidade de subsistência levaram assentados para trabalhos não agrícolas – como mineração, construção civil e serviços urbanos. O sonho da terra e da casa própria era uma máxima compartilhada em um desejo coletivo maior. O ponto de convergência trata-se do anseio de se romper com a exploração através de uma alternativa produtiva autônoma.

Então é coisa que é mais difícil. Mas mesmo assim, graças a Deus, é tudo que eu pedi pra Deus, eu falo assim: “Meu Deus eu não quero ficar o resto da minha vida trabalhando de empregada pra ninguém.” Porque eu não tenho paciência pra isso, sabe? Trabalhando na meia. Esse negócio de meia, é meia mesmo, ninguém merece. (...) Seu suor desce ali, na hora você divide tudo ali. Você não divide só o dinheiro. Vamos por 50 mil. Aquilo ali tem esterco, adubo, tem a hora do trator, tem um lugar hoje ainda que funciona, eles cobram até a taxa das caixas que vai pegar verdura sua na horta. Isso tudo nós pagava. (...) A metade saía só pro dono da terra. Então pra mim aqui, sinceramente, no início a gente passou por muita coisa, mas hoje, graças a Deus eu me considero uma pessoa mais controlada. Porque tudo que eu já passei (ROCHA, 2016)

A articulação nasce via sindicato de trabalhadores rurais e FETAEMG através de lideranças que já tinham mapeado as áreas em potencial para o processo de reforma agrária. Tais espaços não cumpriam a função social da propriedade e se enquadravam nos pré requisitos legais para as ações intermediadas pelo INCRA. A necessidade de construção de ações com o mínimo de vazamento e máximo de celeridade fizeram com que o destino não fosse conhecido por todos e a ocupação fosse de madrugada e imediata.

É pra não vazar. Se vazar o bicho pega. A Valéria e mais uns três, uns quatro, sabia aonde. Agora nós tava no escuro atrás deles né? Aí combinaram tudo direitinho, quando deu duas horas da manhã chegou os caminhão, as caminhonete foi realmente encostando mesmo, né? A gente juntou o que tinha e pôs dentro. (ROCHA, 2016)

As pessoas foram convocadas através de familiares e conhecidos, em articulações prévias, a se dirigir a um ponto específico para a partir de então se dirigirem a área a ser ocupada. O data 25 de Julho de 2001, a primeira ocupação em uma região de pasto próxima do atual assentamento, permanece como marco na memória coletiva dos assentados.

Ali que foi o sufoco, de madrugada, no escuro, naquele frio, pra você fazer barraca, sem saber aonde. E cascavel, cobra do jeito que tinha. Meu Jesus. Onde tinha água deu pra nós buscar água, cada um tinha que fazer, tinha que correr depressa e fazer as coisas e nós tinha que correr mais rápido, pra nós entrar aqui dentro pra nós fazer o plantio.(...) Recém nascido, mulher grávida, senhora de 60 e tantos anos, tudo. Fez barraca uma em cima da outra, mas foi uma coisa que era até divertido sabe? Foi muita experiência pra hoje. As pessoas

parece que era até mais unido do que hoje. Porque eu não minto. Aqui, na hora que gritava pra reunião, era um assobio que dava e já sabia. Pessoal quando marcava lá de vir também já tava, todo mundo já tava reunido pra esperar, né? (ROCHA, 2016)

A ocupação que contava nesse momento com aproximadamente 120 famílias não conseguiu evitar a ação de reintegração de posse sendo necessário transferência geográfica da luta, em dezembro de 2001, para uma região próxima de um britador de mineração. Esse período é apontado como de maior dificuldades devido as precárias condições de habitação e subsistência. Ainda assim a desistência não se mostrava como alternativa.

Aí saiu... Vieram o pessoal do INCRA veio, ajudou, reuniu todo mundo aí e fez, aí a gente saiu lá de cima. Aí nós foi lá pra perto do Cerradão, naquela mineradora, subindo o Tijuco, tem aquela primeira mineração, daqui pra lá. Ali tem um campinho do lado assim, sabe? Um terreninho, ali o moço arrumou pra nós ficar. (...) As 120. Até aí ninguém arredou o pé. E lá foi um ano. A dificuldade lá foi muita. Lá nós sofreram, mas não desistiu, mas lá nós sofreram. Mas nós ganhamos o feijão uma vez que gastava o dia e a noite pra poder cozinhar, os vigilantes pondo fogo nele, no outro dia onze horas fazia comida comunitária, cozinha comunitária (ROCHA, 2016).

O ano de 2002 foi fundamental no destino do Assentamento Pastorinhas, sendo considerado por muitos um divisor de águas que garantiu o futuro no qual os moradores vivenciaram até momento atual. Um ano após todas as dificuldades da expulsão e reintegração de posse ocorre a emblemática reocupação da fazenda onde atualmente se estabelece o assentamento. Além da viabilidade da ocupação protagonizada por esses sujeitos, houve um marco na nossa macropolítica que seria determinante na sobrevivência e êxito da ocupação.

Não, tinha um ano. Um ano e um mês mais ou menos. Porque nós ficamos um mês aqui e um ano lá em cima. Lá nós ficamos um ano certinho. E saímos de lá, com destino pra cá. Outra vez cego. Pra onde que nós ia? Nós também não sabia que era pra aqui não. (...) Aí foi arrumando os caminhão, foi encostando caminhão, nós foi pegando, desmanchando barraca, carregando coisa. Depois a Valéria falou assim: "Sabe onde nós vamos? Nós vamos pra dentro da fazenda." Aí o Ítalo autorizou, falou assim: "Vocês já entram diretamente dentro do terreno, mas já põe trator cortando terra e vocês atrás já plantando." Com o dia clareando, virando a noite. Quando o dia amanheceu já

tinha milho plantado, feijão plantado, terra cortado. Aí foi uma turma fazendo barraca. Duas mulheres pra fazer comida. Aí restou 20 e está aí. Só que as 20 foi mais teimosa, né, as 20 taí. Os pé duro ta aí. O que nós queria... Queria não, nós quer até hoje, né? (ROCHA, 2016)

As eleições presidências daquele ano que culminaram na eleição do presidente Luiz Inácio Lula da Silva inauguram o horizonte de possibilidades institucionais e mesmo ideológicas para a igualdade social. Apesar do título de posse da terra se concretizar junto ao INCRA apenas em 2006, durante esse período de quatro anos, mesmo em condições delicadas de subsistência e moradia, a certeza de que a luta valeria a pena era unânime.

(...)Depois a transferência disso pra de baixo de um britador, em dezembro de 2001. E depois, um ano depois a retomada pra aqui. A reocupação da fazenda. E nesse meio tempo a vitória do PT. Fundamental, fundamental. Se o governo não tivesse sido... E isso não ideologicamente, por causa partidária, se não tivesse sido um partido que tivesse um olhar de reforma agrária, nós jamais teríamos sido assentados. (CARNEIRO, 2016).

Com o título no referido o ano as demandas estruturais urgentes começaram a ser viabilizadas pelos programas sociais, como o Luz para Todos e o crédito habitacional. Os programas produtivos que se ampliaram como o PRONAF e PAA colocaram na agenda de discussão os problemas graves da agricultura familiar. A assistência técnica e o acesso à tecnologia foram pontos levantados nesse período de avanços. Ao longo dos dez anos que vão desde o título de posse até os dias de hoje é perceptível as evoluções conquistadas, mesmo diante de tantas dificuldades de articulação e problemas com alguns programas sociais. A história recente do Pastorinhas traz dilemas que serão tratadas em sequência que colocam em cheque as possibilidades reais de sua reprodução no tempo e no espaço.

## **6.2 Crescimento demográfico e alternativa de renda**

A unidade básica de organização do assentamento pastorinhas é a família. A atribuição social do modo produtivo agricultura familiar pressupõe uma organização do trabalho que se estrutura sobre a plataforma das relações de parentesco e compadrio. Desde o início do processo de luta e ocupação a mobilização inicial



acontece com uma grande diversidade de famílias formadas por diferentes gerações. Os relatos nos mostram que mães solteiras; avós e netos; pais e filhos; até mesmo em alguns casos três gerações buscando a dignidade pelo acesso a terra. Em muitos casos crianças e bebês são simbolicamente “filhos” do Assentamento Pastorinhas, como exemplo a filha do morador Márcio que esteve desde da ocupação tendo a mesma idade do Pastorinhas.

Esse é o Juninho, mais velho, teve o Lucas, teve a Milena. A Milena praticamente foi criada aqui, ela e a Ana Clara da Valéria que elas regulam idade, elas foram praticamente criada no assentamento. Os outros já veio maiorzinho. O Juninho acho que tinha uns sete, o Lucas devia ter uns cinco né? (APARECIDA, 2016)

A consolidação da resistência que gerou o êxito do título da terra pode ser atribuída a diversos elementos, sendo a unidade familiar e suas relações construídas entre si como fundamentais no processo.

Mas a cabeça nossa, nosso idealismo era aquilo ali, nós vamos conseguir, nós vão ter nossa casa. Passou uma chuva de pedra aqui arrancou árvore adoidado, mas nossa barraca não arrancou não, entendeu? Assenta aquilo na cabeça, todo mundo tinha, igual aqueles burros com aquela viseira assim, vai dar certo. E todo mundo tinha aquela visão. Era umas 40 famílias na época tinha. Aquela coisa assim, vai dar certo. E só olhava assim. Tem que dar certo. Graças a Deus nós conseguimos. Saiu o recurso, nós plantamos, fez o recurso pras casas, nós fez, né? Cada um levantou a sua, com o dinheiro que deu, com o dinheiro que não deu, a gente foi trabalhando e complementando (ROCHA, 2016).

É importante refletir sobre unidade familiar quando pensamos em um contexto que apesar do extensivo urbano lefebvriano ainda apresenta traços característico do campesinato Chayanoviano. Em um contexto urbano citadino construído ideologicamente como modelo de sucesso e modernidade vemos que família é composta por pais e filhos, sendo desagregada continuamente a cada momento onde se configura uma nova constituição de pais e filhos. O ato de desagregar está muitas vezes ligado, dado a realidade habitacional urbana citadina, com a mudança física e geográfica dessa nova unidade formada. Obviamente isso é uma abstração e generalização, na qual percebemos que nem mesmo majoritária em seu âmbito prático quando olhamos para realidade das periferias brasileiras. Entretanto no meio

que ainda traz traços do campesinato como é caso do Assentamento Pastorinhas, percebemos que o termo unidade familiar se aproxima mais de uma ideia de família extensa. A realidade territorial que normalmente permite uma expansão da unidade familiar sem a necessidade de desagregar seus membros fazendo com que a importante variável trabalho no âmbito produtivo e o próprio fortalecimento dos laços de parentesco se consolide com passar do tempo. O que aparentemente apresentase como positivo e mesmo empoderador da comunidade na verdade hoje é mais um dilema enfrentado pelo assentamento.

A juventude que terá um momento separado de análise entra transversalmente no tema como demandante do direito a permanecer na terra de sua família. O assentamento já vive o dilema da incapacidade muitas vezes de atrair o jovem para permanecer no campo dado ao fascínio ideológico com o mundo urbano e a muitas vezes da ausência de alternativa de renda. Entretanto ainda com tamanhas adversidade uma parcela considerável dos jovens do assentamento hoje desejam permanecer na comunidade. Essa situação expõe a fragilidade na qual a limitação territorial impõe a sobrevivência do Assentamento. Conforme as determinações do INCRA e do IBAMA o espaço de produção e habitação está definido em pouco mais de 10ha. Essa área não permite expansão e nas atuais condições limita novas edificações. O problema vai se acirrando a cada jovem que decide se casar e ter filhos. Como lidar com essa demanda de expansão? Desde o início isso foi discutido entre os assentados sendo o impasse ainda sem solução. Se por um lado a necessidade de se manter viva reprodução social da comunidade é importante por outro a ameaça a qualidade de vida dos moradores por um processo real de “favelização” rural dão o tom do dilema delicado em que eles se encontram. As respostas a essa demanda vão sendo improvisadas, individualizadas e cotidianas dado que as pessoas envolvidas precisam de condições mínimas de vida, como por exemplo uma unidade habitacional.

Essa pergunta tem 15 anos que ela está no ar. Porque quando a gente discutir o PDA, que é o Plano de Desenvolvimento do Assentamento, durante dois anos a gente se reunia todo mês e dizem que ali teria que ser colocado todos os anseios da população, como é que seria, era um Plano mesmo para desenvolver o assentamento. E naquela época já numa visão de futuro eu abordei esse tema. E como é que fica os filhos? Eles vão crescer, vão criar família e eles vão ser condenado a ter que ir embora porque é filho de assentado? Como é que fica? Essa resposta a gente não tem ela, até hoje. E o futuro chegou muito rápido.

O que era preocupação uns anos atrás hoje é realidade. Nós temos aí área que era ambientalmente correta, né? Pra falar assim na língua dos técnicos. Hoje ela está deixando de ser, porque as áreas seria o que? 20 áreas de mil metros, com 400 pra construir e uma reserva de 600. Né? Hoje, nessa mesma área já se tem a casa do pai e um barraco do filho (ROCHA, 2016).

O crescimento demográfico do assentamento gera além do conflito territorial uma ameaça as possibilidade de reprodução econômica dos moradores. A limitação da área produtiva é um realidade que por vias de expansão produtiva mais ampla os assentados não possam responder as novas demandas demográficas e de renda. Ou seja, a medida em que mais pessoas nascem e moram no Pastorinhas um acionamento de recursos seja de ordem alimentícia ou financeira aumenta progressivamente. A evasão, não atribuindo juízo de valor ao fenômeno, influencia diminuindo a demanda e trazendo recursos externos que podem contribuir para a sustentabilidade econômica. Entretanto o que se percebe é que tal situação ainda não é suficiente para suprir as necessidades dos assentados. Fato que aciona articulações em prol de uma alternativa à agricultura familiar que aumente o valor agregado dos produtos oferecidos pelos assentados. Projetos como a instalação de uma microindústria de processamento de alimentos são soluções que moradores ora buscam para lidar com a sustentabilidade econômica. A dificuldade como em outros casos é o acesso ao financiamento que possibilite sua construção.

A somatória dessas duas variáveis - crescimento demográfico e alternativa de renda – associados ao fenômeno da evasão preocupa a comunidade na medida em que o envelhecimento coloca a realidade etária do assentamento em grau de população ativa cada vez mais restrito. Relatos como o de Ieda exprimem com clareza tais preocupações com impossibilidade de reprodução e a restrição de uma vivência de luta que se limite a memória afetiva da comunidade.

O que vai acontecer? Eles vão chegar numa época aqui, vai chegar um ano aqui, o Marcinho falou uma vez na reunião, vai ficar os velhos, aqueles velhos e aquelas velhas aqui de bengala, olhando pra terra e falando: “Já criei terra e agora não aguento.”(ROCHA, 2016). E aí a gente vai ser uma história. Vai ficar o Marcio, vai ficar eu, vai ficar o Dalmo, plantando, porque a gente acredita nisso. Sabe? E o resto... E aí é culpa deles? Não. A gente não conseguiu politizar, a gente não conseguiu mostrar que você... Porque nesse tempo, Felipe, o que eu descobri? Você ser autor da sua própria história, exige muita coisa (CARNEIRO, 2016).

### 6.3 Juventude e formação educacional

Um tema caro para agricultura familiar e mesmo para o futuro da vida no campo é a juventude. Nas mais diversas instâncias que refletem sobre as temáticas agrárias a participação dos jovens é reconhecida como protagonistas e responsáveis pela perenidade da produção agrícola familiar. A evasão que estatisticamente assola principalmente a população rural dos 18 aos 25 anos é um fenômeno complexo no qual as comunidades como Assentamento Pastorinhas vivenciam todos os anos. Existem razões peculiares que dizem respeito as especificidades locais de cada região rural do Brasil, entretanto podemos perceber uma interface que diz respeito ao contexto maior.

A construção de uma modelo de organização civilizatório ocidental urbano e cidadão está na centralidade do modo de produção capitalista. As cidades que tiveram suas origens em outros contexto históricos foram apropriadas pelo capital industrial. Dentre as formas de reprodução do status quo vigente o culto a cidade e uma vida urbana consumista é plataforma fundamental na expansão e consolidação do capitalismo. A padronização do desejo conquistada pela expansão consorciada da indústria da telecomunicação e da publicidade moldam, massacrando diariamente, o comportamento humano globalmente. Esses efeitos estão presentes também no Pastorinhas. A juventude que ora ainda vive no assentamento se vê em um dilema constante entre os valores do campo trazidos pela família e pele própria comunidade e o ideal de sucesso bombardeado em todos os lugares os quais eles convivem – escola; outdoors; televisão; celular – em suas relações diárias. A formação escolar desses jovens acontecem fora do assentamento, na cidade de Brumadinho. O escolar diariamente leva os estudantes para a escola e os traz de volta para o Pastorinhas. Esse fluxo inaugura desde cedo um conflito entre formas de vida. E infelizmente a diversidade muitas vezes é rechaçada em função de uma supervalorização dos ideais urbanos e a padronização começa a ser mais desejante.

Como lidar com esses dilemas é mais um dos desafios relatados pelos moradores. A falta de atividades esportivas e culturais no período não escolar -

normalmente vespertino e noturno, além de finais de semana – é visto inicialmente como um fator determinante.

A gente discute muito sobre isso, principalmente dos jovens, porque tem muito jovem aqui dentro e crescendo sem nada pra fazer. Eles chegam da escola vai no campinho no terreno do vizinho, na chácara do vizinho, joga uma bola e isso e aquilo. Aqui precisa mais de uma atividade desses jovens, porque tem rapaz de 13, 14, 15, 9 e 10, andando de bicicleta, tem uma atividade pra eles. E os jovens o que fez? “Eu vou ficar aqui nesse lugar aqui? É ruim, vou cascar fora desse trem.” Mas agora, tem que ter uma coisa voltada pra eles aqui dentro. Que eles interessa pela terra. Meu filho não trabalha na terra hoje não, mas ele já trabalhou muito na terra e foi embora, mas ele fala sempre de estar voltado pra terra aqui. Agora minha filha mais velha também, nunca tinha gostado, foi embora jovem, largou a casa, foi embora: “Vou morar com minha avó, porque não vou ficar naquele buraco” (ROCHA, 2016).

Em seqüência em fases economicamente ativas, a alternativa de renda que não esteja diretamente ligado a produção agrícola é a principal queixa levantada.

Dar sequencia de trabalho na roça. Você pode entrevistar as 20 famílias aqui, se você achar dois que vai continuar mexendo na área rural, eu mudo meu nome.(...)O que vai acontecer com o Pastorinhas? Vão vender mão de obra pro condomínio. Jardineiro, babá, cozinheira. (...)E nós fomos, politicamente, as classes sociais menos favorecidas, fomos historicamente educadas... Adestradas, eu nem falo educadas, foi adestrada a servir (CARNEIRO, 2016).

As propostas para melhorar tal cenário são diversas e parte diz respeito diretamente a atuação do poder público. A ampliação da atuação da escola que pode superar seu protagonismo de instituição de formação para centralidade social da comunidade é um caminho que pode parecer utópico, mas que já se mostra como alternativa prática em alguns contextos. Além disso a formação educacional superior e o aprimoramento da produção e logística de negócios pode contribuir para fixação desse jovem. Como exemplo podemos pensar na proposta da criação da microindústria de processamento de alimentos. Em uma iniciativa pode-se possibilitar uma diversidade de atividades que contribuem diretamente na sustentabilidade do assentamento. Para tanto podemos citar: o aumento do valor agregado do produto e consequente ganho econômico; redução do desperdício da produção, dado o caráter extremamente perecível das culturas; aumento da competitividade e do nicho de mercado; espaço de atuação da juventude formada em diversas áreas, como direito,

engenharia, agronomia, administração e contabilidade; autonomia maior da comunidade que pode gradativamente substituir o atravessador pelo jovem mais preparado para desempenhar funções de logística; e por fim ampliação das possibilidades de vida da juventude, sem com isso precisar sair do campo.

Os caminhos que superam a triste realidade da evasão no campo são muitos porém a capacidade de respostas a essas demandas ainda está muito aquém do necessário. Com relação a formação escolar é interessante trazer uma informação quanto ao índice de analfabetismo dentre o assentamento é zero. A taxa impressionante - dado ao perfil de vida dos assentados os quais muitos não tiveram oportunidade de estudar - é devido ao processo de formação política dos movimentos ligados ao campo que passa necessariamente pelo processo de alfabetização. Entretanto o que se percebe que a escolarização é limitada na compreensão do lugar no qual esse sujeito formante se encontra. Os conflitos de valores de ordem intergeracional se acirram quando percebemos que apropriação do discurso político idealizador do movimento parece não mais ser um elemento constitutivo majoritário.

Hoje a gente tem vários problemas com os jovens, de não ter regras, de não valorizar esse espaço, de não respeitar. E aí você vai ficando desgastado como liderança, você vai ficando desgastado porque você começa a ser o chato do lugar. A gente teve uma invasão de agrotóxico aqui que eu não esperava. Eu não esperava. Eu tive um problema aqui há uns 60 dias dos meninos baterem agrotóxicos dentro da lagoa. Eu fui lá, porque eu chamo mesmo: "Pode tirar esse barco daí. Para com isso. Eu não quero isso, se não eu vou a chamar polícia ambiental." E chamo, se precisar eu vou chamar, porque eu defendo, hoje, isso aqui, mais do que minha própria vida. E ser recebida com uma leva de palavrão, que eu nunca tinha escutado na minha vida, eu tenho 45 anos (CARNEIRO, 2016).

#### **6.4 Agroecologia no assentamento**

A agroecologia compõe um arcabouço amplo de possibilidades sendo sua apropriação nas suas diversas abordagens uma especificidade de cada contexto social. No assentamento Pastorinhas a agroecologia se estrutura com linguagem de empoderamento do discurso, legitimidade de luta social e alternativa produtiva.

A escolha pela agroecologia, em um primeiro momento, está diretamente ligada a sustentabilidade econômica da produção. O estado de subversão sem acesso a qualquer política de financiamento fez com que as técnicas produtivas se adequassem a realidade financeira da comunidade. Ou seja, antes de se tratar de uma alternativa ambientalmente adequada, a agroecologia se mostrou como possibilidade de reprodução social e soberania alimentar.

Mas naquele momento também a gente não tinha muita opção não. Porque ninguém tinha condição de investir num insumo convencional pra começar, então muitas vezes a gente começou do nada mesmo. Uns dava certo, outros não, porque não tinha muita opção não. Veio assim como, como uma tábua de salvação, né? E hoje a situação já é diferente, mas a pessoa, isso deixou também uma experiência muito grande. Abriu novos horizontes (SILVA, 2016).

A demanda de subsistência é a instância fundamental para a sobrevivência política de uma ocupação. Além disso em um sentido jurídico de atribuição da função social da propriedade é indispensável o verbo infinitivo, também lema de ocupações, produzir. É o uso de fato da posse da terra para além da moradia que garantiu a legalidade da resistência e permitiu que o processo de reconhecimento do processo de reforma agrária se legitimasse.

As dificuldades técnicas para adoção da agroecologia perpassam desde acesso a sementes até os métodos de comercialização. A assistência rural recebida ao longo dos anos aconteceu através de instituições com públicas, com notoriedade para a EMATER, e do terceiro setor, como por exemplo a Rede de Intercâmbio de Tecnologias Alternativas. Entretanto a participação estatal nesse processo, seja de instâncias municipais e estaduais, é controversa na medida em que não apropria da realidade dos assentados, transferindo muitas vezes técnicas incompatíveis com a formação política emancipatória.

A agroecologia que deveria ter sido bandeira do Pastorinhas e ter sido explorada mesmo, mais e mais, ela foi negada quando veio a assistência técnica de fora, por que? A gente acaba tendo as interferências que quem oferece isso não tem a dimensão do mal que isso causa dentro de um assentamento. Por que o que acontece? Dependendo do técnico ele quer te vender facilidade. E ele ganha por receitar insumo. Então isso detona com o assentamento. (...)EMATER, as Prefeituras mesmo que acabam fazendo intervenção, eles acabam procurando, então isso detona com a formação. E essa, o que acontece? A busca, a corrida por uma condição de vida melhor, por

uma condição de vida, de ter bens materiais mais rápido, faz cada vez mais, você se iludir com esse pacote tecnológico (CARNEIRO, 2016).

A participação da UFMG e outras instituições universitárias também foram importantes na transferência bilateral de conhecimentos. O reconhecimento da agroecologia como alternativa produtiva mais viável para o assentamento ainda se mantém mesmo com evolução socioeconômica da comunidade.

A área de produção é um critério importante na escolha de quais gêneros cultivar. A restrição territorial e a história de vida agrícola dos moradores, assim como os ganhos existentes nos ciclos produtivos curtos fizeram com que majoritariamente os assentados se dedicassem a horticultura. Apesar de uma das propriedades também trabalhar comercialmente com avicultura, a área para plantio de horta oferece o contorno produtivo do Pastorinhas. A horticultura exige do trabalhador rural uma dedicação e uma disciplina rigorosa para o êxito contínuo. Os ciclos curtos demandam um trato com terra e uma constante administração de plantio e sementeira na qual o trabalho se estende por todos os dias da semana. Fato que muitas vezes dificulta a ação política dos produtores dado as responsabilidades e o comprometimento com sua própria subsistência. Essa dificuldade em ampliar as possibilidades de atuação no âmbito político, faceta imprescindível da agroecologia, é recorrentemente relatada pelos agricultores. A necessidade de atuar em instâncias do poder público é muitas vezes substituídas por uma demanda na horta. A urgência na sustentabilidade produtiva para sobrevivência é um fator extremamente limitante que diminui as possibilidades de ganho no campo político.

Eu participo, mas eu virei meio que uma incansável, porque eu comecei a entrar numa crise existencial. E outra coisa, você tem uma família. Eu tenho demanda demais da conta, eu tenho meu casamento, tenho minhas filhas, tenho meus pais. Meu pai está ficando velho, doente, vai me cobrar pra eu cuidar. Eu tenho que me estruturar também. E eu tenho as demandas do dia a dia, eu tenho minha família que vai pra faculdade que gasta mil reais por mês. Porque tem que pagar transporte, tem que pagar, e tem bolsa hein? Tem que ter um sapato, tem que ter uma roupa (CARNEIRO, 2016).

As experiências relatadas no uso das técnicas agroecológicas são em sua maioria positivas, mesmo diante ao unânime reconhecimento das dificuldades inerentes a esse tipo de produção e sua respectiva necessidade de mão-de-obra. As sementes em sua grande maioria são compradas através da parceria com um



assentamento do Rio Grande do Sul que tem uma linha agroecológica chamada Bionatur. Os insumos que substituem os convencionais químicos utilizados são diversificados e adaptados à realidade do produtor e da cultura. Podemos notar a presença de adubação verde, materiais orgânicos, composteiras e técnicas como bokash para adubação foliar. O tradicional uso de resíduos oriundos de equinos e bovinos muito utilizado para nitrogenação do solo aparece como um elemento de difícil acesso e com alto valor agregado. Apesar do histórico de pecuária extensiva de corte e leiteira na região, alguns empreendimentos como os novos condomínios e chacreamentos vem demandando a oferta de esterco na região. Porém o que alterou drasticamente a disponibilidade e o valor desse insumo na região foi a inauguração do museu de arte moderna Inhotim. A obra paisagística de Burle Marx exige do mercado circundante uma quantidade alta de esterco pagando por ele um valor que não se aproxima da viabilidade econômica dos assentados. Essa realidade fez com que os agricultores do pastorinhas buscassem assistência técnica que auxiliaram na melhorias e no uso das técnicas supramencionadas.

O combate a pragas é um fator produtivo limitante que sempre mereceu a atenção na comunidade. As técnicas de biopesticidas, plantio de espécies que protegem de algumas ameaças e mesmo em alguns casos, como por exemplo a eliminação do crescimento de herbáceas não interessante a produção, a retirada manual tem dado efeito positivo.

O aprofundamento do uso da agroecologia é uma demanda de alguns agricultores que perceberam a capacidade produtiva e de mercado dessa técnica. Porém as dificuldades em testar e inovar são suplantadas pela impossibilidade o erro. O risco que se assume muitas vezes pode comprometer diretamente a sustentabilidade de uma família por meses. Fato que coibi alguns assentados em testar novas técnicas e mesmo produzir conhecimento. A proposta do morador Márcio de um polo acadêmico em um assentamento trazendo o protagonismo desses indivíduos para dentro da produção científica é um exemplo de uma demanda relevante socioambientalmente que é completamente negligenciadas pelo poder público.

E tem outra questão também do imediatismo. Embora a gente sobrevive disso, mas tem que dar certo. Como a gente costumava antes dizer aqui: “É vender o almoço pra comprar a janta.” A gente não é pago, a gente não recebe, a gente não tem nenhum benefício pra estar fazendo experiência, se der certo bem, se num der problema, entendeu? Eu sempre defendi isso, eu achava que o governo devia de usar um espaço desse pra isso. Até mesmo pra fazer um campo de demonstração pra poder soltar isso país afora (...) Pra você ver que... Mas só que, é o que estou te falando, muitas vezes você não tem condição de fazer um determinado plantio, uma determinada experiência e esperar 30 dias. Você vive todo dia. Você não tem nenhum subsídio que fala assim: “Durante 30 dias você vai empenhar nisso aqui, é uma pesquisa, é um trabalho e não se preocupe com mais nada.” Como se fosse esses campos experimental que tem e que o governo investe milhões até em cima do agronegócio. Então... Eu achava que se a gente tivesse isso dentro do campo da agroecologia, um incentivo, um apoio, alguns assentamentos, porque não aqui? Que fosse um... Um assentamento só de demonstração. Com certeza que não dá errado. Só que você não tem aquela preocupação: “Aí amanhã? Vou comer o que?” (SILVA, 2016)

A atual organização social do Pastorinhas enfrenta conflitos ligados a consolidação individual do espaço. Os quase dez anos de posse intermediada pelo INCRA geraram efeitos e sensações de autonomia que em certa medida individualizaram interesses. O consenso ora trabalhado da agroecologia como prática mais adequada a realidade social e ambiental da comunidade não é mais vista da mesma forma. O uso de métodos convencionais aparece eventualmente como um conflito produtivo grave, dado a realidade hidrográfica e proximidade espacial do plantio. Não existe uma regulamentação que impeça o uso de agrotóxicos, porém seu uso além de gerar um efeito direto no plantio individual apresenta consequências aos outros moradores que optam por práticas agroecológicas. Além disso tais escolhas podem ferir contundentemente uma bandeira ontológica do Pastorinhas. Os caminhos para lidar com esses impasses são objeto de reflexão coletiva, se mostrando com mais um dos desafios a serem enfrentados em busca da sustentabilidade do pastorinhas.

Está ameaçada a subsistência. Eu fiz um plantio de feijão, fiz na coalhada e tal, todo mundo achou que eu era louca. A única aqui, do assentamento, que vai colher feijão esse ano, num volume maior sou eu, que fiz todo o receio, deixei acamar o capim, fiz o plantio direto, não gradiei, fiz o plantio direto e depois a gente pode até ir lá ver. (...)Isso. Da erosão, do gradeamento, da aração, você protegeu só,

you made the planting: "But in this spot nothing will grow." I said: "Well, you can leave it that way." And today I believe the following, you educate by example and not by discourse, do you want to change the mentality? Do it (CARNEIRO, 2106).

## 6.5 Relações institucionais

The main form of dialogue between the state and the citizen are the institutions that do the same for organizing life in society. And in the case of agrarian issues, as already mentioned in a previous chapter, we have various institutions that are directly and indirectly involved in the resolution of conflicts and improvements in living conditions in the field. Throughout the history of land settlement since the alienation of access to land for farmers, passing through the first occupation and reaching the current stage we can perceive the intervention or not of the state in various moments. What happens along the process is a timid action of the public power, even with a favorable political moment, in deliberating in the face of urgent social demands. Despite the points that show comparatively positive actions such as non-violent police action and the relative support of institutions, what is perceived in reality in this process is the presence of indispensable sectors not linked to public power summed up in a personified dependence of the institutions. Spaces that should be political support places like INCRA many times become the main difficulties in the advances of an effective agrarian reform. The institutional design described through an official positioning of the respective organs demonstrates how the mission now presented by the same is completely distant from practice.

The problem is that when you enter a movement for agrarian reform, at first, the first illusion you create is about INCRA, that he will solve everything. That he will embrace you and support you, and in reality it is not like that. People have... had a lot of discussion even inside INCRA, where unfortunately people realized that inside the organ people are enemies. Worse than here in the middle of the bush, worse than the landowner. Where there should be support for people, people were finding the biggest obstacles. An obstacle, for example, is you... Indicating a way for you to exit

fora da reforma agrária, pra você não ser alvo de uma desapropriação. Se você tem uma área improdutiva, você que faça sua defesa, não é o INCRA que tem que apontar pro proprietário o que ele tem que fazer pra ele não sofrer um processo de desapropriação da reforma agrária (SILVA, 2016).

A forma de organizar procedimentos é muitas vezes um elemento excludente de acesso as políticas públicas. A burocracia do estado necessária para garantir maior lisura aos processos é hoje um fator que limitou avanços no Pastoreio e no contexto agrário maior. A judicialização de conflitos vem se mostrando como método limitado e desigual de resolução, sendo necessário um ampliação constante de diálogo, assim como uma formação que permita o acesso maior a políticas públicas. Ainda cabe cita a atuação de assistência técnica de órgãos como a EMATER. As intervenções trazidas pelos técnicos precisam ser constantemente revistas e devidamente adaptadas a uma perspectiva real de sustentabilidade. A tentativa de universalização da figura do ATER tem que ser consorciada com os objetivos de um desenvolvimento socioambiental sólido, fato que não observado em diversos pacotes tecnológicos dominantes ainda usados por tais instituições.

As instituições são formadas por pessoas e se tem pessoas que se identificam com a causa vai andar, se não é só um caminho de emprego. O Estado pedindo pra trabalhar ou pra um órgão federal ou um órgão estadual. Se tiver uma pessoa que realmente identifique com a causa social de luta pela terra ela vai fazer, mas na maioria das vezes ela só são mais impeditivos do que construtivos pra nós. Eles mais dificultam do que ajudam. Isso a minha análise. Porque ao longo do caminho, nesses órgãos que existem, que existe a demanda da reforma agrária eu só encontrei barreiras, eles, na maioria das vezes, eram meus inimigos. Eles são criados, eles sobrevivem porque existe uma demanda no Brasil e na maioria das vezes eles são os que mais dificultam o processo (CARNEIRO, 2016).

## 7. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O protagonismo social observados em diversos momentos da história agrária brasileira foi alvo sistemático do estado que na maioria das oportunidades de ação optou pelo combate violento e desproporcional ou a total omissão. O emblemático exemplo de Canudos parece se reverberar na busca por igualdade no campo. O estado e as forças pelas quais ele é subserviente reinventam a dominação a cada inovação tecnológica ou política. O pacto de expropriação feitorizante importada do perverso colonialismo europeu parece se refazer a cada solo esgotado, a cada árvore cortada, a cada jazida explorada e a cada terra alienada. A sistemática coalizão de forças entre as elites políticas e econômicas determinam um realidade frágil das instituições brasileira frente ao capital.

As relações de poder de uma sociedade extremamente desigual faz com que o estado se torne alvo de ações que o apequenam em suas possibilidades e responsabilidades. Uma elite conservadora ameaça diretamente o estado democrático de direito capilarizando seu poder político em instituição de interesse social e de combate à desigualdade. Os avanços percebidos nessas instituições estão personificados em figuras que tem consigo um ideal de transformação. Essa relação de dependência extremamente frágil demonstra uma real necessidade de se reaver a essência da cultura organizacional de órgãos criados para responder as demandas sociais de uma classe historicamente expropriada de direitos.

Os caminhos da resistência trazem consigo a necessidade de um empoderamento emancipatório. A inevitabilidade envolvente das relações capitalista industriais e urbanas fazem com que a estrutura para lidar com tal assimetria de poder no campo se estruture ainda mais. Práticas socioprodutivas que permitam dialogar com essas necessidades são objeto de pesquisa e prática em diversos contextos. A soberania alimentar é um fator precípua a ser conquistado em práticas que são verdadeiramente autônomas. A agroecologia como ciência, técnica, ideologia e prática social formadora é um horizonte possível na luta pelos direitos ao território e a reprodução cultural. Poder ampliar o repertório de elementos emancipatórios, como é o caso da subsistência garantida dentro de um sistema produtivo não vinculante a pacotes tecnológicos externos, é ponto que diminui a dependência nas relações

capitalistas convencionais. Alternativas que explorem fissuras de um sistema que mesmo com tamanhas contradições consegue cooptar cronicamente espaços, nações, povos e lugares se mostram como caminho possível em busca de uma sociedade mais igualitária que reconhece a importância da sua diversidade cultural. Práticas como economia solidária e o CSA – Comunidade que Suporta a Agricultura – são exemplos de iniciativas somadas a agroecologia no âmbito da produção agrícola que politiza o ato de comer.

A apatia do estado frente ao protagonismo social não deve ser encarada como uma inércia inevitável. Não podemos ver a máquina pública como um espaço fadado a corrupção e a ineficiência sistêmica. A nossa curta história de espaços de diálogo político conquistado a duras penas por uma luta incansável de diversos atores sociais deve ser inspiração para uma resistência que busque uma reinvenção democrática. A necessidade de ocupar espaços políticos é urgente, o que faz da luta por igualdade o único caminho aceitável.

## 8. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALMEIDA, Paulo Roberto. Formação da diplomacia econômica no Brasil: as relações econômicas internacionais no Império. Ed. SENAC. São Paulo. 2001.

ALTIERI, M. A. Agroecologia - As bases científicas da agricultura alternativa. Rio de Janeiro: PTA-FASE, 1989.

ALTIEIRI, Miguel. Agroecologia: bases científicas para uma agricultura sustentável. 3ed. São Paulo, Rio de Janeiro: Expressão Popular, AS-PTA 2012.

APARECIDA, Selma da Silva. Entrevista concedida a Felipe Pereira de Queiroz, 09 de maio de 2016. [A entrevista encontra-se transcrita no Apêndice "A" desta monografia]

ASSIS, R. L. de; AREZZO, D. C. de; ALMEIDA, D. L. de; DE-POLLI, H. Aspectos Técnicos da Agricultura Orgânica Fluminense. Revista Universidade Rural - Série Ciências da Vida, Seropédica, v.20, n.1-2, p.1-16, 1998.

ASSIS, R. L. de; Romeiro A. R. Agroecologia e Agricultura Orgânica: controvérsias e tendências. Revista Desenvolvimento e Meio Ambiente, Curitiba, v.6, p-.67-80, 2002.

BRANDENBURG, A. Agricultura familiar; ONGs e desenvolvimento sustentável. Curitiba: Ed. UFPR, 1999.

BRANDENBURG, A. Movimento agroecológico: trajetória, contradições e perspectivas. Revista Desenvolvimento e Meio Ambiente, n 6, p 11-28, jul/dez. Curitiba: Ed. UFPR, 2002.

CAMINHA, P. Vaz de (1999). A carta de Pero Vaz de Caminha: reprodução fac-similar do manuscrito com leitura justalinear, de Antônio Geraldo da Cunha, César Nardelli Cambraia e Heitor Megale. São Paulo: Humanitas.

CAMPOS, Antonio Carlos de; PAULA, Nilson Maciel de . A evolução da agropecuária brasileira nos anos 90. Indicadores Econômicos FEE (Impresso), Porto Alegre, v. 29, n.4, p. 177-199, 2002.

CALADO, Sílvia dos Santos; FERREIRA, Sílvia Cristina dos Reis. Análise de Documentos: Método de Análise e Recolha de Dados. DEFCUL. 2005

CARNEIRO, Valéria A. Silva. Entrevista concedida a Felipe Pereira de Queiroz, 26 de maio de 2016. [A entrevista encontra-se transcrita no Apêndice "A" desta monografia]

CURI, Melissa Volpato. O Direito Consuetudinário dos Povos Indígenas e o Pluralismo Jurídico. Espaço Ameríndio, Porto Alegre, v. 6, n. 2, p. 230-247, jul./dez. 2012.

DAROLT, M. R. Agricultura orgânica: inventando o futuro. Londrina: Iapar, 2002.

DEAN, Warren. A ferro e fogo: a história e a devastação da Mata Atlântica brasileira. 1. ed. São Paulo: Cia. das Letras, 2004.

Defensoria Pública do Estado de Minas Gerais. Institucional. Disponível em: [www.defensoria.mg.gov.br/](http://www.defensoria.mg.gov.br/). Acesso em: 07 de Maio de 2016.

DELGADO, G. C.. Questão Agrária no Brasil:1950-2003. In: Luciana Jaccoud. (Org.). Quetão Social e Políticas Sociais no Brasil Contemporâneo. 01ed.Brasília DF: IPEA, 2005, v. 01, p. 51-90.

DIREITO INTERNACIONAL, Legislação. Carta das Nações Unidas 1945. A Carta das Nações Unidas assinada em São Francisco, a 26 de junho de 1945, por ocasião da Conferência de Organização Internacional das Nações Unidas. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/decreto/1930-1949/d19841.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1930-1949/d19841.htm). Acesso em: 13 fev. 2016.

EMATER. Institucional. Disponível em: [www.emater.mg.gov.br/](http://www.emater.mg.gov.br/). Acesso em: 07 de Maio de 2016.

EPAMIG. Institucional. Disponível em: [www.mda.gov.br](http://www.mda.gov.br). Acesso em: 07 de Maio de 2016.

FERNANDES, B. M.. A formação do MST no Brasil. Petrópolis: Editora Vozes, 2000. v. 01. 329p .

FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. Novo Aurélio Século XXI: o dicionário da língua portuguesa. 3 ed. totalmente rev. e ampl. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999.



FRANCO, Maria Silva de. Homens livres na ordem escravocrata. 3.ed. São Paulo: Kairós, 1983.

FREIRE, Paulo. Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa. São Paulo: Paz e Terra, 1996 (Coleção Leitura).

FREIRE, P. Pedagogia do Oprimido. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.  
FREYRE, Gilberto. Casa-grande e senzala. Lisboa, Livros do Brasil. (1957).

GEORGEN, P. Pesquisa em educação: sua função crítica. Educação e Sociedade, 9: 65, maio 1981.

GOULART, Ana Letícia; BRAGA, Pauliane de Carvalho; REIS, Raissa Brescia. Canudos. Sentimentos da Terra: imaginação de reforma agrária, imaginação de república. Projeto República: núcleo de pesquisa, documentação e memória. Editora Proex. Belo Horizonte. 2013.

GUIMARÃES, Alberto Passos. Quatro Séculos de Latifúndio. Rio de Janeiro, Editora Paz e Terra, 1968.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. Raízes do Brasil. Raízes do Brasil. 8. ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 1969.

HOUAISS, Antônio. Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa. Rio de Janeiro, Ed. Objetiva, 2001.

IBAMA. Institucional. Disponível em: [ibama.gov.br](http://ibama.gov.br). Acesso em: 07 de Maio de 2016.

INCRA. Institucional. Disponível em: [www.incra.gov.br](http://www.incra.gov.br). Acesso em: 07 de Maio de 2016.

KRIPPENDORFF, K. Content Analysis. Beverly Hills, Ca., SAGE, 1980.

KUHN, T. S. *The Structure of Scientific Revolutions*. 2 ed., enlarged. Chicago and London: University of Chicago Press 1970.

LÜDKE, Menga; ANDRÉ, Marli E. D. A. Pesquisa em Educação: Abordagens Qualitativas. São Paulo. EPU - Editora Pedagógica e Universitária Ltda . 1986.

Mapa. Institucional. Disponível em: [www.agricultura.gov.br](http://www.agricultura.gov.br). Acesso em: 07 de Maio de 2016.

MANZINI, Eduardo José. Entrevista Semi-Estruturada: Análise de Objetivos e de Roteiros. Unesp – Programa de Pós Graduação em Educação. Disponível: <<http://www.sepq.org.br/IIcipeq/anais/pdf/gt3/04.pdf>>. Acesso em: 15 de Janeiro. de 2016.

MARTINE, George. A Trajetoria da Modernizacao Agricola: A Quem Beneficia?. LUA NOVA, 1991.

MARTINS, José de Souza. O cativo da Terra. São Paulo. LECH - Livraria Editora Ciências Humanas. 1981.

MARTINE, George. A Trajetoria da Modernizacao Agricola: A Quem Beneficia?. LUA NOVA (ARTIGO ACEITO PARA PUBLICACAO), p. 0-0, 1991.

MAZOYER, Marcel; ROUDART, Laurence. As histórias da Agriculturas no Mundo - do neolítico à crise contemporânea. ed. São Paulo: UNESP. 2010.

MICHELSEN, J. Recent development and political acceptance of organic farming in Europe. Sociologia Ruralis, V. 48, n. 3, p. 3-19,2001.

MONTE MÓR, R. L. M.. O que é o Urbano, no Mundo Contemporâneo. Revista Paranaense de Desenvolvimento, v. 111, p. 09-18, 2007.

MONTE MÓR, Roberto Luis de Melo. Urbanização, sustentabilidade, desenvolvimento: Complexidades e diversidades contemporâneas na produção do espaço urbano. In: Geraldo Magela Costa, Heloísa Soares de Moura Costa, Roberto Luís de Melo Monte-Mór. (Org.). Teorias e Práticas Urbanas - Condições para a sociedade urbana. 01ed.Belo Horizonte/MG: C/Arte, 2015, v. , p. 55-69.

MORIN, Edgar. Complexidade e Liberdade. Disponível em: <<http://www.teoriadacomplexidade.com.br/textos/teoriadacomplexidade/Complexidade-e-Liberdade.pdf>>. Acesso em: 30 de mar. de 2015.

MORIN, Edgar. A cabeça bem-feita - repensar a reforma, reformar o pensamento. Rio de Janeiro: Bertand do Brasil, 2000.

MORIN, Edgar. (Org). A religação dos saberes - o desafio do século XXI. Rio de Janeiro: Bertrand do Brasil, 2001.

MOTTA, Márcia Maria Menendes. Nas Fronteiras do Poder: conflito e direito à terra no Brasil do século XIX. 2ª ed. Revisada e ampliada por Márcia Maria Menendes Motta. Niterói, Editora da Universidade Federal Fluminense, 2008.

MPMG. Institucional. Disponível em: [www.mpmg.mp.br](http://www.mpmg.mp.br). Acesso em: 07 de Maio de 2016.

NICOLESCU, Basarab. O manifesto da transdisciplinaridade. São Paulo: Triom, 1999.

PRADO, E.. Marginalização e privilégios: uma contradição das políticas agrárias no Brasil.. Cadernos Técnicos da Escola de Veterinária (UFMG), Belo Horizonte-MG, v. 30, p. 7-28, 1999.

PRIGOGINE, Ilya. Ciência, razão e paixão. IN: CARVALHO, Edgar de Assis & ALMEIDA, Maria da Conceição de (Org.). Bélem: Eduepa, 2001.

PIRES, João R. Ferreira. Legislação sobre a terra no Brasil e a tradição conservadora. Sentimentos da Terra: imaginação de reforma agrária, imaginação de república. Projeto República: núcleo de pesquisa, documentação e memória. Editora Proex. Belo Horizonte. 2013.

ROCHA, Fernando A. N. Galvão da. Intervenção policial militar na reintegração de posse rural. Revista de Estudos & Informações, v. 29, p. 14-24, 2010.

ROCHA, Ieda M. de Oliveira. Entrevista concedida a Felipe Pereira de Queiroz, 09 de maio de 2016. [A entrevista encontra-se transcrita no Apêndice "A" desta monografia]

RICHARDSON, Roberto Jarry et al. Pesquisa Social: Métodos e Técnicas. Editora Atlas S. A. São Paulo. 1989.

RODRIGUES, Maria Lucia; LIMENA, Maria M. Cavalcanti. Metodologias: Multidimensionais em Ciência Humanas. Brasília. Liber Livro Editora Ltda. 2006

ROMEIRO, A. R. Agricultura e Meio Ambiente -. Teorias e história do progresso técnico. S.n.t.

SDA. Institucional. Disponível em: [www.agricultura.mg.gov.br](http://www.agricultura.mg.gov.br). Acesso em: 07 de Maio de 2016.

SEAPA. Institucional. Disponível em: <http://agrario.mg.gov.br>. Acesso em: 07 de Maio de 2016.

SEDS. Institucional. Disponível em: [www.seds.mg.gov.br](http://www.seds.mg.gov.br). Acesso em: 07 de Maio de 2016.

SILVA, Deonísio. De onde vêm as palavras. 17. ed. Rio de Janeiro: Lexikon, 2014. v. 01. 493p .

SILVA, Márcio José. Entrevista concedida a Felipe Pereira de Queiroz, 09 de maio de 2016. [A entrevista encontra-se transcrita no Apêndice "A" desta monografia]

STARLING, Heloísa Maria Murguel; BRAGA, Pauliane de Carvalho. Sentimentos da Terra: imaginação de reforma agrária, imaginação de república. Projeto República: núcleo de pesquisa, documentação e memória. Editora Proex. Belo Horizonte. 2013.

TJMG. Institucional. Disponível em: [www.tjmg.jus.br](http://www.tjmg.jus.br). Acesso em: 07 de Maio de 2016.

TOLENTINO, Thiago Lenine Tito. Margens da Marcha para o oeste: Luta pela terra em Trombas e Formoso, Porecatu e Sudoeste do Paraná. Sentimentos da Terra: imaginação de reforma agrária, imaginação de república. Projeto República: núcleo de pesquisa, documentação e memória. Editora Proex. Belo Horizonte. 2013.

TRIVIÑOS, Augusto Nivaldo Silva Introdução à Pesquisa em Ciências Sociais: A Pesquisa Qualitativa em Educação. Editora Atlas S.A.São Paulo. 1987.

VASNCONCELOS, J.M. Livro das Terras. 2.ed. Rio de Janeiro: Eduardo e Henrique Laemmert, 1860.